

Luciano Lepper

**AGRICULTURA URBANA: UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA  
ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL EM SANTA CRUZ DO  
SUL/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Erica Karnopp  
Co-orientador: Prof. Dr. Marcelino Hoppe

Santa Cruz do Sul, maio de 2007

L598a Lepper, Luciano

Agricultura urbana : uma estratégia de segurança alimentar e nutricional sustentável em Santa Cruz do Sul/RS / Luciano Lepper; orientadora, Erica Karnopp. - 2007.

154 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2007.

Bibliografia.

1. Agricultura – Rio Grande do Sul. 2. Política alimentar. 3. Assistência alimentar. 4. Renda. I. Karnopp, Erica. II. Universidade de Santa Cruz do Sul. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD: 630.98165

Bibliotecária : Muriel Thürmer CRB 10/1558

Luciano Lepper

**AGRICULTURA URBANA: UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA  
ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL EM SANTA CRUZ DO  
SUL/RS**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dra. Erica Karnopp  
Professora Orientadora  
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

Dr. Marcelino Hoppe  
Professor Co-orientador  
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

Dra. Virgínia Elisabeta Etges  
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

Dra. Magnólia Aparecida Silva da Silva  
UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

## AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico primeiramente a Deus, Jesus Cristo, por tudo que somos, pela fé adquirida e pela benção. Aos meus pais, Olavio e Miriam que foram o começo de tudo, e sem eles não teria conseguido vencer mais esta jornada. Ao meu amor Michelle, pelo amor, carinho e compreensão nesta caminhada. Ao meu irmão Adriano pelo incentivo. Aos meus afilhados Diego e Lucas pela compreensão. Aos meus avôs e bisavôs um agradecimento especial. A minha família pelo apoio recebido. À minha amiga Francisca Wichmann, pelas orientações, confiança, e dedicação a mim prestada. Aos meus colegas de mestrado que estiveram comigo nestes dois anos. Aos professores que passaram nesta jornada, em especial à minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Erica Karnopp, que teve extrema paciência e compreensão, do qual sou grato pelo conhecimento adquirido, e ao meu co-orientador, Prof. Marcelino Hoppe, pelas orientações e correções realizadas. Deixo a todos, que de uma forma ou de outra passaram pela minha vida e me ajudaram a vencer mais este desafio, o meu muito obrigado...

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a viabilidade de implantação da Agricultura Urbana (AU) em espaços públicos municipais em áreas de risco no município de Santa Cruz do Sul - RS. A análise dos dados socioeconômicos e secundários, juntamente com o estudo do Plano Diretor e Plano Plurianual, possibilitou a elaboração de mapas com os espaços públicos municipais e mapas das áreas de risco socioeconômico. O diagnóstico da realidade urbana indicou os espaços públicos passíveis de utilização em um programa de AU, considerando-se primeiramente os parques, praças, postos de saúde, escolas e equipamentos comunitários. O desenvolvimento da AU pressupõe a interação entre as entidades civis e públicas, e é dinamizadora social, buscando a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS). A AU necessita do reconhecimento do Poder Público local, de lei específica que a regule, para que seja adotada como prioridade, na busca pela sustentabilidade. O município, no ano de 2007, criou o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Santa Cruz do Sul (COMUSANS), que está aberto a participação da comunidade, sendo o veículo para propostas em AU nos seus debates temáticos. A AU gera emprego, renda, auto consumo, abastecimento local de feiras, entidades e pequenos comércios, e conseqüentemente, inclusão social. Mediante análise da legislação vigente, nada consta como impedimento para a implantação da AU como estratégia de SANS. A pesquisa mostrou que a mobilização da sociedade através de parcerias entre o setor público e o setor privado, nas escolas, instituições religiosas, associações de moradores, poderá tornar-se um caminho para proporcionar SANS.

**Palavra-Chave:** Agricultura Urbana, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, Renda.

## ABSTRACT

This dissertation aims at analyzing the viability of the implantation of Urban Agriculture (UA) in risk areas in the public spaces of the municipality of Santa Cruz do Sul – RS. The analysis of the socioeconomic and secondary data, along with the study of the Master Plan and Plurianual Plan, enabled the elaboration of maps with public spaces of the municipality and maps of socioeconomic risk areas. The diagnosis of the urban reality indicated the public spaces that can be used in an UA program, taking in consideration first the parks, public squares, health units, schools and community equipment. The development of the UA assumes the interaction between the public and civil entities, and is social dynamic, looking for the *Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável* (SANS) - Alimentary and Nutritional Sustainable Security. The UA needs the acknowledgment of the local Public Power and of specific law that regulates it, in order to be adopted as priority, in the search for sustainability. The Municipality, in 2007, created the *Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Sustentável de Santa Cruz do Sul* (COMUSANS) – Municipal Counsel of Alimentary and Nutritional Sustainable Security of Santa Cruz do Sul, which is open to the participation of the community and is the vehicle to the proposals in the thematic debates in the UA. An UA creates employment, income, consummation, local supply of fairs, entities and small businesses, and, consequently, social inclusion. Through the analysis of the existing legislation, there is nothing to impede the implantation of an UA as strategy of SANS. The research shows that the social mobilization through the partnership between public and private sectors in schools, religious institutions, resident associations, can become a way to propitiate the SANS.

**Key words:** Urban Agriculture, Alimentary and Nutritional Sustainable Security, Income.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Desafios emergentes para o Monitoramento e Avaliação (M&A) em projetos de AU.....	26
Quadro 2 - Comparação de características entre a agricultura rural e urbana/periurbana.....	41
Quadro 3 - As metas múltiplas de desenvolvimento sustentável aplicado às cidades.....	48
Figura 1 - O círculo vicioso da fome.....	91
Mapa1 - Localização da Zona Urbana do Município de Santa Cruz do Sul e a relação do município quanto ao COREDE, Rio Grande do Sul e Brasil.....	97
Mapa 2 – O Município de Santa Cruz do Sul, dividido em Macrozonas.....	112
Mapa 3 – O município de Santa Cruz do Sul, e divisão por Zonas de Expansão.....	114
Foto 1 - Espaços públicos passíveis de utilização.....	119
Foto 2 - Escolas Municipais de Ensino Fundamental.....	119
Mapa 4 - Prédios Públicos Municipais – EMEIs, EMEFs e Postos de Saúde.....	120
Mapa 5 - Prédios Públicos Municipais – Praças, Parques e Equipamentos Comunitários.....	122
Foto 3 – Escola Municipal de Educação Infantil no bairro Cristal e Posto de Saúde no bairro Glória.....	123
Foto 4 – Horto Florestal Municipal e o Parque de Reciclagem e Compostagem de Lixo.....	124
Foto 5 – Postos de Saúde nos bairros Glória Cristal.....	127
Mapa 6 – Identificação dos bairros selecionados pelo critério de renda.....	128

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da População.....	100
Tabela 2 - População de Santa Cruz do Sul por situação de domicílio.....	101
Tabela 3 - Crescimento Demográfico Comparado .....	101
Tabela 4 - Estrutura Etária .....	101
Tabela 5 - Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade.....	102
Tabela 6 - Nível Educacional da População Jovem .....	102
Tabela 7 - Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais).....	103
Tabela 8 - Indicadores de Renda e Pobreza em Santa Cruz do Sul.....	104
Tabela 9 - Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População em Santa Cruz do Sul .....	104
Tabela 10 - Comparação da Cesta Básica.....	105
Tabela 11 - Produto Interno Bruto (PIB) em Santa Cruz do Sul.....	105
Tabela 12 - Acesso a Serviços Básicos em Santa Cruz do Sul .....	106
Tabela 13 - Indicadores de Vulnerabilidade Familiar (%) em Santa Cruz do Sul.....	106
Tabela 14 - Indicadores de Pobreza em Santa Cruz do Sul .....	107
Tabela 15 - Índice de Pobreza .....	107
Tabela 16 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	108
Tabela 17 - Índice de Desenvolvimento Humano Comparado .....	109
Tabela 18 - Valor do rendimento na zona urbana e nos bairros selecionados de Santa Cruz do Sul .....	125
Tabela 19 - População e distribuição de rendimento mensal da pessoa responsável pelo domicílio .....	126
Tabela 20 - Renda por classe de rendimento dos bairros selecionados .....	126

## LISTA DE ABREVIATURAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AR	Agricultura Rural
AU	Agricultura Urbana
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CHESF	Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco
CNUH/Habitat	Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
CODEVASF	Companhia do Vale do São Francisco
COMPUR	Conselho Municipal de Planejamento Urbano
COMUSANS	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Santa Cruz do Sul
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CRAN	Centros de Referência Alimentar e Nutricional
DHAAS	Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENART	Encontro da Tradição Gaúcha
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPEPI	Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Piauí
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
M&A	Monitoramento e Avaliação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME	Macrozona de Expansão e Ocupação Urbana
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MO	Macrozona de Ocupação

MP	Macrozona de Preservação Ambiental
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PPA	Plano Plurianual
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVE	Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar
PSF	Programa de Saúde da Família
SANS	Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIG	Sistema de informação geográfica
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SPSS	Statistical Package for Social Science
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1 AGRICULTURA URBANA.....	20
1.1 Agricultura Urbana: experiências .....	27
1.1.1 Agricultura Urbana inserida no contexto mundial .....	28
1.1.2 Experiências Brasileiras .....	33
1.1.2.1 Teresina – Piauí .....	33
1.1.2.2 Curaçá – Bahia.....	36
1.1.2.3 Brasília – Distrito Federal .....	37
1.2 Caracterização da Agricultura Urbana .....	39
1.2.1 Características dos agricultores urbanos .....	39
1.2.2 Plantas medicinais .....	42
1.2.3 Técnicas de cultivo e manejo em AU .....	44
1.3 Paradigma da sustentabilidade .....	46
1.3.1 Agricultura Urbana e a participação cidadã.....	49
1.3.2 Gestão territorial e planejamento espacial .....	55
1.3.3 Investimentos para Agricultura Urbana .....	57
2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL.....	59
2.1 Construção do entendimento sobre Segurança Alimentar .....	59
2.2 Eixos da Segurança Alimentar .....	61
2.2.1 Acesso aos alimentos.....	62
2.2.1.1 Produção para o auto consumo .....	63
2.2.1.2 Abastecimento e feiras .....	64
2.2.1.3 Mercado institucional e alimentação escolar .....	66
2.2.1.4 Resgate, preservação e agrobiodiversidade .....	67
2.2.2 Alimentação e promoção de modos de vida saudáveis .....	68
2.3 Segurança Alimentar nas estratégias de desenvolvimento .....	72
2.3.1 Política Nacional de Segurança Alimentar .....	76
2.3.1.1 Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) .....	79
2.3.1.2 Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).....	80
2.3.1.3 Políticas estruturantes.....	82
2.3.1.4 Políticas emergenciais.....	85

2.3.1.5 Políticas locais.....	87
2.3.1.6 Fome Zero.....	87
2.3.1.6.1 Bolsa Família.....	92
3 AGRICULTURA URBANA: UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL. O CASO DE SANTA CRUZ DO SUL .....	95
3.1 Caracterização do Município .....	95
3.1.1 Aspectos geográficos .....	96
3.1.2 Aspectos históricos .....	98
3.1.3 Dados socioeconômicos e qualidade de vida.....	99
3.1.3.1 Demografia.....	100
3.1.3.2 Educação .....	102
3.1.3.3 Renda.....	103
3.1.3.4 Habitação .....	105
3.1.3.5 Vulnerabilidade.....	106
3.1.3.6 Desenvolvimento Humano .....	108
3.2 Legislação Municipal sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.....	110
3.2.1 Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano.....	110
3.2.2 Plano Plurianual .....	115
3.3 Arranjos dos elementos da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.....	118
3.3.1 Mapeamento dos espaços públicos passíveis de utilização.....	118
3.3.2 Identificação das áreas de risco .....	124
3.3.3 Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Santa Cruz do Sul.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	132
REFERÊNCIAS.....	140
ANEXO A - Resumo dos principais riscos da Agricultura Urbana para a saúde .....	154
ANEXO B - ATA 01/2007 .....	156

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país em que a base do desenvolvimento está arraigada na agricultura. No entanto, para a grande maioria da população, o acesso à alimentação é restrito. A alimentação é fonte de vida, e a parcela brasileira excluída desse direito a vida, clama por soluções.

Vivenciamos um novo momento na história, o processo de construção de políticas públicas de enfrentamento dos problemas sociais e econômicos, que almeja a inclusão da população em risco de vulnerabilidade social. Grande parcela da população brasileira deseja conquistar a cidadania na sua plenitude.

Neste sentido, Segurança Alimentar e Nutricional<sup>1</sup> é o caminho em que o Brasil poderá transformar uma sociedade repleta de desigualdades em um país de oportunidades. Qualquer análise que se faça da sociedade brasileira segundo Schwartzman (2004, p.31), demonstra o paradigma ao qual estamos submetidos, ou seja, de um lado, uma "economia moderna", do outro lado, "milhões de pessoas excluídas de seus benefícios" relegados a uma situação de miserabilidade.

---

<sup>1</sup> “Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia de acesso regular a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, em condições sociais e culturais dignas e em práticas alimentares saudáveis, no contexto de desenvolvimento integral do ser humano” (International Finance Corporation e colaboradores, 2002, p. 8).

Como política pública, a Segurança Alimentar e Nutricional atinge seus objetivos quanto a oferta do produto, sua distribuição e o consumo são disponibilizados pelo governo em cooperação com a sociedade que permite que esse processo transcorra com normalidade, garantindo qualidade, quantidade, disponibilidade e regularidade no acesso à alimentação.

A inserção e participação da sociedade nas tomadas de decisões em políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS), não pode se restringir a decidir onde aplicar os recursos, mas pode exigir de seus representantes atitudes que lhes permitam atuar ativamente, tendo em vista que a participação da sociedade pressupõe definir políticas, integrar projetos de desenvolvimento, e interagir socialmente. O governo deve permitir que a sociedade participe de processos decisórios, que atue em entidades não-governamentais. A participação da sociedade em ações políticas não inclui necessariamente a sua vinculação partidária (DELEVATI, 2001).

O acesso a uma alimentação adequada deveria ser um direito constitucional, e precisa ser legitimado, ou seja, o governo deveria garanti-lo e estendê-lo a toda a população. Por esse motivo, políticas em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável são à base do atual Governo Federal em parceria com os estados, municípios e a sociedade civil<sup>2</sup> (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2006).

O desenvolvimento urbano brasileiro, para Dallari (1981), partiu da área rural para a área urbana, pois existia a prevalência das áreas rurais em relação às cidades, onde as populações eram rarefeitas. Hoje observamos grandes concentrações humanas, nas chamadas áreas metropolitanas, caracterizadas pela marginalidade, pelo crescimento das desigualdades sociais e pela deterioração da qualidade de vida.

---

<sup>2</sup> Sociedade Civil: é a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvam à margem das relações de poder típicas das instituições estatais (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998).

O fenômeno da urbanização acelerado ocorre em face ao êxodo rural provocado por políticas sócio-econômicas que impedem a permanência do homem do campo, na área rural. Observa-se a concentração de terras no meio rural nas mãos de poucos latifundiários. A terra não está disponível ao pequeno agricultor, que encontra-se submetido a uma realidade que o impede de permanecer no campo, sendo assim, difícil competir com os latifundiários (capitalistas da terra).

Nessa perspectiva, uma das estratégias para melhorar a Segurança Alimentar e Nutricional dos brasileiros seria a inclusão de um programa voltado a Agricultura Urbana<sup>3</sup> (AU) como política pública. Tendo como objetivo a revitalização de áreas urbanas até então improdutivas, visando o desenvolvimento regional e a melhoria na qualidade de vida dos marginalizados pela sociedade, interferindo para a redução dos índices de pobreza. É uma alternativa que vem sendo utilizada como indutora de desenvolvimento econômico e social para as regiões. É uma mudança na forma de olharmos o espaço urbano é dar a este uma condição de inclusão aos excluídos, ou seja, condição digna de vida e cidadania.

A prática dentro ou na periferia das cidades da Agricultura Urbana, engloba o cultivo ou criação, processamento e distribuição de uma diversidade de produtos alimentares, flores e plantas medicinais, utilizando e reutilizando recursos humanos e materiais, produtos e serviços que se localizem dentro e ao redor dessa zona (MOUGEOT, 2000a).

Existem diferenças entre a Agricultura Rural (AR) e a Agricultura Urbana, pois a área disponível para o cultivo é restrita na urbana, e ela interage com o sistema urbano. As vantagens na sua implantação vão além da produção de alimentos, contribuem na reciclagem de lixo com utilização de resíduos e rejeitos domésticos, utilização racional de espaços, desenvolvimento humano,

---

<sup>3</sup> “Por agricultura, *lato sensu*, entende-se a soma de tarefas capazes de transformar o meio natural no sentido de produzir matérias vegetais e de criar animais úteis ao homem. Nesta conformidade, a agricultura urbana denomina o conjunto de atividades de produção animal e vegetal exercidas em meio urbano, visto como espaço abrangente que inclui áreas intersticiais não-construídas e superfícies periurbanas” (MADALENO, 2002, p. 7).

desenvolvimento local, diminuição da pobreza, atividade ocupacional e renda (ABEAS, 2005).

A Agricultura Urbana conheceu um período de crescimento na década de 80, onde ficou conhecida em alguns países em desenvolvimento. Ela foi estimulada por organismos internacionais, que nesse momento incrementaram programas de cooperação com países pobres no sentido de se investigarem as características da agricultura praticada em meio urbano, preocupados em expandirem as terras cultivadas e apoiarem tecnicamente os pequenos produtores. Esse momento de transferência de conhecimentos adquiridos foi decisivo, porque a Agricultura Urbana começou a ser vista como atividade importante para um desenvolvimento sustentado. Na década de 90 as atividades desenvolvidas em meio urbano se tornaram visíveis, integrando a agenda das iniciativas tomadas por todas as agências de desenvolvimento internacional (MADALENO, 2002).

Através da prática da Agricultura Urbana, as cidades tornam-se mais produtivas e mais auto-suficientes. No espaço urbano as áreas disponíveis para a Agricultura Urbana são limitadas, tendo em vista que estas áreas encontram-se nas mãos de especuladores imobiliários. Na sociedade (capitalista) a terra representa lucro direto ou indireto. O proprietário dela explora o trabalho de quem não tem acesso a ela. A apropriação da terra pelo capitalista, tanto no meio rural quanto no urbano, em muitos casos exclui o uso da terra à agricultura. Por isso a implantação da Agricultura Urbana na maioria dos lugares se utiliza de espaços públicos, áreas cedidas, pátios, quintais e outros (MARTINS, 1991).

Tendo em vista a relevância que a Agricultura Urbana representa para as sociedades onde estão inseridas como estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável o questionamento desta dissertação (problema) é: qual a viabilidade de implantação da Agricultura Urbana em espaços<sup>4</sup> públicos

---

<sup>4</sup> Os espaços passíveis de utilização, levam em consideração o solo, a localização, dados socioeconômicos local, espaços ociosos e etc.

municipais, nas áreas de risco<sup>5</sup> no município de Santa Cruz do Sul? Sendo este o objetivo desta pesquisa.

O segundo objetivo foi a elaboração de um diagnóstico<sup>6</sup> da realidade urbana através de um levantamento georreferenciado municipal indicando os espaços públicos municipais, passíveis de utilização em um programa de Agricultura Urbana.

Já o terceiro objetivo visou identificar as áreas de risco e vulnerabilidade social através de dados secundários disponíveis em diversos bancos de dados<sup>7</sup> detalhados nos capítulos da pesquisa.

O quarto objetivo debruçou-se sobre a análise da legislação municipal tendo como base o Plano Diretor e o Plano Plurianual 2006-2009 do município de Santa Cruz do Sul.

O estudo foi realizado no ano de 2006. Em 2006 teve início o Plano Plurianual Municipal e as alterações no Plano Diretor. O ano de 2006 e início do ano 2007 foi o momento de organização e discussão, através de conferências municipais do tema da Segurança Alimentar. A inserção no quadro nacional da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), o que reforça a importância da conferência e inclusão de Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios. A LOSAN sob a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, no artigo (art.). 2º estabelece:

art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente a dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o Poder Público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para

---

<sup>5</sup> São consideradas as áreas com probabilidade de ocorrência de algum evento indesejável que não ocorre isolado ou independente do contexto social, sendo assim, interrelacionado a uma complexa rede de fatores e interesses culturais, históricos, políticos, socioeconômicos e ambientais (FOME ZERO, 2003a).

<sup>6</sup> Foi realizado um diagnóstico englobando aspectos socioeconômico, político-administrativo, histórico-cultural e geográfico-ecológico.

<sup>7</sup> Foram utilizados os bancos de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Inserido nesse contexto o município de Santa Cruz do Sul através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, diante da relevância da Segurança Alimentar e Nutricional, realizou com a parceria da sociedade civil a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Santa Cruz do Sul. Com base nas discussões ocorridas na Conferência, o Executivo Municipal, encaminhou um projeto de lei, aprovado pela Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul que cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Santa Cruz do Sul (COMUSANS), que pretende ser um espaço permanente de discussões de Segurança Alimentar e Nutricional.

A presente pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, sendo que a unidade de análise foi o município de Santa Cruz do Sul, município pólo do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE)<sup>8</sup> Vale do Rio Pardo. Os dados foram coletados a partir de pesquisa documental, dados secundários dos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação de Economia e Estatística (FEE), do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil e analisados quantitativamente com o uso do software estatístico Statistical Package for Social Science SPSS versão 11.0. A partir da análise dos dados foi confeccionado um mapa dos espaços públicos municipais passíveis de utilização em Agricultura Urbana, bem como mapa das áreas de risco, através do software Epi Info versão 3.3.2 (Epi Info™ Database and statistics software for public health professionals).

---

<sup>8</sup> O Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) tem como objetivo a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem em sua região; a preservação e recuperação do ambiente (CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL, 1999, p.19).

A presente dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo descreveu-se as experiências mundiais e nacionais em Agricultura Urbana e sua importância enquanto estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. A caracterização do agricultor urbano e as técnicas de cultivo e manejo que são diferenciadas frente ao espaço ser restrito e ao alto valor imobiliário atribuído as terras “disponíveis”<sup>9</sup>, bem como a integração da agricultura a zona urbana que precisa obedecer ao planejamento urbano.

O segundo momento aborda a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, onde os eixos da Segurança Alimentar serão tratados como o acesso aos alimentos, como promotores de modos de vida saudáveis e a Segurança Alimentar como Política Pública. Neste momento, um grande ganho em termos de políticas públicas foi a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), a qual caminha rumo ao desenvolvimento na área social aliada aos demais setores.

O terceiro capítulo contempla a Agricultura Urbana como estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no município de Santa Cruz do Sul. Primeiramente traçou-se uma caracterização do município através de um breve histórico e aspectos geográficos, para então trabalhar com as condições sócio-econômicas que nos possibilitou conhecer a realidade na qual a população está inserida. O segundo momento neste capítulo analisou a Legislação Municipal para verificar se a Agricultura Urbana e a sua inserção na Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável é viável no município. Através do Plano Diretor e do Plano Plurianual Municipal, foi constatado que o município não apresenta restrições quanto à implantação da Agricultura Urbana, mas quando da sua implantação é recomendável uma lei específica. No último momento, o mapeamento dos espaços e a identificação das áreas de risco, mostraram que os bairros Cristal, Glória, Imigrante e Menino Deus são os que se enquadram nesse momento para um trabalho que possibilite às populações uma vida com mais dignidade e cidadania.

---

<sup>9</sup> Grifo do autor

## **1 AGRICULTURA URBANA**

O desenvolvimento da Agricultura Urbana (AU) no mundo encontra-se adiantado devido à ocorrência de crises alimentares, processos de desorganização dos sistemas de produção alimentar, conflitos militares de longa duração, e do papel desempenhado pela produção e auto-produção urbana de alimentos no abastecimento metropolitano e na alimentação de importantes parcelas da população em alguns países. No Brasil não enfrentamos problemas relativos a oferta de alimentos e sim quanto ao acesso aos alimentos e a terra oferecidos no mercado. Somos atingidos pelo êxodo rural, concentração de grandes extensões de terras nas mãos de alguns latifundiários e especuladores imobiliários, políticas públicas que não favorecem a permanência do pequeno agricultor na terra. O Brasil possui grandes cinturões verdes, extensas áreas de terras improdutivas e parte de sua população “passa fome”. A compreensão da realidade brasileira é difícil pois somos um país de proporção continental e ainda nos deparamos com o uso inadequado da terra em prol dos que necessitam. Em ambos os casos a Segurança Alimentar da população está relacionada à AU, apenas o eixo de intervenção difere (NÚCLEO DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA, 2005).

Há milhares de anos, as atividades agrícolas dentro dos limites da cidade, tem existido desde que a primeira população urbana se estabeleceu. Existe uma forte tendência em achar que a AU seja somente uma estratégia de

sobrevivência dos mais pobres, ela vai além, pois gera benefícios econômicos para outros setores da população (VEENHUIZEN, PRAIN e ZEEUW, 2001).

A Agricultura Urbana é uma prática antiga e a sua retomada em comunidades urbanas de baixa renda tem gerado resultados muito positivos. Contribui para a Segurança Alimentar das famílias envolvidas, fortalece vínculos de vizinhança e valoriza a cultura e o conhecimento popular. Como em quase todas as frentes de ações comunitárias, a Agricultura Urbana tem forte participação feminina (ALMEIDA, 2003).

A AU está associada à pobreza urbana e a insegurança alimentar<sup>10</sup> e dentre as muitas definições, de acordo com Mougeot (2000a), eles esquecem que a AU é diferente da agricultura rural (AR) (e complementar a ela) porque ela está integrada no sistema econômico e ecológico urbano.

Conforme Drescher, Amend e Jacob (2000) a AU complementa a AR e aumenta a provisão nacional de alimentos, porque oferece produtos perecíveis que precisam ser rapidamente entregues após colhidos, pode substituir os alimentos importados destinados ao consumo urbano e liberar terras rurais até então destinadas a monocultura e para a produção de produtos destinados à exportação que beneficiam o capitalista, que preocupa-se somente na concentração de renda.

Segundo Zeeuw, Gondel e Waibel (2000), a AU deve ser considerada, um conceito dinâmico que engloba uma variedade de sistemas agrícolas, que podem iniciar na produção para a subsistência e o processamento caseiro até a agricultura totalmente comercializada. Na maioria das vezes a AU tem uma função de nicho em termos de tempo (transitória), de espaço (de interstício), e de condições sociais (ex: mulher e grupos de baixa renda) e econômicas específicas (ex: crise financeira ou escassez de alimentos).

---

<sup>10</sup>O conceito de "insegurança alimentar" engloba desde a percepção de preocupação e angústia ante a incerteza de dispor regularmente de comida, até a vivência de fome por não ter o que comer em todo um dia, passando pela perda da qualidade nutricional, incluindo a diminuição da diversidade da dieta e da quantidade de alimentos, sendo estas as estratégias para enfrentar essa adversidade (BICKEL et al. 2000; WOLFE e FRONGILLO, 2001 apud MARIN-LEON, 2005).

A produção de alimentos dentro das cidades pode se dar em espaços abertos, públicos ou privados, e tem o potencial de aumentar a eficiência do uso da terra urbana e diminuir o risco de redução ou mesmo interrupção no fornecimento de alimentos às pessoas, pela dificuldade de aquisição dos mesmos em decorrência das flutuações salariais e limitações econômicas. Dentre os benefícios sociais alcançados com a prática da Agricultura Urbana, estão a possibilidade de melhoria na qualidade dos alimentos ingeridos pelas pessoas mais pobres, especialmente crianças, idosos e gestantes, e a criação de uma alternativa de renda e emprego para os habitantes (AGENCIARURAL, 2004).

Conforme enunciado pelo Grupo Nacional de Agricultura Urbana de Cuba, citado por Flores (2003, p. 4):

“Facilitemos a produção de alimentos no perímetro urbano, aplicando métodos intensivos que considerem à relação homem – cultivo – animal – ambiente e as facilidades da infra-estrutura urbanística que propiciam a estabilidade da força de trabalho e a produção diversificada de cultivos e animais ao longo de todo o ano, baseando-se em práticas sustentáveis que permitam a reciclagem dos refugos”.

Muitos projetos de pesquisa e desenvolvimento de AU referem-se a processos e manejos de recursos naturais como ciclos de nutrientes e o condicionamento do solo e são processos de longo prazo para fortalecer a sustentabilidade da AU. Mas constata-se que a AU de curto prazo, está limitada pela insegurança no tangente a posse da terra, fluxo de caixa, ambiente político incerto e está motivada pela possibilidade de renda imediata. Essa dualidade apresentada na AU a longo e curto prazo pode limitar a participação dos agricultores em processo de avaliação (URBAN AGRICULTURE MAGAZINE, 2001).

O desafio do “monitoramento e avaliação” (M&A) na AU é descobrir como as ferramentas convencionais e mais conhecidas podem ser melhor adaptadas para o ambiente da AU (CAMPILAN, DRECHSEL E JÖCKER, 2001).

O sistema de produção da AU é caracterizado por Fall e Zeeuw (2001), pela presença de inúmeras microempresas ligadas a produção agrícola,

diferentemente da AR onde caracteriza-se por grandes empresas e instituições, o desempenho da AU é limitado não apenas pelo ambiente biológico e climático, pelo solo e pelas restrições socioeconômicas, mas também por restrições técnicas fundamentais.

Os agricultores urbanos são dinâmicos e inovadores, mas sofrem com o desenvolvimento e difusão de tecnologias oferecidos ao setor rural e conseqüentemente no urbano é reduzido o interesse. Ainda existe a tendência dos grandes centros de pesquisa só se preocuparem com a AR. O comprometimento das autoridades ainda não está voltado para a AU. A quase inexistência de tecnologias adaptadas as condições da produção urbana, comprometem a produção (FALL E ZEEUW, 2001).

A AU para Veenhuizen, Prain e Zeeuw (2001, p. 1), é tratada “como um tema transversal que exige um enfoque multi-setorial e a participação ativa” dos atores envolvidos tanto no planejamento como na implementação de políticas e nos programas de ação.

Segundo Mougeot (2000b), a cobertura geográfica da AU deve ser bem definida, primeiramente considera-se as fronteiras administrativas da cidade com sua área urbana, já os distritos ou municípios vizinhos, identificados como provedores de mão-de-obra, produtos e recursos, são considerados como áreas periurbanas.

De acordo com Holmer (2001), as oportunidades referentes a AU são inúmeras, pois para as empresas de produção ela pode produzir hortaliças, frutas, ornamentais, gado e pequenos animais. Para as empresas de processamento a AU contribui na preparação de alimentos, empacotamento, moagem e secagem. As empresas de distribuição de insumos se beneficiam com o repasse de fertilizantes, compostos químicos, substratos, sementes, praguicidas, água, ferramentas e alimentos balanceados. As empresas de prestação de serviços se beneficiam nos serviços de ordenha, produção de sementes e mudas, assessoria agrônômica, assistência em saúde animal e

registros etc. As microempresas que se dedicam a AU são importantes no fornecimento de alimentos, empregos e serviços.

Entretanto alguns segmentos consideram que AU é essencialmente um processo político e que a idoneidade das metodologias na AU depende muito de sua funcionalidade no contexto sócio-econômico e político local. A AU é um ambiente dinâmico onde transitam e se relacionam inúmeros atores, cada qual com seus próprios interesses e sua base de poder. A participação de Organizações não governamentais (ONGs) na AU pode desempenhar um papel importante na conscientização e na defesa dessa proposta de geração de emprego e renda, auto-sustento, inclusão social por estar mais próxima ao local onde se desenvolve (URBAN AGRICULTURE MAGAZINE, 2001).

Os principais desafios para implantação de projetos em AU são os seguintes: inserção como estratégia local de Segurança Alimentar e de desenvolvimento regional; maior visibilidade as iniciativas existentes; possibilidade de implantação nos múltiplos espaços ofertados pela cidade; interagir mais com os atores envolvidos; enfrentar a descontinuidade nos processos sociais causada pelas mudanças na estrutura do poder público, implementando formas mais sustentáveis que superem esses entraves e que interferem nas dinâmicas sociais e na qualidade de vida; formular diretrizes de políticas públicas inter-setoriais, buscando uma gestão compartilhada de projetos e programas, integrando interesses e demandas das diversas secretarias de uma prefeitura, superando a fragmentação das políticas; importante papel dos agentes comunitários no desenho das políticas; ampliar parcerias e buscar diálogo na sociedade civil; assessorar o poder público na implementação de políticas; construir espaços para a discussão do tema com os movimentos urbanos e rurais (NÚCLEO DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA, 2005).

Para Menezes, Burlandy e Maluf (2004), a inserção da AU como prática ativa de uma política permite otimizar espaços ociosos nos núcleos urbanos e em sua periferia, muitos deles destinados a especulação imobiliária e sujeitos à degradação ambiental. Medidas de incentivo a implantação de projetos

participativos para a produção em bases agroecológicas, possibilita o acesso a baixo custo a hortaliças, frutas, pequenos animais e ervas medicinais. Quando da implantação desses projetos outros podem ser agregados como educação alimentar, diversificação e a valorização da cultura alimentar local, fortalecimento da agricultura de base familiar.

A AU potencializa a economia local contribuindo para o abastecimento urbano e gerando instrumentos de inclusão social. Quando busca-se a aproximação do produtor ao consumidor não se reduz somente os gastos com transporte, como também se obtém alimentos de qualidade, com menor grau de processamento e a diversificação dos hábitos de consumo, devido as exigências cada vez maiores por qualidade que os consumidores e produtores buscam em conjunto (MENEZES, BURLANDY E MALUF, 2004).

Algumas indagações a respeito da AU enquanto política pública ainda precisam ser respondidas conforme Mbiba e Veenhuizen (2001), pois esta deveria ser inserida no planejamento urbano, não poderia ser marginalizada e sua integração deveria ser facilitada. As experiências mundiais revelam inúmeros benefícios, mas para o seu desenvolvimento ela depende e requer mudanças estruturais na percepção dos regimes institucionais que governam as cidades e nos valores sociais sobre os quais se baseiam a produção e o consumo urbanos.

São inúmeros os desafios que circundam a implantação da AU como as diferenças existentes no espaço, modo de produção, acesso a terra, que por vezes impedem que possa ser monitorado o passo a passo de sua implantação. É fundamental, porque serve como referência para seguir no que está certo e corrigir o que pode melhorar. Busca-se o aprimoramento das práticas em AU, pois pode retirar do processo de exclusão milhares de pessoas. O estabelecimento de parcerias pode contribuir na construção da AU, como projeto de geração de emprego e renda, e acesso aos alimentos.

A prática da AU deve ser incentivada porque desempenha um papel relevante no contexto das políticas de Segurança Alimentar. A sua contribuição

à complementação alimentar da população é fundamental, pois assegura aos beneficiados maior grau de autonomia e possibilidades de auto-organização, sendo de fácil implementação e baixo custo (NÚCLEO DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA, 2005).

Para o Projeto “Fome Zero, uma proposta de política de Segurança Alimentar para o Brasil, Governo de Luiz Inácio Lula da Silva”, citado por Machado e Cunha (2003, p. 4):

“A conexão entre o abastecimento e a produção agropecuária local deve ser mais valorizada nos pequenos e médios municípios. Várias iniciativas municipais podem estimular programas como a Feira do Produtor, a entrega em domicílio de produtos frescos, cursos de capacitação para a produção de hortos, cessão de terrenos baldios para seu uso produtivo, e o uso de quotas diferenciadas de impostos prediais para terrenos de baixa produção”.

Conforme exposto, alguns desafios ainda precisam ser transpostos quando se trata de AU. O Quadro 1 exemplifica:

Quadro 1 - Desafios emergentes para o Monitoramento e Avaliação (M&A) em projetos de AU

<i>Características da AU</i>	<i>Diretrizes sugeridas para o M&amp;A</i>
Sistemas não convencionais de produção agrícola.	Identificar indicadores e unidades de medição para os sistemas não convencionais da AU, já que os utilizados na AR podem ser pouco apropriados ou inadequados. Por que a AU é geralmente móvel e transitória, deve-se prever que ela seja um “alvo móvel” para o M&A.
Proximidade e acessibilidade das áreas pesquisadas.	Os recursos orçamentários do projeto são mais eficientes devido à proximidade e acessibilidade aos sítios de AU, reduzindo-se os tempos e os custos com transporte.
Quantidade e variedade de atores.	A grande quantidade e variedade de atores envolvidos na AU exigem um esforço maior para obter sua contribuição para o M&A. É preciso examinar como os diferentes objetivos para o uso da terra, por parte dos atores, afeta o cumprimento de metas e propósitos da AU.
Custos ambientais.	Os conflitos e inadequações potenciais entre os benefícios econômicos e seu custo ambiental requerem que o M&A integre a dimensão ambiental como elemento chave na avaliação dos impactos do projeto.
Multiplicidade de modos de vida agrícolas e não agrícolas	Um fator importante dentro da análise de impacto é a contribuição de modos de vida não relacionados com a AU
“Débil” identidade dos agricultores urbanos.	A fase exploratória requer a identificação da população produtora e/ou de uma amostra selecionada. Motivar os agricultores para que dediquem algum tempo para

<p>Agricultores urbanos geralmente marginalizados e não organizados.</p>	<p>participar do M&amp;A. Negociar, com os agricultores, incentivos e compensações relacionados aos custos por sua participação.</p> <p>Capitalizar o M&amp;A como um processo para que os agricultores urbanos se mobilizem e adquiram maior influência.</p>
<p>AU entrelaçada com outros aspectos mais amplos de desenvolvimento urbano.</p>	<p>Prever que um projeto de AU e seu processo de M&amp;A podem ser arrastados a situações conflituosas com os interesses de outros atores urbanos. Fomentar a confiança e segurança entre os agricultores que podem ter suspeitas sobre uma possível "agenda oculta" no processo de M&amp;A.</p>
<p>Complexos acordos sobre a posse da terra.</p>	<p>Prever que a capacidade dos agricultores urbanos para participar pode ser obstaculizada por seus limitados direitos às terras e aos recursos. Buscar permissão (in)formal ou facilitar o uso consensual das terras ou recursos eventualmente em disputa.</p>
<p>Serviços de pesquisa e de extensão praticamente inexistentes ou muito limitados.</p>	<p>Buscar a colaboração de outras instituições e agências (ONGs, universidades, grupos de apoio) que possam ter um interesse indireto em AU.</p>
<p>Políticas de apoio.</p>	<p>Orientar o M&amp;A na direção de informações adequadas e sólidas (dados estatísticos) geralmente requeridos por quem formula as políticas públicas e administrativas.</p>

Fonte: Monitoramento e Avaliação de Impacto: Monitoramento e Avaliação. Campilan, Drechsel e Jöcker (2001)

Apesar dos enormes benefícios atribuídos a AU, existem fatores limitantes e cuidados que precisamos estar conscientes, para que ela não produza um efeito indesejado (Anexo A).

A solução e/ou prevenção destes e de outros problemas potenciais, incluem a combinação de informação, orientação, monitoramento, fiscalização e regulamentação, baseadas em estruturas legais e administrativas e em cooperação com os produtores urbanos. A Agricultura Urbana se propõem fornecer alimentos saudáveis e a baixo custo para que esse objetivo seja alcançado, os sistemas de produção devem ser tais que não promovam ou agravem os problemas de contaminação, tanto do ambiente quanto dos próprios alimentos, constituindo, métodos adaptados às condições locais (AGENCIARURAL, 2004).

### 1.1. Agricultura Urbana: experiências

As experiências na AU estão sendo difundidas porque é uma estratégia induzida pela crise, que garante a sobrevivência do segmento mais pobre da população. No contexto da sustentabilidade a AU torna-se uma alternativa de acesso aos alimentos.

### 1.1.1 Agricultura Urbana inserida no contexto mundial

Cada vez mais, segundo Cabannes e Dubbeling (2000), os municípios da América Latina reconhecem as políticas e ações locais de apoio à AU como estratégia para uma gestão urbana mais eqüitativa, que desenvolve uma governabilidade mais participativa e menos excludente, além de propiciar maior biodiversidade.

Segundo Monteiro (2002), os problemas sociais intrinsecamente ligados aos econômicos são geralmente associados ao desenvolvimento da AU em países que apresentam maior grau de desigualdade social como é o caso do Brasil. Essa colocação é pertinente, porque em países como o Canadá e mesmo nos Estados Unidos, os estudos sobre a AU podem discernir com maior clareza as questões econômicas e sociais, vinculadas a essas atividades. Nesses países a AU pode ser uma opção de sustentabilidade, enquanto nos países pobres derivam da necessidade prática da sobrevivência física.

Os Governos Municipais promovem as experiências de AU em suas cidades com o propósito de fortalecer a Segurança Alimentar urbana, enfrentar a pobreza na cidade, melhorar o ambiente local e a saúde.

Camilo Aldao, Argentina (5.300 habitantes), está sendo desenvolvida uma política ativa de Agricultura Urbana que integra a comunidade em projetos sociais, ambientais, educacionais e produtivos que incluem a criação de aves e bovinos, as hortas familiares, a utilização de resíduos sólidos e o processamento dos alimentos (Cabannes e Dubbeling, 2000).

Conforme Cabannes e Dubbeling (2000) cada vez mais, os municípios da América Latina reconhecem as políticas e ações locais de apoio à AU como estratégias para uma gestão urbana mais sustentável e eqüitativa como:

O programa de Texcoco, no Distrito Federal do México, busca gerar emprego agropecuário, garantir alimentos à população, revitalizar a atividade e evitar que todos os terrenos úteis se urbanizem. Para isso, a municipalidade criou, em 1997, um

Departamento de Desenvolvimento Rural que administra recursos, fornece capacitação, apóia a organização de produtores e concede microcréditos para os projetos produtivos.

A inserção da AU incorporada ao plano diretor ocorreu segundo Cabannes e Dubbeling (2000) no município de:

Cuenca, no Equador, que iniciou em 1998 um programa com instituições e grupos comunitários para a produção urbana de hortaliças, frutas, grãos, adubos e pequenos animais, incluindo a sua comercialização. Esta atividade foi incorporada aos planos de zoneamento territorial e incluída na legislação urbana.

Durante décadas Cuba usou agrotóxicos e adubos minerais sintéticos na agricultura. Atualmente quase toda a produção agrícola é orgânica. Mas segundo Lock e Zeeuw (2001) a história de Cuba mostra que após 1959, com o período de rápida modernização, a agricultura foi industrializada e dominada por amplas monoculturas, quando os Estados Unidos impuseram o embargo econômico, forçando a nação a depender do comércio com a União Soviética. O colapso da União Soviética em 1989, representou cancelamento do fornecimento de adubos minerais sintéticos, herbicidas, agrotóxicos, e como consequência fome<sup>11</sup> e desnutrição. Mas, aprenderam a trabalhar com o que restou, gente, terra, animais, conhecimento e criatividade. Lotes de terras foram distribuídos (reforma agrária), que se transformaram em hortas produtivas. Em 1998, já havia mais de 8.000 sítios urbanos e hortas comunitárias cultivadas por mais de 30.000 pessoas. Dentro dos limites da capital é proibida a utilização de agrotóxicos. Os agricultores urbanos também descobriram que os problemas com pragas diminuíram devido a grande diversificação das espécies cultivadas. Cuba mostrou que pode, sem a necessidade de produtos químicos caros e que a produção em pequena escala, ser eficiente, com a maior produtividade vinda de várias hortas.

---

<sup>11</sup> A fome é condição definida como uma sensação de ansiedade e desconforto, provocada pela falta de comida. No contexto estudado, a fome é referida como uma condição involuntária, causada pela falta de recursos dos indivíduos ou famílias para obtenção dos alimentos necessários. Pode ser de diversos graus e, conseqüentemente, seu impacto é tanto maior sobre o bem-estar dos indivíduos e populações, quanto mais grave for à carência de alimentos (IBGE, 2006)

Conforme Pagés (2005), a Comissão Nacional de Agricultura Urbana de Cuba, afirma que ainda existe muita terra para explorar em áreas urbanas. Os estudos indicam que há terra suficiente para criar mais 3 milhões de hortas de 0,3 hectares. A AU gerou 384 mil novos empregos no país todo, contando com 82.515 mulheres, 78.312 jovens, 37.562 aposentados, além de milhares de técnicos de nível médio e outros profissionais por todo país.

Na Índia, na cidade de Ahmedabad, segundo Marulanda (2000), foi implantado um modelo inovador de silvicultura urbana comunitária que possuía o objetivo de contribuir para uma cidade mais arborizada por meio da silvicultura, encorajar a participação dos moradores de baixa renda através de parcerias com setores públicos e privado para contribuir no aumento de renda, utilizando espaços públicos vazios, terrenos e áreas disponíveis. De acordo com a Parceria Verde em Ahmedabad, os terrenos de propriedade da Administração Municipal são oferecidos às ONGs e a outras organizações para o desenvolvimento da silvicultura e atividades relacionadas. As áreas são entregues por um período de cinco anos prorrogável por mais cinco. Como iniciativa para aumentar o plantio de árvores ao longo das estradas, várias entidades públicas e privadas se ofereceram para adotar unidades de plantio (cada uma medindo 50 metros de comprimento, com árvores plantadas a cada 5 metros), elas deram os recursos para as mudas e grades de proteção e foram autorizadas a fixar seus logotipos nas grades de proteção. Entre o ano de 1996 e 1997 foram plantadas 16.292 árvores ao longo das vias públicas.

Para Marulanda (2000) a silvicultura contribui para o desenvolvimento urbano e para o ambiente. O aumento da cobertura verde nas cidades reduz a poluição atmosférica e cria um ambiente urbano mais saudável, além de gerar um considerável número de novos empregos e renda. O uso de parcerias para manutenção de serviços públicos está dando certo, a parceria entre governo, ONGs, empresas privadas e outros grupos de cidadãos é uma opção viável na promoção do desenvolvimento. Após a constatação do crescimento das cidades e degradação ambiental, o Governo Indiano assumiu o compromisso de mudança.

A experiência sobre a utilização da hidroponia na América Latina conforme Tabares (2003) foi estimulada desde meados da década de 80 pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Essa técnica de produção agrícola é em alguns casos adequada para uso nas cidades, pois o objetivo é produzir pequenas quantidades de comida em muitas casas. O projeto começou na Colômbia, mas já alcançou mais de 20 países. Num primeiro momento o objetivo do projeto foi ensinar aos moradores carentes a plantar, preparar e consumir hortaliças, em pequenos espaços em suas casas para melhorar a dieta familiar. Mas com o tempo foi percebido que as boas colheitas produziam excedentes que podiam ser vendidos. As colheitas com hidroponia provaram ser maiores que as tradicionais no solo. O ciclo é reduzido, o cultivo pode ser feito durante todos os meses do ano, podem ser obtidas entre 07 e 11 colheitas por ano.

Segundo Tabares (2003), uma horta hidropônica pode produzir em média, por ano, 4,3 Kg de cerca de 15 espécies por m<sup>2</sup>. Se uma residência cultivar 10 m<sup>2</sup> em um ano (algumas cultivam áreas que excedem 60 m<sup>2</sup>) ela poderá produzir 43 kg de hortaliças frescas. A produção consumida ou vendida a preço médio de US\$ 1 por Kg, representaria uma contribuição significativa para melhorar a Segurança Alimentar.

De acordo com Rios e Blancas (2003), o projeto de hidroponia desenvolvido em Lima (Peru) vem buscando melhorar a Segurança Alimentar da população de baixa renda que vive nas áreas periféricas e as três estratégias usadas foram: hortas hidropônicas em escolas e em domicílios, para auto consumo; hortas hidropônicas domésticas para fins comerciais; e a constituição de uma empresa virtual para dinamizar as vendas dos produtos. A implantação de hortas hidropônicas em escolas primárias e secundárias, incluídas no currículo escolar nacional, permitiria a transferência da tecnologia para amplas camadas da população. A produção também poderia melhorar a nutrição dos estudantes, que seriam encorajados a reproduzir a técnica em suas casas.

Organoponia doméstica foi implementada em Marcavilca e em Armatambo, dois assentamentos informais no distrito de Chorrillos (Perú), onde existem poucos espaços para o cultivo de hortas devido a alta concentração de casas precárias. Foram implantadas três hortas para servirem de ferramentas didáticas para treinar mais de 100 famílias, No total cerca de 60% dos treinados eram mulheres e foram estabelecidas 43 hortas. Nas hortas com destino comercial, 18 hortas foram financiadas e 8 bancadas por seus proprietários. Para fechar o ciclo de produção até a comercialização, foi criada uma Companhia Virtual para a comercialização de produtos hidropônicos. Similar a uma franquia, eles se tornaram microempresários, tem acesso a crédito e asseguram o seu próprio progresso. Todos esses avanços foram possíveis diante da integração dos diversos atores envolvidos entre ONGs, instituições financeiras e demais instituições públicas e privadas (RIOS E BLANCAS, 2003).

O tratamento do lixo orgânico doméstico para alimentação de porcos em Montevideu – Uruguai foi uma experiência que demonstrou que a tecnologia de fermentação controlada aplicada em pequena escala é muito útil para o tratamento do lixo orgânico. Para Rodríguez et al. (2003), a população do Uruguai concentra-se nos centros urbanos onde 90% vivem em cidades e destes 43% na capital, Montevideu. Buscando alternativas para enfrentar a crise sócio-econômica, a população encontrou no lixo orgânico doméstico a solução para alimentar os porcos de sua criação. No ano de 2002, cerca de 22% dos pouco mais de 500 catadores de lixo, percorreram as ruas e recolheram em torno de 175 toneladas por semana. As autoridades tentaram proibir a prática pelos riscos ambientais e sanitários envolvidos. Na criação de porcos 70 a 80% do custo recai sobre a alimentação destinada a sua criação. O composto dado aos porcos sem tratamento prévio implica em risco de zoonoses (como brucelose, leptospirose, triquinose e cisticercose). Diante de uma realidade, a Escola de Veterinária desenvolveu tecnologias para coletar e processar o lixo orgânico usado na alimentação dos porcos. Essas medidas visam reduzir os riscos para a saúde pública e para os animais, reduzir o impacto ambiental, assegurar que as tecnologias sejam economicamente

viáveis e que possam ser replicáveis em cidades e países com problemas similares.

Segundo Rodríguez et al. (2003, p. 40), os resultados obtidos na Universidade contribuíram em quatro aspectos:

- a) saúde: o processo de fermentação elimina microorganismos e os parasitas que podem causar sérias doenças para os seres humanos e para os animais;
- b) ambiente: estocar e fermentar o lixo orgânico em um local controlado facilita seu manejo, reduz o mau-cheiro, assegura um ambiente mais limpo, reduz consideravelmente a presença de roedores, de moscas e outros insetos, ajudando assim a controlar doenças que dependem desses animais como vetores;
- c) nutrição: embora o processo de fermentação não melhore o conteúdo nutricional do lixo em si, ele favorece a assimilação dos nutrientes pelos animais, ao hidrolisar as proteínas e abaixar o pH. Além disso, o produto dura mais tempo, tornando-se disponível em épocas quando, de outro modo, se tornaria escasso;
- d) sócio-econômico: todo o processo de fermentação controlada exige mão-de-obra, tornando-se uma oportunidade de trabalho e emprego para os membros da família.

### **1.1.2 Experiências brasileiras**

Um Brasil de contradições, diferenças, desigualdade, mas conforme divulga a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), segundo Menezes, Burlandy e Maluf (2004) a diversidade de cenários, tradições e sotaques, confere ao povo brasileiro a dinâmica de um imenso caleidoscópio cultural. A cada giro, uma imensa surpresa, uma nova feição se configura. Mas o que pode haver de comum entre inúmeros estados brasileiros, além de integrarem o mesmo território. São projetos ou experiências em AU que almejam contribuir na Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) do povo brasileiro.

#### **1.1.2.1 Teresina – Piauí**

O Estado do Piauí é um dos estados mais carente do Brasil (IDH<sup>12</sup> = 656), as características culturais de seus habitantes tem origem no meio rural e sempre existiu no município de Teresina a exploração agrícola aproveitando os espaços vazios da zona urbana e ao longo das margens dos rios. Destacam-se as Hortas Comunitárias, implantadas pela Prefeitura Municipal com o objetivo de gerar trabalho e renda e melhorar o padrão alimentar das famílias carentes da periferia, como também aumentar a oferta de hortaliças (SEMINÁRIO – TALLER LA AGRICULTURA URBANA EM LAS CIDADES DEL SIGLO, 21, 2000).

No ano de 1986 a Prefeitura Municipal de Teresina com o objetivo de atender as crianças carentes e profissionalizá-las implantou o programa de hortas como terapia ocupacional sendo extensivo aos seus familiares. O programa contou com a participação de ONGs e o Fundo Nacional para o Bem-Estar do Menor e Serviço Social do Estado do Piauí. No ano de 1987 foram implantadas mais quatro hortas em bairros e vilas, aproveitando áreas institucionais da prefeitura e, faixas de serviço de redes de energia elétrica de alta tensão da Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco (CHESF). Depois do sucesso inicial, novas alternativas foram criadas para atendimento das crianças e o projeto aprimorou-se para as famílias com o objetivo de gerar emprego e renda. Atualmente o programa de hortas comunitárias é um projeto abrangente, multi-setorial e integral, que tem como objetivo melhorar as condições de vida dos moradores das vilas e favelas. O projeto hortas Comunitárias foi financiado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no período de 1998-2001 implantou 92 hectares (ha), beneficiando 2.300 famílias. Os recursos foram provenientes do BNDES, Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Teresina (SEMINÁRIO – TALLER LA AGRICULTURA URBANA EM LAS CIDADES DEL SIGLO, 21, 2000).

---

<sup>12</sup> IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. Em relação aos outros Estados do Brasil, Piauí apresenta uma situação ruim: ocupa a 25ª posição (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2000).

De acordo com Monteiro e Monteiro (2006), o Manual do Horticultor de 2004 demonstra que Teresina conta com 50 hortas comunitárias na zona urbana, correspondendo a 177,2 ha, onde 43 hortas são do tipo convencional (127,1 ha) com uso de peças tubulares (tubos ou canos), irrigação manual e pequenas áreas, tendo como culturas iniciais a cebolinha, o coentro, a alface e a couve – e sete hortas são do tipo campo agrícola (50,1 ha) caracterizadas por empregar áreas às margens de rios e lagoas e por possuírem um sistema de irrigação mais moderno (com o uso de aspersores). Suas culturas principais são: aipim, feijão, milho, melancia e batata doce. O município ainda conta com 10 hortas na zona rural, sendo duas convencionais (3 ha) e sete do tipo campo agrícola (36 ha).

O perfil do horticultor de Teresina, segundo Monteiro e Monteiro (2006) é o seguinte: dos 240 horticultores distribuídos pelas 43 unidades produtivas, 149 são do sexo feminino, representando 62,1%; 65,2% dos horticultores possuem mais de 46 anos de idade; 87,6% destes possuem ensino fundamental incompleto e 33,3% são analfabetos, assim, devido ao baixo nível escolar eles encontram dificuldades de inserção no mercado formal, buscando as hortas como opção de renda. Quanto à renda familiar, 80,4% dos horticultores percebem menos de um salário mínimo, enquanto 46, equivalendo a 19,2% auferem dois a três salários mínimos, e 01, representando 0,4%, auferem entre três a quatro salários mínimos, respectivamente, com o trabalho nas hortas. A atividade é predominantemente familiar, onde 68,4% trabalham com filhos e cônjuges, 31,2% sem a contribuição da família e 0,4% emprega esporadicamente alguém para ajudar. E 97 horticultores que correspondem a 40,4% já desenvolviam o cultivo agrícola antes das hortas.

Os atores envolvidos no processo são as famílias cadastradas, associações de moradores, Prefeitura Municipal de Teresina, BNDES, CHESF, Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas do Piauí, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), Ministério da Agricultura e Abastecimento e Banco do Nordeste do Brasil. A participação de cada

órgão/entidade está relacionada com sua natureza e finalidade, a CHESF visa à preservação de suas redes e estruturas de transmissão de energia (SEMINÁRIO – TALLER LA AGRICULTURA URBANA EM LAS CIDADES DEL SIGLO, 21, 2000).

As vantagens alcançadas com o programa de hortas comunitárias vão desde a fonte de renda para as famílias, profissionalização, ocupação de áreas desabitadas tidas como inaproveitáveis, resgate da cultura, ligada ao cultivo da terra, redução da importação de hortaliças de outros municípios, organização das famílias em associações, condições adequadas de higiene oferecendo Segurança Alimentar aos consumidores e consumo de hortaliças com maior qualidade biológica.

#### **1.1.2.2 Curaçá – Bahia**

No município de Curaçá, assim como em todo o Nordeste do Brasil, a população possui o costume de plantar árvores frutíferas, plantas medicinais e condimentares e criar animais domésticos, além da atividade pesqueira devido à localização às margens do rio São Francisco. Para Suzuki (2000), a Prefeitura de Curaçá reconhece a importância da AU e aceitou participar do projeto AU e Alimentação das cidades da América Latina e Caribe, Programa de Gestão Urbana, pertencente ao Centro das nações Unidas para os Assentamentos Humanos (CNUH/Habitat). Selecionada como uma das quatro cidades associadas, Curaçá realizou um diagnóstico de base. O Governo Municipal incentiva a atividade agrícola na cidade e no seu entorno, através de ações públicas que destinam áreas estratégicas, estabelecidas em lei, como o Código de Posturas do Município de Curaçá, considerando os impactos negativos e avaliados em prol da comunidade.

Segundo Suzuki (2000), na década de 80 foi criada por iniciativa da prefeitura a horta nas terras da Companhia do Vale do São Francisco

(CODEVASF). Com a desativação da empresa a terra foi devolvida e serviu de abrigo para o funcionamento do Instituto Biológico da Bahia e um depósito de combustível. Nesse período, a horta teve apoio institucional da Prefeitura, porém o cultivo se realizava somente na vazante do rio São Francisco. A administração posterior desativou a horta por desavenças com os produtores locais, e a arrendou em pequenos lotes. Na década de 90, houve uma cheia que danificou a horta, equipamentos e nada foi recuperado. As famílias que lá permaneceram continuaram plantando sem irrigação. Nesse período ocorreram invasões dos prédios públicos por famílias que não tinham onde morar. O gestor municipal resolveu reativar a horta, reequipando-a com equipamentos de irrigação, e assistência técnica de um agrônomo por um período.

Inicialmente foram 15 famílias beneficiadas. Os participantes dessa horta, que até então era mais coletiva do que comunitária, estão organizadas em forma de Associação, a Hortovale. A área cultivada é de 12.415 m<sup>2</sup>, distribuídos em 18 lotes, variando de 280 m a 2.550 m, sendo a área total utilizado, 74,8% da área para o cultivo agrícola, o restante está em preparo ou descanso.

Os principais impactos sentidos ao longo dos anos com a implantação da AU conforme Suzuki (2000), foi a redução da fome das famílias envolvidas, sensibilização da comunidade, e das autoridades em relação a viabilidade da produção agrícola urbana, disponibilidade para a comunidade de hortaliças de qualidade e valorização da agricultura orgânica. Para intensificar o desenvolvimento da AU eles compreenderam que associativismo é o ideal para a organização da pequena unidade produtiva e a prática da agricultura orgânica como valor a difundir. O Poder Público local reconheceu a importância da AU como dinamizadora social na perspectiva de combate à fome, pobreza, Segurança Alimentar e geração de emprego e renda.

### **1.1.2.3 Brasília - Distrito Federal**

Para Homem de Carvalho (2003) o Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar do Distrito Federal (PROVE) é um programa

implementado desde 1995, de incentivo e apoio à agregação de valor à pequena produção agrícola a partir do processamento dos produtos em agroindústrias familiares. O PROVE ganhou espaço no Distrito Federal e conquistou Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Quito (Equador), Montevideu (Uruguai), Honduras, com algumas denominações diferenciadas. O PROVE aperfeiçoa e cria mecanismos que facilitam a comercialização dos produtos industrializados nas agroindústrias. É um programa de produção, transformação e comercialização da pequena produção familiar. A horticultura fornece as hortaliças para transformação em produtos pré-processados, frutas para transformação em doces, polpas e sucos, e a pecuária envolve a criação de animais para produção de ovos, produtos lácteos, embutidos e defumados.

O processo de urbanização aumenta a demanda por produtos processados, pela sua praticidade e economia de tempo, no preparo para consumo. Os produtos agrícolas produzidos através do PROVE, se apresentam como a melhor alternativa para a capitalização dos pequenos agricultores para o auto-sustento.

O objetivo do PROVE segundo Homem de Carvalho (2003), é criar e ampliar oportunidades para o pequeno produtor rural se inserir no processo produtivo, contribuir na melhoria das condições de vida e exercício da cidadania, criar e implementar mecanismos que estimulem os pequenos produtores a processarem produtos *in natura* e aperfeiçoar e criar mecanismos que facilitam a comercialização dos produtos. As estratégias adotadas para agregar valor à produção e tornar o pequeno produtor mais competitivo no mercado formal foram: viabilizar o acesso ao crédito, incentivar e apoiar formas organizativas (associações, cooperativas) no sentido de procurar a auto sustentabilidade e colocar a capacidade instalada do Estado prioritariamente a serviço dos agricultores mais necessitados.

A lei nº 1825 de 13 de janeiro de 1998 (Distrito Federal, 1998), que instituiu o PROVE, criou incentivos e estabeleceu normas relativas ao tratamento diferenciado e simplificado à Unidade Familiar de Processamento

Agroindustrial. O resultado após a implantação da legislação, foi a ampliação da capacidade produtiva com mecanismos que atestam a qualidade do produto. A legislação viabiliza a construção de agroindústrias adaptadas as necessidades do produtor.

De acordo com Homem de Carvalho (2003), existe a necessidade de mais pesquisa de mercado, falta experiência gerencial e de comercialização por parte dos produtores, dificuldade de manter estoque mínimo, insuficiente infra-estrutura, falta comprometimento efetivo do pessoal do serviço público com o êxito da produção dos pequenos agricultores. O grande desafio para implantação de projetos em AR e AU está na inserção do pequeno agricultor no mercado e sobretudo na cultura das instituições oficiais, não habituadas a trabalhar com o público excluído.

## **1.2 Caracterização da Agricultura Urbana**

A AU é muitas vezes subestimada, acredita-se na sua contribuição para atender famílias carentes. As diferenças existentes entre AU e rural, e entre os próprios agricultores, diferem e carecem de políticas públicas voltadas para área urbana.

### **1.2.1 Características dos agricultores urbanos**

A AU difere e muito da AR. Além da localização, os motivos econômicos, os tipos de produtos, o uso e distribuição das colheitas, os atores envolvidos, as tecnologias usadas a diferença relevante nessa análise diz respeito às características dos agricultores.

Para Veenhuizen (2003), a AU acontece dentro das cidades ou em suas periferias, nos quintais das casas, podendo também ser praticada distante das

suas residências, pode incluir atividades produtivas, de processamento, distribuição e vendas. As mulheres agricultoras urbanas são em maior número, pertencem aos grupos de menor renda, procurando reforçar a renda familiar.

A população que se dedica a AU segundo Veenhuizen, Prain e Zeeuw (2001) é muito heterogênea, uma parte é composta por antigos agricultores rurais (o conhecimento técnico-rural pouco contribui no ambiente urbano), outros dedicam-se por necessidade (pobres), ou por escolha pois vêm na AU meio para obter uma boa renda e uma oportunidade de investimento. Ao estabelecer uma relação entre o agricultor rural e o urbano, para o primeiro a agricultura é sua única ocupação e para o agricultor urbano é apenas uma entre várias estratégias de sobrevivência.

O agricultor urbano e o rural sofrem com a insegurança com relação a posse da terra e o agricultor urbano ainda sente a imposição da limitação do espaço. Em contrapartida, o agricultor urbano encontra-se próximo do mercado consumidor e tem acesso a recursos (lixo, água residuais) nem sempre disponíveis aos agricultores rurais. Outra diferença é a complexa rede de relações existentes e o maior número de atores agindo nos vários e diferentes níveis dos assentamentos urbanos.

As diferenças entre o agricultor urbano e o rural, podem ser observadas no Quadro 2, elaborada por Campilan, Drechsel e Jöcker (2001). Os estudos sobre AU estão correlacionados a AR, portanto a síntese apresentada traça um parâmetro claro e objetivo para a compreensão do agricultor urbano com o sistema onde vive.

Conforme Fall e Zeeuw (2001), os agricultores rurais em sua grande maioria se conhecem desde pequenos, trocam experiências e informações sobre tecnologias e os agricultores urbanos vivem em comunidades onde muitos deles estão envolvidos em outras atividades econômicas, podendo desconhecer os demais agricultores. Podem vir de origens sócio-culturais diferentes, dificultando o diálogo e a cooperação. As famílias de agricultores

urbanos associam a produção agrícola a outras fontes de renda, possuem maior clareza do mercado urbano e da demanda de alimentos da cidade do que seus colegas rurais.

Quadro 2 - Comparação de características entre a agricultura rural e urbana/periurbana

Característica	Situação "rural"	Situação "urbana/periurbana"
Tipo de exploração agrícola	Convencional, segundo o manual	Não convencional, móvel ou temporária, parcialmente acima do solo ou sem solo.
Agricultura como meio de vida	Agricultura é o principal meio de vida, de tempo integral	A agricultura é freqüentemente uma atividade secundária, de tempo parcial
Identidade dos praticantes	Usualmente já nascem em famílias de agricultores	"Principiantes", agricultores de tempo parcial, migrantes do meio rural, lazer.
Perfil da comunidade	A maioria dos membros da comunidade pratica a agricultura	A porcentagem dos membros da comunidade que lidam com agricultura é muito variável
Ponto de vista dos participantes com respeito à importância da agricultura	Geralmente a apóiam	Têm pontos de vista diversos
Contexto político, social, econômico e cultural	Mais homogêneo	Mais heterogêneo
Uso e disponibilidade da terra	Geralmente estável para a agricultura	Vários usos competem pela mesma terra (usos agrícolas x não agrícolas)
Calendário de cultivos	Segundo a estação do ano	Cultivos durante todo o ano
Segurança quanto à posse da terra	Relativamente alta	Relativamente baixa
Custo de mão-de-obra	Relativamente baixo	Relativamente alto
Acesso a mercados e insumos	Geralmente longe dos mercados	Perto dos mercados, favorável para cultivos de produtos perecíveis pagos à vista
Disponibilidade de serviços de pesquisa e extensão	Bastante prováveis	Pouco prováveis
Apoio político	Alta prioridade na agenda política	Situação indefinida, políticas de apoio vagas ou inexistentes

Fonte: Monitoramento e Avaliação de Impacto: Monitoramento e Avaliação. Campilan, Drechsel e Jöcker (2001)

Os agricultores urbanos podem se concentrar em um componente e deixar de lado os demais componentes para outros produtores. No ambiente urbano as condições do solo e da água são bem diferentes, outras variedades de plantas, mais perecíveis, podem ser cultivadas.

As hortas caseiras na sua maioria são administradas pelas mulheres. O papel das mulheres na AU é precioso, de protagonista. Para Palácios (2003), a

AU não se constitui numa prática transformadora das relações sociais, não estabelece a igualdade entre homens e mulheres. Como a mulher desempenha um papel importante na AU, os governos locais poderiam reconhecer e fortalecer a sua participação, promover e incorporar a eqüidade do gênero no desenho do planejamento e implementação de políticas de AU . Reconhecer as diferenças e buscar soluções que viabilizem a mulher gerir a sua família e aceitá-la no contexto urbano com igualdade de direito. A iniciativa em Fortaleza, onde o Banco Palmas criou a “Incubadora Feminina”, é um projeto que objetiva Segurança Alimentar e a inclusão das mulheres em risco social. O projeto oferece capacitação profissional (cursos), educação sanitária, alimentícia e ambiental (visitas pedagógicas a feiras e mercados) e um laboratório de AU onde as mulheres aprendem a cultivar para logo desenvolver suas próprias hortas nas quais cultivam hortaliças e plantas medicinais. O papel da mulher na AU difere da mulher da AU em inúmeros aspectos, mas ainda é marginalizada e excluída do processo. É importante aprofundar o papel da mulher na AU, na sociedade.

### **1.2.2 Plantas medicinais**

As plantas medicinais e condimentares cada vez mais estão sendo utilizadas pelas pessoas que desejam melhorar a sua qualidade de vida, prevenir e/ou curar doenças, acrescentar mais sabor aos alimentos na busca por uma forma mais natural de vida. As plantas medicinais exigem certos cuidados para um melhor aproveitamento dos seus benefícios, deve-se reconhecer as plantas saber suas propriedades medicinais e alimentícias, saber coletar, secar e conservar para usá-las adequadamente.

O homem primitivo, ao procurar plantas para seu sustento, foi descobrindo plantas com ação tóxica ou medicinal, dando início a uma sistematização empírica dos seres vivos, de acordo com o uso que podia fazer deles. Indícios do uso de plantas medicinais e tóxicas foram encontradas nas mais antigas civilizações (POSER E MENTZ, 2001).

As plantas, desde a antiguidade, fazem parte da vida do ser humano como fonte de alimentos e cura de enfermidades, ou seja, recurso terapêutico eficaz. Nos dias de hoje, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima-se que 75 % da população mundial utilizam fitoterápicos<sup>13</sup> ou fitomedicamentos (MARTINS, 2003).

Para Miguel (2000), nesta perspectiva da pesquisa natural, o homem encontrou nas chamadas plantas medicinais, virtudes, cujo valor tornou-se reconhecido e por tantas vezes, foi considerado como mágico e até alquimista, sendo transmitido de geração a geração.

A utilização da planta medicinal fresca, de acordo com Lorenzi e Matos (2002), na forma recém-colhida ou elaborada extemporaneamente, é o recurso mais freqüente utilizado pela maior parte da população brasileira. A população busca nas plantas medicinais uma terapia natural, diminuição de efeitos colaterais (quando em comparação com medicamentos industrializados), tratamento preventivo e custos menores.

Diante do exposto, Korolkovas e Burckhalter (1988) afirmam que os produtos de origem natural, podem ser tão eficientes quanto aqueles produzidos a partir de síntese química e atualmente a humanidade racionalmente observa as plantas em seu habitat, estuda a sua reprodução, promove investigação sistemática de grupos botânicos, a fim de validar as pesquisas sobre plantas, desenvolver novas tecnologias e assegurar uma terapia mais segura. As plantas medicinais são utilizadas principalmente por populações de regiões onde o acesso a medicina convencional é difícil

---

<sup>13</sup> Fitoterapia: nome vem da palavra grega “fhtoi” (plantas) e “qerapa” (tratamento), ou seja, tratamento por meio de plantas. Ela caracteriza a terapêutica através de recursos naturais como plantas frescas, secas e seus preparados, a fim de prevenir, aliviar ou curar um processo patológico (MIGUEL, 2000).

### 1.2.3 Técnicas de cultivo e manejo em AU

A AU é um fenômeno dinâmico por estar inserida no sistema urbano. Algumas tecnologias foram desenvolvidas especificamente para o ambiente urbano. Para Veenhuizen (2003), um desafio para a AU é a alta pressão sobre a terra e conseqüente insegurança quanto a sua posse. Muitas áreas urbanas quando disponíveis estão contaminadas, ou o agricultor terá que competir com uma multidão de outros usuários em potencial. O custo da produção (mão-de-obra, insumos, terra, etc.) é mais elevado ao ser comparado a rural, compensado pelas maiores oportunidades de venda da produção a preços mais vantajosos e com menores custos de transporte. A maior parte dos sistemas se caracterizam pelo baixo nível tecnológico.

De acordo com Veenhuizen (2003), a hidroponia e a organoponia cubana já estão bem divulgadas, mas outras práticas, como uso de tratamentos para o lixo e águas servidas, são menos conhecidos. As práticas de irrigação de pequena escala e de compostagem são similares às praticadas nos ambientes rurais. Nas cidades, existe grande quantidade de lixo orgânico disponível, e a compostagem desses resíduos biodegradáveis, para a produção de adubo orgânico, é uma excelente solução para destinação desses materiais, desviando-os dos lixões e aterros sanitários e devolvendo os nutrientes ao solo. A utilização de biodigestores para produção do biogás converte resíduos (excreta humana, águas servidas e lixo orgânico) em energia que pode ser usada como combustível para iluminação, cozimento de alimentos em fogões domésticos e para gerar eletricidade. O lodo do esgoto pode ser usado no melhoramento do solo, na alimentação de peixes, minhocas, bichos-da-seda e porcos.

Existem inúmeras técnicas adaptadas às condições locais, segundo Khosa et al (2003), como o sistema tambor de gotas que é utilizado para micro-irrigação em locais onde o acesso a água é precário. Esta técnica foi aplicada na África do Sul e consiste num sistema de gotejamento que utiliza um tambor de 200 litros conectado por meio de uma torneira, a um conjunto de cinco

mangueiras de polietileno, medindo cada uma 6 metros. Essas mangueiras que permitirão o gotejamento são perfuradas com um prego. Um pedaço de cordão é passado através das perfurações com a ajuda de agulha grossa. Para impedir que os cordões escapem dos furos, são dados nós em ambas as suas extremidades. Esse sistema pode irrigar uma área de 36 m<sup>2</sup>, permitindo a produção de 60 Kg de hortaliças a cada quatro meses, utilizando 600 litros de água por semana. O sistema utiliza águas servidas (sem a presença de excreta humana).

Conforme Novo (2003), as técnicas produtivas urbanas só são válidas se forem adequadamente adaptadas ao ambiente físico urbano e se os resultados esperados forem alcançados, como o exemplo da organoponia. Uma técnica organopônica consiste na abertura de valas em solos que apresentam baixa fertilidade, preenchê-las com terra e matéria orgânica, protegê-las com diferentes materiais, e usá-las como viveiros ou sementeiras. Para a proteção pode ser utilizada madeira, pedra ou fragmentos de concreto. No método organopônico, as hortaliças podem ser cultivadas de modo intensivo devido às vantagens obtidas pelo uso concentrado de matérias orgânicas.

As hortas móveis, como são conhecidas no Quênia, segundo Ondeng (2003), podem ser criadas utilizando-se sacos de tecido ou de polietileno, tambores plásticos ou metálicos, com capacidade para 90 ou 100 kg de terra. Primeiramente são feitos cerca de 70 a 100 furos, por toda extensão do saco e após preenchido com terra rica em matéria orgânica. Após duas a três semanas do preparo dos sacos, o transplante de mudas pode ser realizado nos buracos abertos. É aconselhável duas regas por dia, como os sacos são móveis podem ser arrastados para onde for mais conveniente.

Dispor de terras em centros urbanos não é fácil, portanto deve-se pensar em aproveitar tudo o que está ao alcance, pois existem tecnologias de cultivo que utilizam horta em pneu, horta em garrafa, horta em canos de PVC, paredes cultiváveis, hidroponia em canos de PVC, horta em balcões de janela, todas de fácil aplicabilidade e manejo.

### 1.3 Paradigma da sustentabilidade

Segundo Caporal e Costabeber (2001), a sustentabilidade faz parte de um processo de busca permanente de estratégias de desenvolvimento que qualifiquem a ação e a interação humana nos ecossistemas.

Para Sampaio (2004) a sustentabilidade social é:

“a criação de um processo de desenvolvimento civilizatório mais justo. A econômica é aquela que possibilita uma melhor alocação e gestão mais eficientes dos recursos. A ecológica é incrementada pelo aumento da capacidade de recursos naturais, limitando os recursos não-renováveis ou ambientalmente prejudicados. A espacial é aquela voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada. E a cultural engloba as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, respeitando a continuidade das tradições culturais, e até mesmo a pluralidade das soluções particulares”.

Para Delevati (2001), o desenvolvimento é um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o ambiente.

O paradigma da sustentabilidade é aliar o desenvolvimento da sociedade humana á manutenção do ambiente. Como explica Costanza (1991) citado por Bellen (2006 p. 24),

o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser inserido na relação dinâmica entre o sistema econômico humano e um sistema maior, com taxa de mudança mais lenta, o ecológico. Para ser sustentável essa relação deve assegurar que a vida humana possa continuar indefinidamente, com crescimento e desenvolvimento da sua cultura, observando-se que os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro das fronteiras adequadas, de modo a não destruir a diversidade, a complexidade e as funções do sistema ecológico de suporte à vida.

É muito difícil conceber o desenvolvimento sustentável de um local/região sem providenciar mudanças ecológicas no setor agrícola, aliadas á

outras áreas da sociedade. Altieri (1989) citado por Lima (2001) salienta que uma agricultura ecológica só ocorrerá se o ser humano for mais consciente, com atitudes de coexistência e não de exploração da natureza.

Para Menegat e Almeida (2004) “desenvolvimento sustentável responde as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de prover suas próprias necessidades”. Uma sociedade consciente possui uma projeção de futuro que possibilita sustentabilidade para suprir suas necessidades.

O Quadro 3 elaborado por Menegat e Almeida (2004) demonstra as metas múltiplas de desenvolvimento sustentável aplicado às cidades enfocando o hoje e a capacidade das gerações futuras em manter a sua sustentabilidade. Os autores salientam que não são as cidades ou a urbanização que o desenvolvimento sustentável busca sustentar, e sim a satisfação de necessidades humanas em assentamentos de qualquer tamanho, sem o esgotamento do capital ambiental.

Para se construir uma nova cultura sustentável e humanista, Menegat e Almeida (2004) afirmam ser imprescindível a participação dos cidadãos na tomada de decisões no destino das cidades. Questões relacionadas com inclusão social, geração de renda, sistemas culturais e etno-culturais são importantes para entender a sustentabilidade de uma forma mais ampla. A sustentabilidade é uma nova concepção da relação entre a humanidade e a natureza que precisa engajar todas as formas da atividade humana, quer na ação individual, quer na totalidade.

Segundo Foladori (2001, p. 17) “a maioria das análises sobre a questão ambiental parte de uma perspectiva técnica porque costuma reduzir os problemas ambientais”, a três grupos: poluição, depredação e excesso de população. Nesses três casos, há uma questão técnica como denominador comum: os limites físicos com os quais o ser humano se defronta em seu desenvolvimento.

Quadro 3 - As metas múltiplas de desenvolvimento sustentável aplicado às cidades

<b>SATISFAZER AS NECESSIDADES DO PRESENTE...</b>	
<b>Econômicas</b>	Incluem o acesso a uma renda adequada ou meios de produção: também segurança econômica quando desempregado, doente, inválido ou, de outra forma que impossibilite o bem-estar.
<b>Sociais, culturais e de saúde</b>	Inclui uma habitação que não incorra em riscos, saudável e acessível, num bairro com provisão de água encanada, saneamento, drenagem, transporte, atendimento à saúde, educação e desenvolvimento infantil. Também, um lar, local de trabalho e ambiente para viver, protegido de perigos ambientais, inclusive da poluição química. Também são importantes as necessidades relacionadas à escolha e controle feito pelas pessoas - inclusive lares e bairros que consideram importantes e onde são satisfeitas as suas prioridades sociais e culturais. Habitações e serviços devem preencher as necessidades específicas de crianças e de adultos responsáveis pela maior parte do cuidado infantil (geralmente mulheres). Realizar isso exige uma distribuição mais equitativa de renda entre as nações e, na maioria dentro dos próprios países.
<b>Políticas</b>	Inclui a liberdade de participar na política nacional e local e em decisões a respeito da gestão e do desenvolvimento da própria casa e do bairro - dentro de um quadro mais amplo que assegura o respeito pelos direitos civis e políticos e a implantação de legislação ambiental.
<b>... SEM COMPROMETER A CAPACIDADE DAS GERAÇÕES FUTURAS EM SATISFAZER AS SUAS PRÓPRIAS NECESSIDADES</b>	
<b>Minimizar o uso ou desperdício de recursos não-renováveis</b>	Inclui minimizar o consumo de combustíveis fósseis em habitação, comércio, indústria e transporte, além da substituição de recursos renováveis onde for viável. Também, minimizar o desperdício de recursos minerais escassos (reduzir o uso, reutilizar, reciclar, recuperar). Existem também, nas cidades, bens culturais, históricos e naturais que são insubstituíveis e, assim, não-renováveis - por exemplo, distritos históricos e parques e paisagens naturais que proporcionam espaço para jogos, recreações e acesso à natureza.
<b>Uso sustentável de recursos renováveis finitos</b>	Cidades que retiram recursos de água doce em níveis que podem ser sustentados (com promoção de reciclagem e reutilização). Manter uma pegada ecológica sustentável em termos de área territorial usada por produtores e consumidores urbanos para obter produtos agrícolas e florestais e combustíveis de biomassa.
<b>Uso de resíduos biodegradáveis</b>	Que não impõem sobrecarga nos corpos receptores renováveis - por exemplo, a capacidade de um rio decompor resíduos biodegradáveis sem degradação ecológica.
<b>Uso de resíduos / emissões não - biodegradáveis</b>	Que não imponham sobrecarga na capacidade (finita) de receptores locais e globais para absorver ou diluí-los sem efeitos adversos (por exemplo, pesticidas persistentes, gases estufa e produtos químicos que exauram o ozônio estratosférico)

Fonte: As metas múltiplas de desenvolvimento sustentável aplicado as cidades. Menegat e Almeida (2004)

A referência quanto ao excesso populacional depara-se diretamente ao esgotamento ambiental quando refere-se a escolha de estilo de vida do grupo

populacional, se a opção for consumista (padrões de consumo de famílias de renda média e alta), pode comprometer o capital ambiental.

Para Foladori (2001), a destruição do ambiente está ligada a história da humanidade que sempre poluiu, depredou os recursos naturais, pode-se pensar que se trata de um comportamento intrínseco ao ser humano. Os demais seres vivos se comportam frente ao ambiente de maneira regular.

O ser humano interfere na complexidade do ambiente e, conforme o nível de interferência, esse não acompanha o processo de estabilidade, gerando o esgotamento dos ecossistemas. Satisfazer as necessidades humanas, preservar o ambiente e proporcionar desenvolvimento, é um constante desafio. É difícil associar melhoria das condições ambientais com as metas preestabelecidas para o desenvolvimento nas áreas sociais, econômicas e políticas.

### **1.3.1 Agricultura Urbana e a participação cidadã**

Para Natasha Reyes citada por Patiño (2003, p.1), “os sonhos e a cidade são construídos de forma conjunta”. Os programas e políticas voltadas para a AU precisam integrar diálogos entre os governos locais, as ONGs, organizações acadêmicas, produtores, setor privado formal e informal, com destaque nos grupos não organizados e excluídos abrir espaços de participação dentro da gestão municipal, facilitar o financiamento para execução de ações e políticas combinadas e apoiar as capacidades dos atores locais no desenvolvimento de processos voltados a AU.

Segundo Carlos Carignano, citado por Patiño (2003, p.4) os programas locais de AU podem transformar-se num insumo chave para a construção de uma governabilidade participativa e democrática nas cidades.

A participação cidadã na AU transcorre se forem seguidas as seguintes orientações (PATIÑO, 2003, p.2-3):

- 1° Sensibilização e mobilização de atores para implementar estratégias de comunicação e difusão, direcionadas a públicos distintos e formalizar os compromissos;
- 2° Diagnóstico participativo que priorize os problemas e necessidades concretas do povo e analise as potencialidades e limitações que existem no município para o desenvolvimento da Agricultura Urbana;
- 3° Formulação de estratégias de ação conjuntas e os atores para construção de plataformas envolvendo os atores;
- 4° Implementação de projetos e programas é importante desenvolver projetos pilotos ou ações demonstrativas com impactos em curto prazo, gerando entusiasmo nas investidas em processos mais complexos e prolongados, não deixando de estabelecer o papel dos diferentes atores em cada fase do processo;
- 5° Institucionalização e ampliação de escola onde a política municipal garanta a sustentabilidade do programa e facilite a mudança da escola, de um bairro para vários, ou de um município a outros. A inclusão nos planos estratégicos de desenvolvimento e organização territorial, além da inserção no orçamento municipal;
- 6° Monitoramento e avaliação é necessário implementar um sistema participativo dando ênfase especial a qualidade e pertinência dos indicadores que se definam.

O Brasil é uma nação com muitos interesses que, às vezes, se afinam, se entrelaçam e também se enfrentam. Mas o compromisso ético e a responsabilidade social de um povo pode juntar as diferenças na superação da fome e da miséria que envergonha a todos. Esta contribuição é indispensável, tanto para resolver o problema da Segurança Alimentar e Nutricional como para projetar um modelo de desenvolvimento com democracia e justiça social (MARTINS et al [2002?]).

O importante a destacar nesta busca é que a Segurança Alimentar que vivenciada hoje, jamais poderá se tornar a insegurança alimentar do amanhã. A sociedade brasileira necessita de generosidade, solidariedade, participação para gerar uma sociedade sustentável. De acordo Neri (2003), “o combate à desigualdade é um caminho para combater a pobreza, tão ou mais importante no Brasil, quanto o crescimento”.

Para Schwartzman (2004, p. 31-32):

qualquer análise que se faça da sociedade brasileira atual mostra que, ao lado de uma economia moderna, existem milhões de pessoas

excluídas de seus benefícios, assim como dos serviços proporcionados pelo governo a seus cidadãos. Isto pode ser uma consequência do processo de exclusão, pelos quais setores, antes incluídos foram expulsos e marginalizados por processos de mudança social, econômica ou política; ou de processos de inclusão limitada, pelos quais o acesso a emprego, renda e benefícios do desenvolvimento econômico fica restrito a determinados segmentos da sociedade.

Falar em direito à vida, face a esta constatação é difícil, mas existe uma saída. É o momento da sociedade civil, Governos (Federal, Estadual e Municipal), instituições, entidades, organizarem-se por meio de políticas públicas responsáveis, que permitam a inclusão social desta parcela de trabalhadores.

Segundo Pochmann (2002, p.237)

O Brasil segue a marcha da exclusão social fomentada por um modelo econômico produtor e reprodutor de pobreza, desigualdade e desemprego. As políticas sociais e do trabalho existentes assumem o papel de ambulâncias, a transportarem as vítimas da exclusão gerada pela condução das políticas econômicas neoliberais.

Para Foladori (2001), a partir do momento que o ser humano objetiva a natureza como seu espaço de trabalho, impõem a ela transformações radicais a seu ambiente. A principal transformação, sobre a qual estão baseadas as demais, é a que impôs a sua própria espécie, ao estabelecer relações sobre base imediata e, com isso, gerar relações sociais. Essas relações sociais são diferentes segundo o tipo de propriedade e uso dos meios de produção. Cada momento está marcado por determinadas relações sociais. Por esse motivo o direito a alimentação é uma preocupação antiga. Assim busca-se assegurar o direito a alimentação através de inúmeros projetos e programas que visem em todos os momentos Segurança Alimentar Nutricional.

De acordo com Menegat e Almeida (2004) as possibilidades de sobrevivência solidária e sustentável da espécie humana não se encontram mais em equações malthusianas nas que apenas equilibram população de um lado e quantidade de alimentos disponíveis no outro. Nem em molduras de estados totalitários que procuravam determinar severos deveres para os

cidadãos, sem que esses pudessem entender o mundo. Talvez seja possível organizar a sociedade por meio de um projeto de emancipação humanista e sustentável, que considere a humanidade como parte da natureza.

Para Schwartzman (2004, p. 189) não há solução a curto prazo para os problemas da pobreza no Brasil. Alguns critérios são necessários para que a pobreza seja vencida:

vontade política e compromisso com os valores da igualdade social e dos direitos humanos; uma política econômica adequada, que gere recursos; um setor público eficiente, competente e responsável no uso dos recursos que recebe da sociedade; e políticas específicas nas áreas da educação, da saúde, do trabalho, da proteção à infância e do combate à discriminação social, entre outras. A construção de uma sociedade competente e responsável, comprometida com os valores da equidade e justiça social, e que não caia na tentação fácil do populismo e do messianismo político.

Quando se faz referência ao direito humano à alimentação adequada não se está concordando com o acesso a qualquer comida para comer. Trata-se do direito a uma alimentação de qualidade, diversidade, nutricionalmente adequada, sem agrotóxicos ou sujeiras, sem propagandas abusivas que imponham alimentos pouco saudáveis, especialmente para uso infantil. Considera uma alimentação adequada aquela que respeita os hábitos culturais das diferentes raças e etnias. É fundamental produzir o próprio alimento e/ou de ter recursos para alimentar-se da forma adequada, com dignidade. A referência ao direito humano à alimentação só existe se pode cobrá-lo, sendo então necessário um governo comprometido com as questões sociais de sua população (COMITÊ NACIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, 2006).

É dever do estado (COMITÊ DE SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL, 2005, p.07):

Promover a democracia, o estado de direito, o desenvolvimento sustentável e a boa gestão dos assuntos públicos, promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais, a fim de permitir aos indivíduos e à sociedade civil reivindicar junto a seus governantes, formular políticas que abordem suas necessidades específicas e garantir a prestação de contas e a transparência dos

governos e dos processos de tomada de decisões dos Estados na implementação de tais políticas. Os Estados deveriam em particular promover a liberdade de opinião e de expressão, a liberdade de informação, a liberdade de imprensa e a liberdade de reunião e associação para favorecer a realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da Segurança Alimentar nacional. Os alimentos não deveriam ser utilizados como instrumento de pressão política e econômica.

A Declaração Universal de Direitos Humanos, artigo 25, diz (COMITÊ DE SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL, 2005, p.03):

Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários; têm igualmente direito aos seguros em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice e outros casos de perda de seus meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade.

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, art. 11, diz o seguinte (COMITÊ DE SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL, 2005, p.34):

- 1) Os Estados Partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si e a sua família, inclusive alimentação, vestuário e habitação adequados, e a uma melhoria contínua das condições de existência. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a efetividade deste direito, reconhecendo para esse efeito a importância essencial da cooperação internacional fundamentada no livre consentimento.
- 2) Os Estados Partes no presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de toda pessoa a estar livre da fome, adotarão, individualmente e mediante a cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, necessárias para:
  - a) melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de alimentos, mediante a plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, a divulgação de princípios sobre nutrição e o aperfeiçoamento ou a forma dos regimes agrários de forma a assegurar formas mais eficazes de desenvolvimento e utilização dos recursos naturais;
  - b) assegurar uma distribuição equitativa do suprimento mundial de alimentos em relação às necessidades, tendo em conta os problemas existentes tanto nos países que importam produtos alimentícios como nos que os exportam.

A participação do cidadão no processo de construção da AU ocorre quando o diálogo entre os governos, as ONGs, sociedade, setor privado formal e informal transcorre de maneira natural e para tanto, segundo Fante, Dubbeling e Merzthal (2003) são necessários alguns critérios:

a) abrir e institucionalizar espaços de participação dentro da gestão municipal; b) apoiar as capacidades dos atores locais no desenvolvimento de processos de diagnóstico, identificação de problemas, priorização de soluções, mediação de conflitos, implementação combinada de ações, sistematização, monitoramento, formulação, seguimento e controle de políticas municipais; c) facilitar o financiamento necessário para a execução de ações e políticas combinadas. Portanto, todas as etapas são construídas de forma conjunta e harmônica, desde a mobilização dos envolvidos no processo, assim como na implementação de estratégias com a difusão do que está sendo realizado, para aumentar o interesse e a participação de um maior número de pessoas e também formalizar os acordos necessários.

A cidadania concretiza-se quando, segundo Martins et al [2002?], o direito a vida e a superação da miséria e da fome forem assumidos como prioridade número um do governo, e o desafio ético passa a ser um desafio político. A sociedade precisa estar mobilizada para garantir que todos os envolvidos na responsabilidade de administrar os recursos públicos e de zelar pelo direito à vida de todas as pessoas priorizem políticas públicas que reconheçam e realizem o direito à alimentação, à Segurança Alimentar e Nutricional, e que gerem oportunidades para que nenhuma pessoa dependa de doações para viver dignamente.

Para Neri (2003), o Brasil tem fome, milhões de brasileiros estão impossibilitados de ingerir o mínimo estabelecido, devido as desigualdades sociais existentes. Na busca pelo entendimento do que é fome, quando trata-se de uma necessidade fundamental do ser humano os excluídos relatam que mais do que um prato de comida, a sociedade brasileira tem fome de dignidade, falta além do arroz e do feijão, o tempero da cidadania, que se constrói com outros ingredientes que vão além dos programas assistenciais.

Segundo Leite e Pietraffesa (2003, p. 30-35):

a gravidade da situação da miséria de grande parte da população exige que se repudie com veemência as insistentes tentativas de diminuir a importância do problema. Os discursos demagógicos que buscam circunscrever a pobreza a situações e localidades específicas, para depois oferecer soluções eleitoreiras ou até mesmo emergenciais precisam ser banidas. Tal como o assistencialismo eleitoreiro deve ser rejeitado, também o economicismo tecnocrata, igualmente mistificador. O crescimento econômico por mais

importante que possa ser, é absolutamente insuficiente para se acabar com a pobreza no país. Da mesma forma, o equilíbrio macroeconômico e a estabilização da moeda produzem, no máximo, efeitos mitigadores e temporários. As políticas públicas não podem somente compensar os efeitos de um modelo econômico concentrador, a área social e econômica precisam estar integradas, se não a área social tenta resolver o problema da pobreza e a área econômica continua aumentando e promovendo a exclusão. O perfil do nosso desenvolvimento precisa ser redefinido, a cidadania ao alcance da totalidade da população ainda será conquistada, as injustiças cometidas em nome do desenvolvimento social e econômico não serão mais admitidas.

A saída digna para o Brasil e a garantia da cidadania de seu povo para muito além da exibição da certidão de nascimento, é segundo Jaguaribe (2002), a elaboração de um modelo econômico alternativo tecnicamente correto e politicamente respaldado.

Os direitos humanos somente se transformam em realidade quando as pessoas passam à saber que tem o direito e o dever de cobrar que as mesmas sejam respeitadas, protegidas, promovidas e providas pelo poder público. É um direito humano a participação popular na elaboração e implantação de políticas públicas (COMITÊ NACIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, 2006).

### **1.3.2 Gestão territorial e planejamento espacial**

A AU, periurbana e rural municipal ocupam na cidade uma grande variedade de espaços, sem muita regulamentação. Para Yves (2003), a incorporação da dimensão espacial nos planos de desenvolvimento e na legislação municipal é fundamental para integrar às exigências do crescimento urbano com atividades de grande valor econômico e social. Áreas não asfaltadas, mas que apresentam potencial produtivo, não se limitam aos hortos comunitários ou jardins privados. Outra parte importante do território municipal que merece ser analisada são as vias públicas, parques, terrenos não edificáveis, debaixo das linhas de alta tensão ou ao redor dos aterros sanitários. O planejamento e a valorização desses espaços dependem da

leitura e avaliação do seu potencial com instrumentos adequados de análise e gestão.

Muitas pesquisas são realizadas sobre AU, mas pouco se sabe sobre a sua extensão e distribuição espacial no interior das cidades. Segundo Drescher (2001), a aplicação de qualquer ferramenta requer a participação da comunidade. As redes que nela existem lhe proporcionam vitalidade. No contexto das metodologias de planejamento, isso significa a necessidade de desenvolver a capacidade do capital humano, que será alcançado através da capacitação formal e informal, e pela educação.

O documento, abaixo elaborado por Yves (2003) traça algumas idéias para a formulação de políticas públicas a partir do enfoque da AU, abordando a gestão territorial e planejamento físico:

As ações para definir uma política de gestão territorial compreende primeiramente a elaboração de um diagnóstico da situação que deve identificar os espaços existentes e potenciais, organizar uma comissão municipal que tenha representantes das secretarias e demais órgãos municipais para incorporar a Agricultura Urbana a políticas territoriais e setoriais e por fim, uma consulta pública para posterior aprovação na Câmara Municipal. O marco normativo deve considerar a Agricultura Urbana nos planos municipais territoriais como parciais instituindo as áreas passíveis de sua utilização e os planos de uso do solo, deve inserir-se dentro dos sistemas jurídicos de cada país no que tange ao zoneamento urbano, peri-urbano, rural-municipal e as regras para distritos ou zonas agrícolas (Yves, 2003).

Complementando o exposto acima, o sistema de informação geográfica (SIG) é utilizado para fazer o planejamento urbano e pouco incluído no manejo dos espaços abertos. O uso de sensores remotos para elaboração dos mapas e o monitoramento dos espaços verdes urbanos e periurbanos, pode ser combinado com as informações obtidas diretamente nas áreas. Ele permite aos planejadores monitorar mais facilmente as tendências de mudança da produção alimentar urbana à medida que as cidades continuam se transformando. O SIG é uma ferramenta para visualizar a distribuição da AU nas cidades. Associado a fotografia aérea, por vários anos, as mudanças ocorridas serão detectadas para análise. Planejar o urbano de forma

participativa é difícil, face a quantidade de atores envolvidos (DRESCHER, 2001) .

De acordo com Drescher (2001), as ferramentas utilizadas no planejamento incluem os planos-diretores, planos-estratégicos, planos-estruturais, e os planos de zoneamento integram os demais. Os planos-diretores e planos gerais tendem a ser estáticos, não conseguindo acomodar-se a sistemas tão dinâmicos quanto são as cidades. Para os países em desenvolvimento o ideal é o planejamento estrutural, pois facilita as tomadas de decisões locais e envolve a participação pública. Realizar o zoneamento do solo é necessário, pois ele regula o uso para áreas residenciais, comerciais e agrícolas, servindo para controlar o crescimento urbano.

### **1.3.3 Investimentos para Agricultura Urbana**

A reflexão sobre investimentos na AU na versão de Maria Fernanda Garcés, citada por Vasquez e Villalba (2003) é a seguinte: “Os programas de microcrédito mostraram ser uma ferramenta eficaz para liberar o povo da pobreza e dirigir sua participação nos processos centrais econômicos e políticos das cidades”.

De nada adianta o suporte político para a implementação da AU se ele não estiver integrado ao apoio financeiro. O acesso ao financiamento é ferramenta indispensável para a continuidade do processo. Conforme Vasquez e Villalba (2003) o produtor não pode ser impedido do acesso a financiamentos em tecnologias mais sustentáveis, novos cultivos, melhores raças, aquisição de melhores equipamentos que permitam aumentar a produção e renda, como consequência à elevação dos níveis de Segurança Alimentar. Para tanto, os governos locais precisam incluir no orçamento municipal a AU, fomentar e facilitar o acesso dos mais pobres ao capital e complementar os programas financeiros com atividades de fortalecimento da organização social, assistência técnica, capacitação e apoio à comercialização.

Segundo Veenhuizen, Prain e Zeeuw (2001) o problema que mais aflige o pequeno produtor é que ele não tem nada para dar como garantia ao empréstimo. Muitas vezes impedido de instalar uma agroindústria de alvenaria em sua propriedade ele precisa de alternativas para sobreviver com seu trabalho e o de sua família. O PROVE para enfrentar o problema da construção da agroindústria apresentou uma idéia criativa a “agroindústria móvel”. Para o banco o argumento foi que, no caso de não pagamento do empréstimo, a instituição seqüestra a casinha (feita de metal com isolamento de poliestireno expandido que se coloca em um caminhão e entregue na propriedade) como qualquer outro bem que não for pago. O PROVE foi desenhado para capacitar os pequenos agricultores pobres para superarem certas etapas ou barreiras fundamentais na produção, processamento e comercialização de seus produtos, que normalmente são excluídos do mercado.

Para Homem de Carvalho (2003) vive-se em uma sociedade capitalista, onde se prioriza a rentabilidade do capital, onde são impostas inúmeras barreiras que impedem o acesso do capital para a pequena produção. Os bancos estatais deixam de desempenhar um papel vital dentro do desenvolvimento com inclusão social aos pequenos produtores. Os bancos de uma forma geral dão um tratamento igual aos desiguais, o PROVE procura auxiliar a tomada de empréstimo, pelo produtor e reverte essa situação, fazendo o agente financeiro reconhecer que para os desiguais o tratamento tem que ser desigual. As dificuldades surgem do não reconhecimento das desigualdades.

A AU poderá tornar-se uma estratégia em SANS, se for adotada pelas autoridades locais, como política pública, com destinação orçamentária. Os municípios que almejam criar um impacto efetivo na redução da pobreza e investir em SANS estão tentando buscar o desenvolvimento sustentável para sua população.

## **2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL**

A alimentação e a nutrição, para Valente (2003), na perspectiva da Segurança Alimentar e dos Direitos Humanos, precisam ter uma política articuladora de ações setoriais, integradas em um eixo do desenvolvimento humano sustentável, agrupando políticas econômicas e financeiras com as da área social. Uma política que realmente esteja envolvida com a Segurança Alimentar e o Direito Humano à Alimentação não pode se restringir ao combate à fome e a desnutrição. Estar livre da fome é o patamar mínimo da dignidade e não pode ser dissociado do direito a uma alimentação de qualidade, do direito de obtê-la com dignidade e através do seu próprio esforço.

### **2.1 Construção do entendimento sobre Segurança Alimentar**

A alimentação é fonte de vida para os seres humanos. Desde os primórdios da humanidade a necessidade de garantir o alimento é fundamental. A essa necessidade básica pode-se aferir um conceito de Segurança Alimentar. A luta contínua do dia-a-dia para manutenção das necessidades básicas através da coleta de alimentos foi aprimorando-se até o surgimento da agricultura. Prover o sustento próprio, da família ou do grupo é indispensável.

Nesta retrospectiva, o conceito de Segurança Alimentar primeiramente, não tinha enfoque no ser humano, mas no alimento. Procurando resolver os

problemas da fome e da desnutrição, direito à vida, dignidade e inclusão social a concepção de Segurança Alimentar evoluiu. Atualmente, Segurança Alimentar segundo o documento da Cúpula Mundial de Alimentação (Curitiba, 2003) significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.

Conforme Pereira (1999) o conceito de Segurança Alimentar se desenvolveu a partir da consolidação do regime alimentar mundial no período do Pós-guerra, com o estabelecimento de políticas agrícolas voltadas para garantir o abastecimento dos países.

Complementando o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, segundo Valente (2002), foi associado na Europa do século XX, a partir da Primeira Guerra Mundial, ao conceito de Segurança Nacional, à capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de modo que não fique vulnerável a possíveis cercos, embargos, ou boicotes de motivação política ou militar.

Desde à Conferência Mundial sobre Alimentação em 1974, que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, segundo Pereira (1999), identificou em torno de duzentas diferentes definições para o termo. A mais aceita faz referência a necessidade de uma política de criação e manutenção de estoques nacionais de alimentos, pois o problema da fome, era atribuído a baixa produção de alimentos. Portanto, necessitava de políticas de armazenamento estratégico e de oferta adequada de alimentos.

Para Caporal e Costabeber (2002) o modelo agrícola convencional, centrado no uso abusivo de recursos naturais e de agroquímicos de síntese, aumentou a produção e a produtividade de alguns cultivos, mas vem causando forte agressão ao ambiente, sendo insustentável a longo prazo. Também prioriza a produção de commodities e responde mais ao mercado do que às reais necessidades alimentares da população. A situação somente poderá ser

revertida no momento em que o projeto de desenvolvimento nacional definir o atendimento dos requerimentos alimentares e nutricionais como a principal meta da produção agropecuária.

Segundo Caporal e Costabeber (2002) Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) passa pela implementação de estilos de agricultura sustentável baseados nos princípios da ciência da agroecologia. Modernização na agricultura exige que os princípios de manejo dos recursos naturais e a seleção de tecnologias usadas no processo produtivo sejam o resultado de uma nova forma de aproximação e integração entre a ecologia e a agronomia. Os estilos de agricultura deverão ser compatíveis com a heterogeneidade dos agroecossistemas, considerando conhecimentos locais, os avanços científicos e a socialização e o uso de tecnologias menos agressivas ao ambiente e à saúde das pessoas.

## **2.2 Eixos da Segurança Alimentar**

Num momento de inversão de valores, presencia-se a morte de crianças por fome, a produção de grãos para a exportação e o agronegócio se expandindo. Em primeiro lugar deveria se garantir o pão para todos, do mundo inteiro, da mesma forma a água faz parte da Segurança Alimentar. É um direito da pessoa humana e não uma coisa que pode ser transformada em mercadoria, com acesso a quem tem dinheiro para comprar (BALDUÍNO, 2006).

Para Valente (2003, p. 05):

O ser humano precisa muito mais que uma ração básica nutricionalmente balanceada, esta cabe bem para o gado de corte e não para nós. As conotações que envolvem a alimentação do ser humano, vão muito além. A alimentação humana tem que ser entendida enquanto processo de transformação da natureza – no seu sentido mais amplo – em gente, em seres humanos, ou seja, em humanidade. A relação que se estabeleceu ao longo dos anos entre a alimentação e o ser humano transformou-a em um rico ritual de

criatividade, de partilha, de carinho, de amor, de solidariedade e de comunhão entre os seres humanos e com a própria natureza, permeado pelas características de cada agrupamento humano. Para o ser humano o ato de alimentar-se é um ato ligado a sua cultura, a sua família, a seus amigos e a festividades coletivas. Quando nos alimentamos, não só satisfazemos nossas necessidades nutricionais como também nos refazemos, nos construímos e nos potencializamos uns aos outros como seres humanos em nossas dimensões orgânicas, intelectuais, psicológicas e espirituais.

### **2.2.1 Acesso aos alimentos**

O mundo em constante transformação de valores e conceitos está vivendo um momento muito importante, onde o modelo de desenvolvimento orientado para o mercado, vem cada vez mais demonstrando sua incapacidade em promover uma alimentação de qualidade e em combater as desigualdades, a fome e a pobreza (AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS, 2004).

A busca pela melhoria das condições de acesso aos alimentos deve ser o objetivo das políticas públicas de SANS. Conforme Gomes (2002) a cumplicidade entre o governo e a sociedade deve ser incentivada para o enfrentamento da insegurança alimentar, promover a produção rural e urbana e sua comercialização, promover a educação alimentar como instrumento de conquista da cidadania e potencializar as ações do governo nas iniciativas voltadas à garantia de acesso permanente a uma alimentação saudável<sup>14</sup> com qualidade, quantidade e respeito aos hábitos.

Segundo Valente (2002, p. 128):

O princípio básico ético e moral de “aqui ninguém passa fome”, ou “aqui todo mundo se alimenta bem” expressa um dos objetivos primários de qualquer organização social que tenha como preocupação central o bem-estar do ser humano. As ações visando a consecução deste objetivo podem envolver o desenvolvimento da reforma agrária, a produção urbana coletiva ou individual de

---

<sup>14</sup> A alimentação saudável é aquela que inclui a preocupação com a qualidade, ou seja, aquela que não vai prejudicar a saúde das pessoas (IBGE, 2006)

alimentos, mecanismos de comercialização direta do produtor ao consumidor, políticas locais de abastecimento popular, ações de infra-estrutura sanitárias e de saneamento, promoção de serviços de saúde orientados para pessoas e famílias de risco, fortalecimento de programas de alimentação coletiva, entre outros. Entendemos que toda iniciativa de desenvolvimento local deve incorporar, como um de seus elementos, a garantia do direito à alimentação adequada.

O acesso aos alimentos, conforme Turano e Almeida (1999) é nitidamente demarcado pela introdução de uma classe social no processo de produção, para os assalariados o acesso é limitado pelo salário, restando poucas opções do que comer, aos desempregados e desabrigados o acesso é pela caridade alheia ou o que estiver acessível no lixo e as vezes alguma política emergencial e ao pequeno grupo de privilegiados acesso a qualquer alimento nacional ou internacional.

Alimentação representa a vida, a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidades suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2006).

#### **2.2.1.1 Produção para o auto consumo**

A soberania alimentar para ser alcançada deve assegurar a população carente, segundo Dubbeling e Santandreu (2003), acesso a uma alimentação segura e saudável, com qualidade e quantidade suficiente, mas para atingir esse objetivo é necessário promover a AU para o auto consumo diverso e nutritivo, onde a sua cultura seja respeitada, com sua inserção nos mercados formais, informais e solidários, intervindo nos aspectos de controle de preços, criação de novos espaços comerciais e estabelecendo vínculos entre os produtores e os consumidores.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), visa promover a Segurança Alimentar e Nutricional e a geração de renda através de projetos de beneficiamento e processamento de produtos agroalimentares e de comercialização via mercados e feiras públicas e populares, porque constitui uma estratégia para auto consumo familiar e comercialização de excedentes e promover ações complementares ao Bolsa Família. Essas atividades aproveitam a mão-de-obra pouco qualificada, mantém as famílias em seus locais de origem. Esses projetos estão apoiados na perspectiva de uma economia popular solidária e promovem os sistemas públicos e populares descentralizados de segurança e ações complementares do Bolsa Família (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2006).

De acordo com Menezes, Burlandy e Maluf (2004) pode-se garantir o acesso aos alimentos que se fazem necessários à vida, total ou parcialmente, pela produção realizada para o próprio consumo. Na área rural, quando se é privado do acesso à terra e a outros bens necessários à produção a consequência direta é a fome e a desnutrição.

O mesmo ocorre nas cidades, mecanismos sociais que incentivem a produção para o auto consumo, como a AU precisam ser inseridos nas políticas de SANS dos municípios.

### **2.2.1.2 Abastecimento e feiras**

No Brasil muitas vezes as opções mais práticas nem sempre representam as ideais. Para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2007), o atual sistema de abastecimento deu prioridade aos produtos pré-preparados e embalados, adquiridos em grandes mercados, e as mudanças nos hábitos de consumo comprometem a qualidade da dieta alimentar. Elas não estão dissociadas da crescente integração e concentração das atividades agrícolas, industriais e comerciais relacionadas com os

alimentos. A concentração econômica que ocorre no varejo de alimentos apresenta o setor controlado por poucas empresas transnacionais. Esses níveis de concentração existentes no varejo se estendem ao setor de insumos e ao processamento dos alimentos.

Valorizar o alimento mais como mercadoria que elemento essencial à vida provoca impactos negativos sobre os modos de vida, a soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional das populações urbanas e rurais, e coloca em risco a biodiversidade e o patrimônio cultural alimentar (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2007).

O Governo Federal entende que as necessidades alimentares são prioritárias, portanto, procura fortalecer os mercados solidários, e que a moeda possa ser o troca-troca. O fortalecimento dos mercados solidários proporciona o resgate de alimentos incentivando a redescoberta da biodiversidade alimentar para o auto consumo e o retorno à formas alternativas de acesso aos alimentos, o qual liberta da rigidez das políticas de mercado (MIRANDA, 2007).

Nessa prática o produtor ganha um preço mais justo pela produção de alimentos e o consumidor um preço mais acessível pela sua alimentação. As feiras possibilitam o escoamento dos produtos e geração de renda no próprio município, além de aproximar produtores e consumidores. As feiras podem ser consideradas um espaço para o desenvolvimento de atividades educativas, lazer e culturais relacionadas ao alimento (MIRANDA, 2007).

As feiras ecológicas e mercados populares tem como público alvo os agricultores, assentados e acampados da reforma agrária e suas organizações, como associações comunitárias e cooperativas de pequenos agricultores O objetivo das feiras é ampliar os sistemas de abastecimento, oferecendo produtos agropecuários saudáveis, ecológicos, que valorizam a cultura local, induzem à criação de marcas locais e podem atrair o turismo.

### **2.2.1.3 Mercado institucional e alimentação escolar**

O mercado institucional como creches, asilos, escolas, presídios podem ser aproveitados pelos agricultores rurais e urbanos como geração de trabalho e renda. Segundo Miranda (2007) cabe aos movimentos sociais e as políticas públicas incentivarem os agricultores rurais e urbanos excluídos ou desestimulados, para que ocupem estes espaços, aperfeiçoando os seus produtos e serviços (sanitário e nutricional), regularizando o abastecimento e construindo alternativas para enfrentar a legislação e licitações.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa atender às necessidades nutricionais dos alunos no período que se encontram na escola, pois a alimentação contribui no crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar e formação de hábitos alimentares saudáveis.

A alimentação escolar segundo Caldo (2005) pode priorizar a compra de alimentos dos produtores locais, aumentar o valor nutritivo e capacitar as merendeiras. As crianças atendidas pelo Bolsa Família encontram na escola o reforço alimentar. Em muitas escolas tem sido colocada em prática as hortas orgânicas, proporcionando mais qualidade às refeições. Ao mesmo tempo que os alunos aprendem práticas agrícolas que incluem o controle biológico dos insetos, eles têm uma alimentação saudável. A quantidade de alimentos disponíveis viabiliza mais uma refeição aos alunos que freqüentam a escola no turno inverso para ter o reforço escolar. A alimentação é ingrediente para melhorar a qualidade pedagógica e combater a reprovação.

Para Turano e Almeida (1999) a escola é o melhor agente para promover a educação nutricional, pois é na infância que se fixam atitudes e práticas alimentares difíceis de modificar na idade adulta.

A alimentação do escolar, conforme Weis (2004) deve atender 15% das necessidades diárias, ou seja, suas necessidades nutricionais são supridas parcialmente, mas dentro da Política de Segurança Alimentar e Nutricional a

alimentação na escola assegura melhores condições de crescimento, ajuda na formação de bons hábitos alimentares. Os alunos beneficiários do PNAE são os alunos matriculados na educação infantil, oferecida em creches e pré-escolas e no ensino fundamental da rede pública. Conforme Taets (2001) a alimentação do escolar é um direito constitucional, ela integra o país em um gigantesco refeitório que, com a ajuda e participação de todos, está transformando-a em uma verdadeira refeição.

#### **2.2.1.4 Resgate, preservação e agrobiodiversidade**

Seguramente, quando se pensa em desenvolvimento sustentável de uma forma mais abrangente, não se pode deixar de imaginar o planeta Terra como um todo, pois a preservação das matas tropicais contrasta com o alto consumo de energia fóssil e de bens de consumo nos países do hemisfério norte, das desigualdades sociais e de distribuição de renda no globo, assim como o registro de patentes dos seres vivos contrasta com a manutenção da biodiversidade nos trópicos e a integração física do mundo com a divisão social cada vez mais acentuada (FERRAZ, 1997).

Segundo Flores e Nascimento (1994, p. 8):

O estado de pobreza e da privação de alimentos mantém muitas vezes, uma relação casual com a degradação ambiental, as duas causas básicas da crise ambiental são a pobreza e o mal uso da riqueza. De uma parte os pobres são compelidos a destruir, no curto prazo, os recursos dos quais se baseiam as suas perspectivas de subsistência a longo prazo. De outro lado a parcela rica da população provoca demandas à base dos recursos que, em última instância, são insustentáveis, transferindo os custos mais uma vez aos pobres.

De acordo com Assis (2003), as práticas agroecológicas, almejam uma produção agrícola que não agrida o ambiente, são sistemas que resgatam a lógica da complexificação das sociedades tradicionais. Pretende-se integrar propostas agroecológicas com outras voltadas a desenvolver a agricultura familiar. O resgate da biodiversidade local não está relacionado unicamente a

preservação de matas mas também a agrobiodiversidade, observando as variedades locais.

Para Caporal e Costabeber (2002), é indispensável a reutilização de materiais e energia dentro do próprio agroecossistema, assim como a eliminação do uso de insumos tóxicos que alteram o ambiente e agridem de forma devastadora. Sustentabilidade é preservação, conservação da base dos recursos naturais como condição essencial para a continuidade dos processos de produção sócio-econômica e cultural da sociedade, numa ótica que valorize tanto as atuais como as futuras gerações.

### **2.2.2 Alimentação e promoção de modos de vida saudáveis**

É muito difícil mudar hábitos alimentares arraigados, persuadir o indivíduo a mudar seu comportamento frente aos alimentos é segundo Turano e Almeida (1999) tarefa árdua, mas tendo maior dificuldade em persuadir as pessoas a não comer os alimentos que são nutricionalmente inadequados que tentar persuadi-las a comer os que são nutricionalmente adequados, costuma-se ingerir alimentos que são prejudiciais porque são mais atraentes.

Quando se faz referência a alimentação não se tem preocupação somente com o aspecto nutricional outros fatores são relevantes, a cultura alimentar é onde os povos e grupos sociais expressam suas identidades por meio da alimentação, na escolha dos alimentos, no modo de preparo e consumo são fatores arraigados ao longo da história. Portanto, a cultura alimentar de um povo é um patrimônio, e os hábitos alimentares de seus antepassados traduzem sua própria identidade. O Brasil expressa uma multiplicidade de culturas, em geral, marcadamente regionais (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2007).

Alguns fatores influenciam na formação dos hábitos alimentares, para Turano e Almeida (1999), os fatores culturais constituem um aspecto

importante na forma de vida de um povo, porque a cultura é passada de geração para geração por meio de instituições como a família, a escola, a igreja aliadas a fatores sociais onde são aceitos ou rejeitados determinados padrões alimentares, sendo uma tarefa árdua integrar todos os fatores em prol de uma alimentação adequada, saudável. O fator econômico, o fator psicológico e os hábitos alimentares constituem parte importante no comportamento humano, mas o indivíduo motivado tem a capacidade de mudar o seu comportamento.

Para Taets (2001) as pessoas antigamente se consideravam alimentadas quando sentiam o seu apetite saciado. Atualmente, através dos conhecimentos adquiridos, uma alimentação correta e equilibrada pretende suprir as necessidades de nutrientes, que o organismo precisa para gozar de uma boa condição de saúde.

A população brasileira ainda não sabe a importância da alimentação. Conforme Aquino et al (2002) convive-se com carências nutricionais, provocadas principalmente pela deficiência de alimentos ou pelo mau uso deles, necessitando apoiar iniciativas que melhorem o acesso aos alimentos e diversifiquem o seu uso.

A quantidade de alimentos ingerida varia de pessoa para pessoa, mas alguns critérios devem ser seguidos como a ingestão de energia suficiente para a realização das atividades diárias, crescimento dentro dos padrões normais para a faixa etária, manutenção do peso para a idade, a altura e o perfeito funcionamento de todas as funções orgânicas. No quesito equilíbrio recomenda-se evitar o abuso na ingestão de gorduras, aumento do consumo de alimentos ricos em fibras e desestimular o consumo excessivo de sal e açúcares refinados. O estímulo a práticas alimentares saudáveis exige que o indivíduo conheça os princípios de uma alimentação saudável, assim como os riscos advindos de uma alimentação inadequada (SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, [2003?]).

Como princípios para uma alimentação saudável são consideradas algumas características básicas, conforme Menezes, Burlandy e Maluf (2004), ela deve ser variada<sup>15</sup> incluindo diversos tipos de alimentos, para que forneça os nutrientes como as vitaminas, sais minerais, gorduras, carboidratos, fibras etc. Uma alimentação colorida além de atrativa é garantia de variedade de vitaminas e minerais. A ingestão de alimentos deve ser moderada, pois a ingestão deve atender as necessidades sem excessos. O equilíbrio ocorre em termos de quantidade e qualidade, deve ser ingerido um pouco de tudo. Uma alimentação segura é aquela livre de contaminação físico-química, biológica ou contaminação nutricional.

A disponibilidade de determinados alimentos, para Turano e Almeida (1999), faz com que as pessoas aprendam a comer e a gostar desses alimentos, gostamos de comer feijão, porque desde a época da colonização, compõem a nossa dieta, isso levou ao seu cultivo sistemático, sendo comercializado a preços acessíveis.

Através do modelo predominante de produção de alimentos tem-se uma disponibilidade de determinados produtos e como consequência uma uniformização das práticas alimentares. As práticas alimentares estão diretamente relacionadas com as transformações da sociedade, de suas culturas, provenientes do processo de urbanização acelerada, distâncias longas entre a casa e o trabalho, pouco tempo destinado as refeições, excesso de trabalho etc. Diante desse contexto, conduzidos a realizar e consumir refeições rápidas, maior uso de alimentos processados, pré-preparados. Além disso, um contingente de publicidade e propagandas veiculadas pelos meios de comunicação tem grande repercussão no perfil alimentar (MENEZES, BURLANDY E MALUF, 2004).

De acordo com Turano e Almeida (1999), a vida das pessoas depende da alimentação, ou seja, de um suprimento adequado de nutrientes. Os

---

<sup>15</sup> A alimentação variada é composta por todos os tipos de alimentos, não incluindo o conceito de qualidade do alimento, nem tampouco restrições de uso por sua repercussão na saúde (IBGE, 2006)

alimentos são fundamentais para o processo reprodutivo, o crescimento e desenvolvimento, o funcionamento de todo o sistema orgânico e o atendimento de todas as exigências nutricionais do corpo. As funções físicas, mentais e o bem-estar dependem da boa nutrição.

Para pensar em educação alimentar é importante entender que a alimentação é a prática relacionada ao ato de comer, e está fortemente influenciada por fatores socioculturais, religiosos e outros, tais como a produção e oferta, industrialização, comercialização, política de distribuição, crenças, mitos, etc (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 1999).

Na década de oitenta a educação nutricional foi revista, ela consiste em intervenções para melhorar as condições de saúde, nutrição da população em geral. Utiliza-se a comunicação social para alcançar mudanças de médio ou longo prazo nas condutas indesejáveis da população com relação à alimentação. Quando utilizada como estratégia a comunicação interpessoal, possui um papel complementar, pois reforça as atividades destinadas a modificar a conduta indesejável de todo o grupo e não somente de um único indivíduo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 1999).

A educação nutricional vem a contribuir não só na qualidade da alimentação, mas também na quantidade, evitando o desperdício, incluindo mais nutrientes e fibras na alimentação, promovendo saúde. A educação nutricional começa desde o nascimento da criança com os hábitos adquiridos em casa, e deve estar inserida no contexto da comunidade.

O consumo de determinados alimentos em detrimento de outros que complementariam as necessidades com qualidade, podem gerar níveis preocupantes de desnutrição, carências nutricionais, e a situação se agrava com o desperdício de alimentos que terminam no lixo. Projetos de educação nutricional são válidos, pois esclarecem a população sobre a importância do aproveitamento integral dos alimentos e como consequência melhoria no

estado nutricional, alternativas de utilização dos alimentos, redução nos custos com alimentação.

### **2.3 Segurança Alimentar nas estratégias de desenvolvimento**

Aliar desenvolvimento e Segurança Alimentar é possível quando o governo e a sociedade se unem, conforme o exposto por Bassan e Siedenberg 2003, p.152):

“[...] o desenvolvimento está ligado a uma nova visão relacionada à qualidade de vida, sem deixar de buscar a eficiência produtiva; volta-se para as necessidades dos indivíduos, para a participação desses na sua região, como atuantes nesse processo de desenvolvimento. Desenvolver uma região é descobrir e valorizar as características da sua origem, da sua cultura, da sua história, de seus aspectos físicos e naturais, enfim, é descobrir e valorizar o seu povo e seu espaço, para então, aplicar políticas que possam beneficiar a população, não só economicamente, mas também socialmente, e que esses benefícios e a projeção da região resultem em bem – estar social”.

Desenvolvimento sustentável é o objetivo da sociedade na relação que estabelece com seu meio natural. Conforme Bellen (2006), para que o desenvolvimento seja sustentável, devem ser considerados aspectos referentes às dimensões social e ecológica, bem como fatores econômicos dos recursos vivos e não-vivos e as vantagens de curto e longo prazos de ações alternativas, ou seja, o equilíbrio entre as diversas dimensões.

O desenvolvimento local para Schreiber (2005), é fruto de um processo de construção interativa entre os atores locais, a partir de seus conhecimentos, experiências e tradições. É com base nos recursos endógenos e na identificação de áreas potenciais de desenvolvimento em determinado território, que são formuladas e implementadas as estratégias, visando a melhoria da qualidade de vida e a equidade social, a partir de uma relação ética e integrada entre as esferas internas e externas, política, econômica, cultural e ambiental capaz de garantir uma ampla sustentabilidade. Onde fica impossível dissociar o desenvolvimento de Segurança Alimentar.

É o local o protagonista da construção do desenvolvimento de um desenho territorial como registra De Paula (2005):

O desenvolvimento é um fenômeno que resulta das relações humanas. São as pessoas que fazem o desenvolvimento. O desenvolvimento depende do sonho, do desejo, da vontade, da adesão, das decisões e das escolhas das pessoas. Chamamos isso de protagonismo local. Portanto, é verdade que podemos até induzir um processo de desenvolvimento de modo exógeno, mas só podemos realizá-lo de modo endógeno. Dizendo de outro modo, podemos até mobilizar e convencer as pessoas em torno de um projeto de desenvolvimento que foi concebido “de forma para dentro” e de “cima para baixo”. Todavia, para concretizá-lo, vamos precisar da adesão e da participação das pessoas, quer dizer, vão precisar se apropriar desse projeto como se fosse construído “de baixo para cima” e “de dentro para fora”.

Complementando o exposto acima, para Fontes et al. (2002) local é o ponto de partida para se discutir a dinâmica do desenvolvimento. O local pode ser cidade, um bairro, uma vila, um município, a beira do rio ou uma região. O local é onde se processa a dinâmica do desenvolvimento que não seja apenas o crescimento econômico, mas que respeite o progresso social e o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS). Quando estuda-se o desenvolvimento de um local ou região, segundo a visão de Perroux (1967), o crescimento não aparece em toda a parte ao mesmo tempo, ele se manifesta em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, difunde-se por diversos canais e com efeitos terminais variáveis pelo conjunto da economia. O Brasil é um exemplo típico de desenvolvimento desigual, que se tornou mais flagrante na medida em que a industrialização avançou, e o interesse pela Segurança Alimentar não era considerado prioridade das políticas públicas.

O governo estimula e incentiva as políticas públicas que levam em consideração a especificidade de cada região, apoiando ações voltadas à agricultura familiar à produção para o auto consumo, na zona rural, e parceiras com varejistas, modernização dos equipamentos de abastecimento, agricultura e atenção à saúde nos centros urbanos. O governo investe em políticas estruturantes que visam enfrentar as condições socioeconômicas que deixam as famílias vulneráveis à fome. Para tanto os investimentos devem recair sobre

políticas de emprego e renda, previdência social, incentivo à Agricultura Familiar, intensificação da Renda Mínima, realização da Reforma Agrária, compra direta de produtos agrícolas, formação de estoque estratégico, construção de cisternas etc.

Para que se processe o desenvolvimento local, aliado e integrado a Segurança Alimentar, os protagonistas do desenvolvimento devem ser os atores sociais. Desenvolver atividades que possibilitem a inserção da população é difícil, porque esta encontra-se desconfiada, com baixa-estima. Mas deve-se pensar e projetar a sociedade que se quer para o futuro. Para contar com o apoio das instituições, primeiramente a sociedade precisa estar organizada. De acordo com Putnam (2000) as instituições são mecanismos para alcançar propósitos e não apenas para acordos.

O contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições, diante de uma sociedade organizada, as instituições democráticas se fortalecem. Para tanto é necessário que a população aprenda a arte de associar-se, de colaborar e também cooperar dentro de uma estrutura social. Neste processo, os agentes de formação buscam desenvolver esse caminho de forma educativa. O que muda nessa nova dinâmica, nesse novo olhar sobre as coisas é um deslocamento paradigmático da construção do desenvolvimento. Do individual para o coletivo, do tutorial para o participativo: o construir junto de uma sociedade, com vistas ao DHAAS, onde a Segurança Alimentar seja uma prerrogativa do desenvolvimento (PUTNAM, 2000).

Na reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em Brasília (25/02/03), o Presidente da República, em seu discurso, salientou que estamos combinando políticas estruturais com ações de solidariedade, onde a sociedade desempenha um papel relevante. O governo não pode ficar exigindo ou criando dificuldades para a participação da sociedade. Não será o Governo, e sim a sociedade a responsável para acabar com a fome neste país. O Governo vai fazer a sua parte e as mudanças estruturais deste país vão acontecer.

O Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (2003) relata que construir a sustentabilidade no Brasil é um desafio tão vasto quanto às possibilidades brasileiras. A idéia de uma agricultura sustentável implica na necessidade de conservação dos recursos naturais, e na busca de produtos cada vez mais saudáveis. A diversificação da produção local, o envolvimento dos moradores e de outros setores da sociedade organizada junto ao Governo local tornam-se a condição indispensável para lidar com os desafios básicos do desenvolvimento.

Os Estados estão sofrendo um enfraquecimento diante dos interesses financeiros das grandes corporações centradas na hegemonia do pensamento econômico neoliberal desde o final da década de 1980, são medidas que afetam diretamente a questão da soberania alimentar. Vivencia-se um momento político onde a geração de empregos e de oportunidades de trabalho dignos não são tão importantes para o conjunto econômico (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2007).

A atual economia ainda limita os investimentos e a implementação de políticas fundamentais para a construção de um desenvolvimento que consiga minimizar as causas históricas da desigualdade social. A promoção de pequenos e médios empreendimentos urbanos e rurais constitui a mola propulsora para o processo de redução das desigualdades sociais. A construção de um modelo mais moderno de desenvolvimento deve partir de iniciativas, incentivos ao desenvolvimento local sustentável.

No contexto atual, as políticas sociais de Governo tem fortalecido a promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável, para a população vítima das iniquidades do atual modelo econômico. Essas políticas são responsáveis pelo fato do número de pessoas em pobreza extrema ter diminuído. A concretização da SANS passa pela construção de uma nação em que o Estado se declare pela conquista de um país justo, multirracional, plural, livre, fraterno, solidário, promotor da equidade dos direitos. As estratégias adotadas para a promoção do desenvolvimento até o momento estão distantes

da construção de uma nação plural e igualitária; ao contrário, ainda estimulam a discriminação de uma parcela de seu povo (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2007).

### **2.3.1 Política Nacional de Segurança Alimentar**

No Brasil, mais especificamente desde a década de noventa, conforme Pochmann (2002), segue-se a marcha da exclusão social fomentada por um modelo econômico produtor e reproduzidor de pobreza, desigualdade e desemprego. As políticas sociais e do trabalho assumem o papel de ambulâncias a transportarem as vítimas da exclusão gerada pela condução das políticas neoliberais. Portanto, essas políticas não são capazes de exercer a função clássica de compensação social, quanto mais a promoção de condições de emancipação da pobreza e do desemprego. Consta-se que mais de 80% do total da população possa estar excluído do desenvolvimento econômico.

Para Schwartzman (2004), a questão políticas públicas baseia-se no seguinte enfoque:

“O estabelecimento de uma agenda de políticas públicas depende de vários fatores, como: as emergenciais de curto prazo, que precisam ser enfrentadas com realismo; as preferenciais e prioridades dos partidos, movimentos sociais e instituições com poder e capacidade de influência no Governo e na opinião pública; e a realidade econômica e social, com suas limitações e condicionantes, que não podem ser ignorados impunemente. A médio e longo prazo, as políticas bem-sucedidas serão aquelas que consigam ir além de “apagar incêndios” do dia-a-dia, assim como das preferências de momento dos movimentos sociais e da mobilização da opinião pública através dos meios de comunicação de massa, e partam de um diagnóstico correto a respeito dos problemas existentes e das possibilidades efetivas de enfrentá-los.”

Diante destas constatações observa-se ora medidas protecionistas ou conservadoras. Em ambos os casos o problema é atacado de forma imediata, mas nunca definitiva. Precisa-se de políticas públicas que almejem o desenvolvimento sustentável.

Um dos objetivos da política econômica, na concepção de Velloso e Leite (2002) é o crescimento econômico sustentado, a eliminação da pobreza absoluta e a estabilidade macroeconômica. Sendo que, são objetivos a serem alcançados simultaneamente num processo em que cada um reforça o outro, pois só assim pode-se atingir o ter desenvolvimento econômico e social sustentado.

Com o objetivo de amenizar os problemas referentes às políticas públicas implementadas pelo Governo, segundo Motta, Mueller e Torres (1997) as políticas devem ser vistas numa perspectiva inter-setorial com inserção no contexto macroeconômico e social, tendo em vista melhor aplicação dos investimentos, a ampliação da equidade social, o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Observa-se que a implementação de políticas públicas referentes a SANS ainda carece de decisão política por parte dos Governos Federal, estadual e municipal.

Para Monteiro e Monteiro (2006), existem três premissas fundamentais para a construção de políticas públicas sustentáveis: equidade intrageração \_ com a diminuição da exclusão social do modelo econômico vigente, bem como das diferenças sociais existentes entre populações ricas e pobres; equidade intergeração - garantia da estabilidade dos ativos ambientais no decorrer do tempo; irreversibilidades e incertezas - diante das incertezas quanto ao impacto de uma determinada alteração ambiental as políticas públicas devem atuar no sentido de prever possíveis irreversibilidades de ações com o ambiente.

O enfrentamento direto à insegurança alimentar é a premissa principal de políticas públicas que visem a SANS. As parcerias estabelecidas entre a sociedade e o Governo assim como a construção participativa é imprescindível quando se trata de Segurança Alimentar e Nutricional. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional provém do interesse e/ou necessidade pública e sujeitam-se ao controle público.

De acordo com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) ao Estado cabe respeitar, proteger e facilitar a ação de indivíduos e comunidades em busca da capacidade de alimentar-se. Por este motivo às políticas públicas tem evoluído tanto na elaboração dos conceitos quanto na abrangência de suas ações. Primeiramente quando se falava em Segurança Alimentar a preocupação era o abastecimento, posteriormente o acesso universal aos alimentos e agrega-se a este o aspecto nutricional com as questões relativas à composição, à qualidade e ao aproveitamento biológico. Hoje a política nacional, com foco para a Segurança Alimentar engloba o crédito agrícola, incentivos ao pequeno agricultor, avaliação das tecnologias agrícolas e industriais, estoques estratégicos, cooperativismo, importação, acesso, distribuição, conservação e armazenamento de alimentos, manejo sustentado dos recursos entre outros (BRASIL, 2005).

O propósito da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) é garantir a qualidade dos alimentos que serão consumidos no país, promover práticas alimentares saudáveis, prevenir e controlar os distúrbios nutricionais, estimular as ações intersetoriais que propiciem o acesso universal aos alimentos (BRASIL, 2005).

Segundo Menezes, Burlandy e Maluf (2004) uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional atua desde a produção até a disponibilidade dos alimentos, engloba do acesso ao alimento e do abastecimento e por fim da alimentação e nutrição. Essas três dimensões expressam os componentes básicos dessa política que é o componente alimentar que diz respeito a disponibilidade , produção comercialização e acesso e o componente nutricional aquele relacionado às práticas alimentares que procura desvendar onde, como e quando nos alimentamos, o que escolhemos, como preparamos e o que consumimos, e à utilização biológica do alimento.

### **2.3.1.1 Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)**

Conforme o estabelecido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A criação e aprovação dessa lei é um avanço significativo que o Governo Federal traça para a erradicação da fome e miséria. Vencer a fome, desnutrição é preservar a cidadania, é inclusão social (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2006).

Através dessa e de outras medidas acredita-se que a fome e a insegurança alimentar no Brasil estão com os dias e/ou anos contados. É uma lei ampla, porque parte da ampliação das condições de acesso aos alimentos, enfocando os processos desde a produção, processamento, industrialização, comercialização, acordos nacionais e internacional, distribuição dos alimentos, geração de empregos e redistribuição de renda. Não esquecendo que o desenvolvimento sustentável está alicerçado na conservação da biodiversidade consciente dos recursos. A promoção da saúde, da nutrição e do alimento das famílias que se encontram em um quadro de exclusão social em situação de vulnerabilidade social, proporcionando a garantia da qualidade dos alimentos, o aproveitamento, estímulo a práticas de alimentação saudável, respeito a diversidade cultural. Não esquecendo da produção do conhecimento e o acesso a informação. Inúmeras leis são criadas com o objetivo de grandes mudanças, mas o papel principal cabe a sociedade que precisa reivindicar a sua aplicação.

As políticas públicas e ações do Governo de combate a fome e que estejam ligadas a promoção da SANS serão articuladas por meio do SISAN, abrangendo os três níveis de Governo e a sociedade civil na implementação das políticas públicas.

A Lei nº 11.346 estabelece que os direitos consagra dos na Constituição Federal sejam respeitados, quanto à alimentação adequada e provendo

políticas para garantir a SANS e mecanismos para a sua exigibilidade (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2006).

O art. 8º da Lei 11.346 contempla os princípios pelos quais será regido o SISAN, onde estabelece a universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada e saudável, sem qualquer espécie de discriminação, a autonomia e respeito a dignidade das pessoas deverá ser preservada, a inserção da participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional em todas as esferas, é um passo fundamental para vencer a fome, a desnutrição, pobreza e também a transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados para sua concessão. É um grande avanço acreditando na sua adoção integral, pois a sociedade clama por leis que considerem o ser humano (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2006).

### **2.3.1.2 Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)**

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) possui caráter consultivo e assessoria o Presidente da República, quanto a questão da formulação de políticas para garantir o direito à alimentação da população brasileira. O CONSEA visa articular o Governo e a sociedade civil nas ações na área da alimentação e nutrição.

Um dos objetivos do CONSEA é estimular a sociedade a participar ativamente de todo o processo de políticas de SANS. A sociedade é estimulada a participar desde a formulação até a execução de políticas de SANS, e também seguir acompanhando. A sociedade através da sua participação de forma ativa e contínua é peça fundamental para o processo de inclusão social de toda a população excluída.

O art. 11 da Lei nº 11.346 contempla o papel do CONSEA (Brasil, 2003):

§ 2º o CONSEA será composto a partir dos seguintes critérios:

- I – 1/3 (um terço) de representantes governamentais constituído pelo Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetadas à consecução da Segurança Alimentar e Nutricional;
- II – 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e
- III – observadores, incluindo-se representantes dos conselhos de âmbito federal afins, de organismos internacionais e do Ministério Público Federal.

A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de acordo com a Lei 11.346/06 é convocada pelo CONSEA, que exige além das novas diretrizes a serem traçadas, que se realize uma avaliação do SISAN. Antes da Conferência Nacional são realizadas Conferências Estaduais, Distritais e Municipais, onde são escolhidos os delegados para o evento nacional.

A I Conferência Nacional realizada de 27 a 30 de julho de 1994, em Brasília (DF), discutiu o conceito de SANS com o objetivo de evidenciar as causas da fome e miséria, para posterior intervenção. Visou a articulação entre ações governamentais e não-governamental, enfocou o processo de construção da cidadania e o lançamento da Ação da Cidadania Contra Fome e a Miséria e Pela Vida (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2006).

Na II Conferência Nacional realizada de 17 a 20 de março de 2004, em Olinda (PE), o foco marcante foi a criação da Lei do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A III Conferência Nacional ocorrerá de 22 a 25 de maio de 2007, em Fortaleza (CE), com o objetivo de propôr eixos estratégicos para o desenvolvimento da nação, aliado a Segurança Alimentar e Nutricional, traçar as diretrizes e prioridades da Política Nacional de SANS além de traçar as bases para a implementação e normatização do SISAN (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2006).

O CONSEA segundo Miranda (2007) tem contribuído na agenda pública nacional e nas políticas públicas relativas a SANS, apresentando várias iniciativas como o desenvolvimento de metodologia para a análise do Orçamento Geral da União com o enfoque da SANS. Sendo aprimoradas a capacidade da apresentação de propostas orçamentárias, ampliação da agricultura familiar tanto no crédito (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF) como no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), novas propostas para o Programa Bolsa Família, aumento do repasse feito ao PNAE, proposta para aumentar a transferência financeira aos Estados e Municípios para o incentivo ao preenchimento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), criação de uma concepção intersetorial para um programa de alimentação adequada e saudável. A principal iniciativa do CONSEA foi a formulação da proposta do Projeto de Lei criando o SISAN (Lei 11.346/06) de acordo com a deliberação da II Conferência Nacional.

### **2.3.1.3 Políticas estruturantes**

São políticas públicas que trabalham com o objetivo da inclusão social. As políticas públicas estruturais estão voltadas para as causas mais profundas da fome e da pobreza, são medidas adotadas pelo Governo Federal que estabelece parcerias com os estados e os municípios.

A compra da produção agrícola para uma política de estoque de Segurança Alimentar, são consideradas políticas estruturais, pois valorizam a agricultura familiar, o pequeno produtor rural e urbano, agregam renda, desenvolvimento local e dignidade, o que realmente possibilita mudança no contexto econômico e social.

O acesso a saúde e a educação são fundamentais para atingir os objetivos propostos pelas políticas estruturais. A erradicação do analfabetismo, possibilita acesso a cidadania na sua plenitude. Ser cidadão brasileiro não é simplesmente possuir a certidão de nascimento, mas participar de todos os

processos políticos e sociais que lhe possibilitem o pleno exercício da cidadania brasileira.

Um exemplo de política estruturante é a reforma agrária. Porque a agricultura representa um papel importante para a área rural e urbana de um país. Investir na agricultura é acreditar na melhoria da qualidade de vida de um grande contingente populacional. Mas em contrapartida grande parte das terras brasileiras encontram-se nas mãos de uma pequena parcela da população. E esta parcela não vê com bons olhos uma reforma agrária, uma divisão mais justa deste espaço territorial.

Cada vez mais, alimentar dignamente a população torna-se uma tarefa árdua. Este problema tem suas origens no modelo de desenvolvimento adotado pelos Governos. O problema encontra-se centrado na apropriação do espaço, no destino dado ao solo. Para Dallari (1981), em certas situações, a desapropriação é o único meio de que dispõe o poder público para dar a determinados imóveis a destinação socialmente mais útil e conveniente.

Discutir reforma agrária num país tipicamente composto por latifúndios é muito difícil, pois interesses econômicos prevalecem sobre os sociais, em uma sociedade capitalista. A afirmação de Veiga (1994) é pertinente porque retrata a realidade da reforma agrária no Brasil onde esta implica algum grau de redistribuição de riqueza.

E pertinente esclarecer que a reforma agrária é necessária para o desenvolvimento na área social. Conforme Veiga (1985), a modificação agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição mais eqüitativa da terra e da renda agrícola, beneficia grande parcela de excluídos do acesso a terra.

De acordo com Martins (1991), a questão da propriedade da terra no Brasil, e da situação das pessoas que nela trabalham ou dela precisam para trabalhar, é hoje extremamente grave.

Analisando a afirmação de Martins (1991), com referência a questão política no campo, constata-se que enfrentam-se graves problemas com relação a questão da propriedade da terra; do conflito entre a propriedade capitalista e os regimes alternativos de propriedade que nascem da sua crise. Na cidade, a luta principal dos trabalhadores é contra a exploração capitalista; mas, no campo, a principal luta dos trabalhadores é contra a expropriação conduzida pelo mesmo capital. O adversário é o mesmo, mas o enfrentamento é distinto.

Conforme Romeiro (1994), o objetivo maior para a realização de uma reforma agrária é para ampliar as oportunidades de emprego no campo, de modo a reduzir a pressão da oferta da mão-de-obra no mercado urbano-industrial. O Brasil é um dos poucos países, se não o único, que pode promover uma redistribuição da terra sem afetar os setores mais dinâmicos.

O que se tem observado é que a reforma agrária, segundo Veiga (1985), só se colocou verdadeiramente como uma exigência social permanente em países ou regiões, em que existia uma grande massa de lavradores impedidos de ter acesso à propriedade da terra.

A realidade do homem do campo é crítica, precisando de uma reforma agrária neste momento, onde almeja-se uma sociedade mais igualitária, pois a sobrevivência no campo é muito diferente da urbana. Romeiro (1994) salienta que no campo não é possível sobreviver sem emprego, porque aí ele virá para as cidades independentemente das oportunidades de trabalho que ele irá encontrar. Além do desemprego, outro fator de expulsão do campo é a qualidade de vida. Nas cidades, a qualidade de vida da população favelada e subempregada pode ser, apesar de tudo, superior à do campo, onde o camponês, além do trabalho duro de sol a sol, tem que enfrentar sozinho a violência da maioria dos grandes proprietários de terra, a falta de assistência médica, de escolas, e etc.

Não basta realizar a reforma agrária, é preciso uma política de apoio e infra-estrutura que possibilite a fixação definitiva dos excluídos da terra. A

doação da terra sem amparo público não é reforma agrária consciente, e que torne excluídos em cidadãos brasileiros.

A reflexão de Veiga (1994), sobre a reforma agrária é relevante, pois salienta que a passagem da economia brasileira para uma fase socialmente articulada de desenvolvimento dificilmente poderá prescindir de um conjunto de políticas públicas que venham a fortalecer também a agricultura familiar.

#### **2.3.1.4 Políticas emergenciais**

De acordo com Bassan e Siedenberg (2003), viver num país como o Brasil, onde diferenças regionais são significantes, e onde as culturas, as histórias e as contradições são diversas, onde a formação da população é diferenciada, pode-se dizer que a “receita” para o desenvolvimento e acompanhamento da redução das desigualdades é diferente para cada uma das regiões e microrregiões brasileiras. Então, uma política emergencial de desenvolvimento que esteja na busca de melhores condições de vida para as populações deve espalhar-se na sua localidade e, dentro dessa realidade, aplicar um modelo de desenvolvimento, que atenda as famílias quanto ao acesso imediato ao alimento.

Para Valente (2002) enfatiza-se a necessidade de implementação de políticas que tenham por objetivo melhorar o acesso físico e econômico de todos, a todo tempo, a uma alimentação suficiente, nutricionalmente adequada e segura, bem como sua utilização efetiva, e do desenvolvimento de um código voluntário de conduta solene, a Segurança Alimentar para todos.

O termo SANS assim definido por Menezes (2001) é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. Todo

país, deve ser soberano para assegurar sua Segurança Alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. É responsabilidade dos Estados, assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade, cada parte cumprindo suas atribuições específicas.

Segundo Pereira (1999) a noção de acesso aos alimentos disponíveis foi desenvolvida por Sen (1981), e não se caracteriza estritamente como uma teoria da demanda, mas sim como uma teoria do acesso. O acesso aos alimentos disponíveis, tem uma dimensão subjetiva entre pessoa e consumo. Um indivíduo pode evitar a fome se puder controlar o acesso a uma cesta de alimentos.

Quanto ao exposto acima é correto afirmar que precisamos ainda de medidas emergenciais que solucionem o problema da fome de forma imediata, porque o ser humano privado do alimento morre, ele não suporta esperar pelos resultados das transformações provocadas por medidas estruturais.

Políticas emergenciais tornam-se necessárias, porque mudanças estruturais profundas são deixadas para um segundo momento frente ao eminente caos que a população encontra-se subjugada. A insegurança alimentar deve ser rebatida imediatamente sob o risco de gerar morte. Portanto, entende-se as medidas emergenciais, mas continua-se afirmando a necessidade de mudanças radicais na estrutura capitalista que nos rege/governa.

De acordo com Feliciello e Garcia (1996) as sociedades capitalistas são caracterizadas pelas desigualdades, que são estruturalmente resultantes da forma como o modo social de produção está organizado. Neste aspecto, o desemprego, a baixa renda e portanto a pobreza são resultantes do próprio desenvolvimento capitalista. O que acaba sendo modulado, em diferentes nações, é a quantidade de pobres e a distância sócio-econômica entre ricos e miseráveis, na medida em que a renda e os bens produzidos possam ser mais justamente distribuídos.

Com o objetivo de minimizar situações de desigualdades sociais gritantes, Foladori (2001) apresenta a seguinte referência acerca das relações capitalistas sobre o trabalho: elas fazem surgir/aparecer a pobreza, a pauperização, as migrações e a perda da diversidade cultural como resultados necessários. Em seu conjunto trata de demonstração nítida e contundente que as relações capitalistas não condizem com um desenvolvimento sustentável.

Um governo preocupado com a sua sociedade, elabora juntamente com esta, Programas de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável visando diminuir as situações de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza. Diante das condições à que a população brasileira encontra-se submetida, o Governo Federal vem realizando medidas como o reforço da alimentação escolar, cartão alimentação, amparo ao povo indígena, apoio aos que vivem nos lixões e dos lixões.

#### **2.3.1.5 Políticas locais**

De acordo com Fome Zero (2003a) as políticas locais são responsabilidade, quanto a sua implantação dos Governos Estaduais, Prefeituras e a sociedade organizada conforme as necessidades de cada região, recebendo o apoio do Ministério de Segurança Alimentar e combate à Fome (MESA). Entre as incumbências estão a compra de alimentos da agricultura local para programas públicos, os bancos de alimentos, os restaurantes populares e as hortas urbanas.

#### **2.3.1.6 Fome Zero**

O Brasil almeja vencer a fome. A fome deixa de ser uma preocupação exclusiva dos pobres e miseráveis e passa a ser encarada como questão

política. A fome é exclusão social, negação da cidadania, esquecimento da dignidade humana. Portanto é preciso de uma política com responsabilidade social. O Fome Zero é um conjunto de ações que visam a transformação desta realidade vergonhosa ao qual estão subjugados grande parcela da população brasileira. Conta com ações governamentais e não-governamentais.

De acordo com Caldo (2005, p.6):

“O Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo Governo Federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e contribui para a erradicação da extrema pobreza e a conquista da cidadania da população mais vulnerável a fome.”

O programa Fome Zero salienta que as ações do Governo de combate à fome e à miséria não devem substituir, mas estimular e até ampliar as iniciativas semelhantes já existentes nas esferas local, municipal, estadual e nacional. O Programa Fome Zero se concretiza em políticas públicas emergenciais e ações estruturantes. De acordo com o Programa desenvolvido pelo Governo Federal este busca a articulação do setor produtivo local e a geração de renda com sustentabilidade (BETTO E GRAJEW, 2003).

Caldo (2005) expõe o papel que o Governo Federal assume diante da nação brasileira, quando coloca que pretende acabar com o genocídio silencioso, dando voz àqueles que não possuem forças para exigir seus direitos e desafiando a indiferença dos que não sabem o que é passar fome.

Uma das prioridades do Governo de Luis Inácio Lula da Silva é o Fome Zero. Neste sentido, decorre o envolvimento de vários ministérios, Governo Estadual, Municipal e a sociedade.

Os eixos, programas e ações do Fome Zero incluem a ampliação do acesso à alimentação, através do Bolsa Família, alimentação escolar, construção de cisternas, restaurantes populares, bancos de alimentos, cestas básicas, AU/hortas comunitárias, vigilância no controle da desnutrição,

distribuição de vitamina A e ferro, alimentação de povos indígenas, educação alimentar e nutricional, para consumo, alimentação saudável, promoção de hábitos saudáveis, alimentação do trabalhador e desoneração da cesta básica. Participa também no fortalecimento da agricultura familiar através do PRONAF, garantia da safra, seguro da agricultura familiar e a aquisição da agricultura familiar. Ainda preocupa-se com a promoção de processos de geração de renda contribuindo no processo de qualificação social e profissional, economia solidária e produtiva, organização produtiva de comunidades / produzir, desenvolvimento de cooperativas de catadores de material reciclável, microcrédito e Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD). Insere-se também nas ações de articulação, mobilização e controle social através da Casa das Famílias, educação cidadã e mobilização social, capacitação de agentes em políticas de desenvolvimento social e combate à fome, mutirões de doações, parcerias com empresas e entidades, operação de conselhos de controle social.

O Programa AU do Fome Zero objetiva a multiplicação de hortas, que permite o acesso a uma alimentação saudável e de custo baixíssimo.

Para o Governo Federal, o Programa AU segue os seguintes parâmetros (CALDO, 2005, p. 24):

“O Programa Agricultura Urbana dedica-se a formar redes comunitárias e familiares para produção, processamento, beneficiamento e comercialização do excedente produzido, com os objetivos principais de agregar valor aos produtos da agricultura familiar urbana, gerar oportunidades de trabalho e renda e fortalecer sistemas locais de Segurança Alimentar. Parte desse programa, o projeto de hortas comunitárias busca aumentar a oferta de alimentos de elevado poder nutritivo e melhorar as condições de vida de grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional”.

Neste sentido, o Programa Fome Zero estabeleceu parceria com a empresa Eletrosul, Energia da Terra, Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco para a utilização das áreas sob as linhas de transmissão, para o cultivo de hortas comunitárias. As empresas parceiras do Fome Zero limpam a área para os agricultores, fornecem sementes, combustível, máquinas e até energia quando

necessário, além de apoio técnico tanto para implantação quanto para fiscalizar as questões do ambiente. Ainda junto a esse projeto as famílias participam de projetos de alfabetização de jovens e adultos, vacinação e outros benefícios sociais. A parceria possibilita as empresas uma área onde o vandalismo contra as torres não ocorre, pois os agricultores são os guardiões dessa área.

A ação constante contra a fome e a pobreza, no Fome Zero, proporcionou a inserção do Brasil no contexto internacional, onde no ano de 2004 o Presidente Lula participou do Encontro de Líderes para uma ação contra a fome e a pobreza, onde cinco dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) fixados pela ONU, o Brasil está cumprindo (CALDO, 2005).

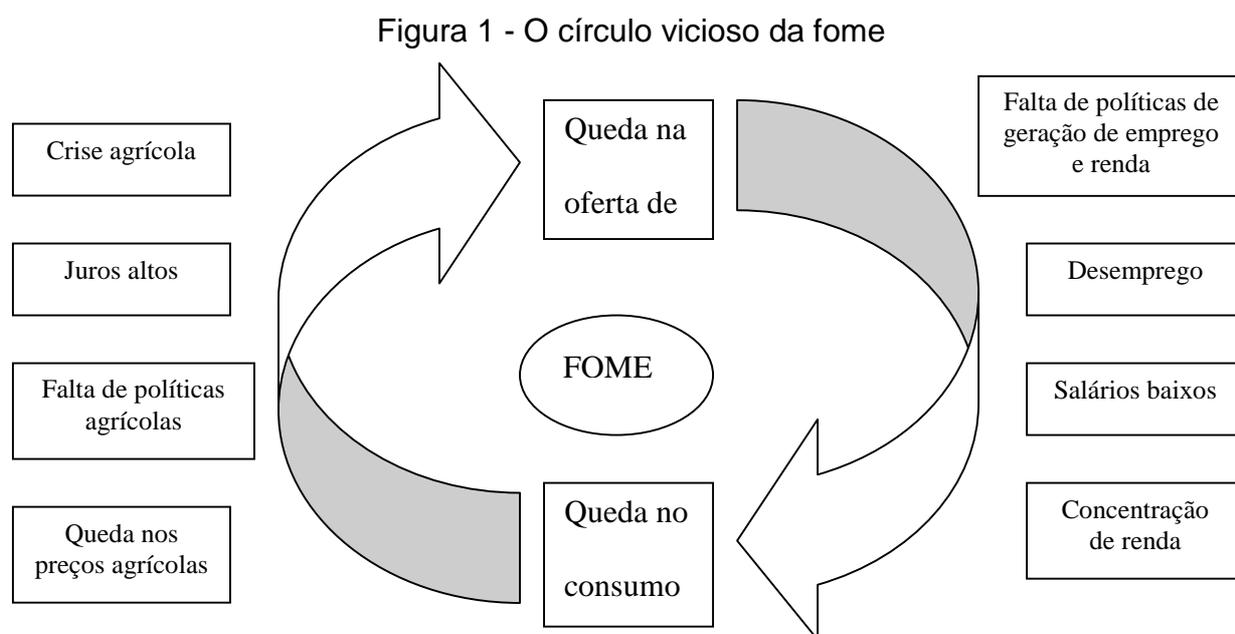
No ano de 2004 no Conselho Mundial de Alimentação da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil e mais 187 países pactuaram com as Diretrizes Voluntárias para o Direito a Alimentação. Segundo Caldo (2005, p.57) os objetivos das diretrizes são os seguintes:

“[...] proporcionar orientação prática à nações, no que se refere aos seus esforços para conseguir a realização progressiva do direito humano a uma alimentação adequada no contexto da Segurança Alimentar nacional. Isso significa garantir a disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente e apropriada para satisfazer as necessidades alimentares dos indivíduos, a acessibilidade física e econômica universal, inclusive dos grupos vulneráveis, a alimentação adequadas, livres de substâncias nocivas e aceitáveis para uma cultura determinada, ou meios para consegui-las”.

O Fome Zero tem como objetivo o combate a fome e considera este combate um investimento, porque proporciona cidadania aos brasileiros. A implantação de políticas públicas que visem combater a fome, diminuir as desigualdades sociais, segundo Fome Zero (2003b), necessitam combinar: políticas estruturais que são aquelas voltadas para as causas profundas da fome e da pobreza, como a geração de empregos, a reforma agrária, o acesso à saúde e à educação; políticas específicas para atender diretamente as famílias no acesso ao alimento, como a ampliação da alimentação escolar, o cartão-alimentação, a ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), a educação alimentar; políticas locais a serem implantadas por Governos Estaduais e pela sociedade organizada de acordo com as

necessidade de cada região, com o apoio do ex-Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), hoje Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Entre elas estão a compra de alimentos da agricultura local para programas públicos, os bancos de alimentos, os restaurantes populares e as hortas urbanas.

A estrutura do Programa Fome Zero pretende o desenvolvimento da nação brasileira. Porque ao combater a fome e proporcionar dignidade a sua população os custos com doenças, remédios, hospitais, médicos tendem a diminuir, e a renda, o poder de acesso aos alimentos saudáveis aumenta. O Governo pretende acabar com os círculos viciosos da fome, onde a figura 1 elucida:



Fonte: O círculo vicioso da fome. Fome Zero (2003a)

Diante do quadro, para resolver este problema é necessário conforme Fome Zero (2003a) integrar a política de Segurança Alimentar às estratégias de desenvolvimento econômico e social, permitindo assim a inclusão social e novo modelo de desenvolvimento que realmente privilegie o crescimento com distribuição de renda, proporcionando geração de empregos, melhores salários e a recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, políticas que atendam

famílias submetidas a fome e pobreza, para que possam transformar o círculo vicioso da fome em um círculo virtuoso da SANS.

O Fome Zero é um caminho, um compromisso para solucionar o problema que atinge milhões de pessoas, a fome. Para tanto, é fundamental a determinação política, planejamento e participação de toda sociedade.

A noção de responsabilidade social é veiculada constantemente pelos meios de comunicação, para que a sociedade saiba que o dever e a responsabilidade da solidariedade precisa ser ampliada a todos (NERI, 2003).

Para Zilda Arns Neumann o Fome Zero não pode ficar restrito ao Bolsa Família, precisa ir além do repasse de renda. Essas medidas só reforçam a dependência em relação às políticas públicas. O Bolsa Família precisa estar integrado com a promoção humana, a reforma agrária e outras políticas estruturantes, sem os quais não serão produzidas mudanças que amenizem as desigualdades sociais. O Governo precisa saber operar a relação interministerial, de forma que todos os ministérios estejam harmonizados na política de combate à fome e inclusão social (MENEZES, BURLANDY E MALUF, 2004).

#### **2.3.1.6.1 Bolsa Família**

As famílias pobres através do Programa Bolsa Família, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2005), tem condições de melhoria da qualidade de vida, pois o programa é uma iniciativa de transferência direta de renda para as famílias.

As famílias que recebem até R\$ 60,00 per capita, tem direito a um benefício básico de R\$ 50,00 acrescido de um benefício variável de R\$ 15,00 por filho até 15 anos e gestantes, até o limite de R\$ 45,00. As famílias que recebem de R\$ 60,01 a R\$ 120,00 recebem somente o benefício variável de

R\$ 15,00 até o limite de R\$ 45,00. Cada família pode receber de R\$ 15,00 até R\$ 95,00 por mês. O público-alvo do Bolsa Família são famílias com renda mensal de até R\$ 120,00 per capita.

Para participar, as prefeituras, através dos gestores municipais, identificam as famílias que se enquadram no perfil determinado com o objetivo da inclusão destas no programa.

A gestão do Programa Bolsa Família, impõem as prefeituras requisitos determinados, conforme Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2005), como promover uma articulação intersetorial entre as secretarias municipais., garantindo apoio técnico-institucional para a gestão local do programa e constituindo instância de controle social, para maior transparência ao programa.

Promover a gestão de benefícios e ações de acompanhamento e gestão do programa, oferecendo e estabelecendo parcerias para oferta dos programas sociais complementares, como geração de trabalho e renda, cooperativismo, formação profissional, dentre outros. Disponibilizar ações e promover, em articulação com os Estados e com a União, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades impostas pelas áreas de saúde e educação, o qual possui o objetivo de acompanhar as famílias beneficiárias do Programa, promovendo a melhoria das condições de vida na perspectiva da inclusão social.

Para Neri (2003) o Bolsa Família é um programa emergencial, de caráter redistributivo, não é emancipatório, pode vir a incluir outros elementos de resgate da cidadania. A proposta é aliar a garantia de renda mínima e possibilidade de membros das famílias se engajarem temporariamente, em trabalhos de interesse público, visando a convivência, auto-estima, prestar serviço a alguém, ser alguém na sociedade e para a sociedade.

O Bolsa Família ao repassar recursos no lugar dos alimentos procurou dar mais autonomia as famílias e cidadania. Para Coitinho (2002) a

transferência de recursos monetários, estabeleceu em contrapartida a necessidade da família participar das atividades básicas de saúde com caráter preventivo: imunização, pré-natal, atividades educativas em saúde, nutrição e acompanhamento do crescimento. A partir desse avanço sabe-se que o Programa pode ampliar para além da recuperação nutricional, prevenir a desnutrição em crianças em risco.

O Bolsa Família foi criado com a finalidade da retirada da família da situação de miserabilidade e de vulnerabilidade social. Atualmente não está sendo cumprida sua missão, até pelo curto período que o programa está vigente, pois medidas estruturantes não ocorrem a curto prazo. As famílias continuam dependentes desta renda e somente em alguns casos através de cursos e recondução ao mercado de trabalho, tem-se modificado o quadro, sendo este um desafio a ser superado.

### **3 AGRICULTURA URBANA: UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL. O CASO DE SANTA CRUZ DO SUL**

#### **3.1 Caracterização do Município**

Santa Cruz do Sul é considerado um pólo regional, tendo em vista que a cidade oferece oportunidades de trabalho e estudo às cidades vizinhas. O Município de Santa Cruz do Sul possui um complexo beneficiador de fumo em folha, localizado no Distrito Industrial.

Alguns hábitos herdados dos imigrantes alemães ainda estão presentes como as ruas largas, limpas, arborizadas, jardins e trevos floridos. A população ainda conserva no seu cotidiano o hábito da sesta, o kerb, as bandinhas, os Kränzchen, o canto, as danças e a gastronomia. Os imigrantes valorizam a sua tradição, segundo Radünz (2001, p. 162):

“[...] Esse caráter valorativo não está somente nas músicas religiosas, também se faz presente nos cantos que retratam a antiga pátria, nas músicas de amor, nas canções, na juventude, nas letras festivas que enaltecem a dança, o chopp e outras características do alemão [...]”.

A preservação das raízes, das tradições e hábitos é motivo de orgulho, e encontram-se espalhados por toda a cidade e no seu povo. Preservar a sua identidade cultural é não esquecer da luta dos primeiros imigrantes, que aqui se instalaram e desbravaram com louvor a nova terra.

## **Aspectos geográficos**

O Município de Santa Cruz do Sul está situado na encosta inferior nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, faz parte do COREDE Vale do Rio Pardo (Mapa 1). As coordenadas geográficas do município são 29°43'59" de Latitude Sul e 52°24'52" de Longitude Oeste e sua superfície territorial totaliza 794,49 Km<sup>2</sup>, dos quais 156,96 Km<sup>2</sup> constituem a área urbana do município (SANTA CRUZ DO SUL, 2007c).

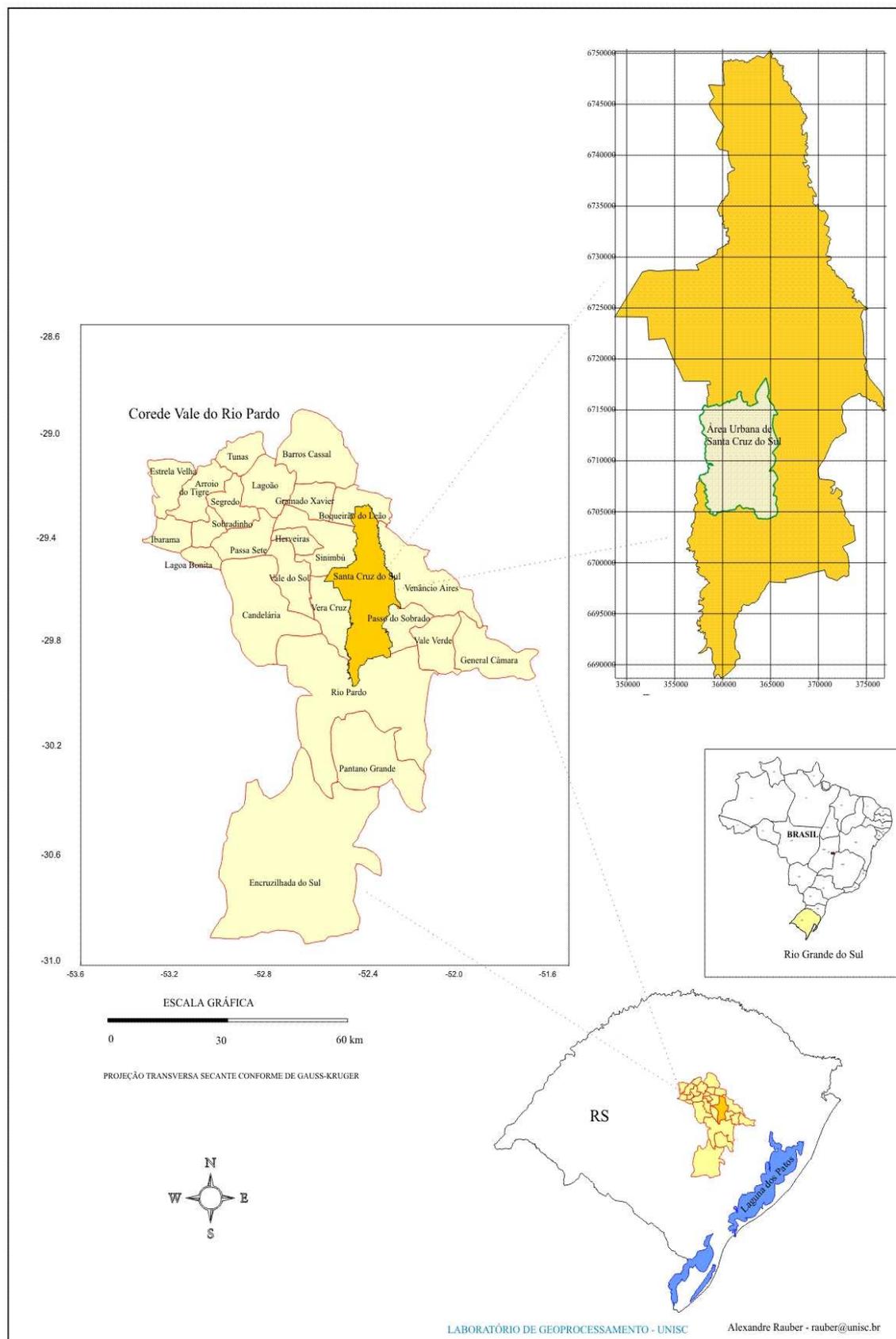
As principais rodovias de acesso são a RS 287, que se interliga com a RS 386, em Tabaí e a BR 471, que se interliga com a BR 290 em Pantano Grande. O município dista da capital, Porto Alegre, 150 Km, tendo como municípios vizinhos, Venâncio Aires, Boqueirão do Leão, Rio Pardo, Passo do Sobrado, Vera Cruz e Sinimbu.

O clima de Santa Cruz do Sul é subtropical temperado, com temperaturas médias de 19,6°C máxima absoluta de 42°C e mínima de 5°C. No ano a média de dias com chuva é 124,7 dias. O município está a uma altitude média de 122 metros acima do nível do mar (HOPPE, 2007).

Segundo Wink (2002), a vegetação da região era formada por densas matas compostas por árvores tropicais latifoliadas e campos limpos. Apresentava flora variada resultante do tipo de solo e de relevo. A água é abundante, mantida por chuvas bem distribuídas ao longo dos anos. Os três principais rios que cortam a região são o Pardinho, Pardo e Taquari Mirim, fazem parte da bacia hidrográfica do sudeste. A fauna nativa está comprometida, devido as devastações intensas na região.

O mapa 1 exemplifica a localização do Município de Santa Cruz do Sul, em relação ao COREDE a que pertence, Rio Grande do Sul e Brasil, bem como a localização da Zona Urbana.

Mapa 1 –Localização da Zona Urbana do Município de Santa Cruz do Sul e a relação do município quanto ao COREDE, Rio Grande do Sul e Brasil.



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento – UNISC (2006)

### 3.1.2 Aspectos históricos

A história de Santa Cruz do Sul teve seu início marcado pela chegada de cinco famílias alemãs, provenientes das Províncias da Silésia e do Reno, no ano de 1849.

As primeiras residências eram do tipo choupanas e ranchos, cobertas de folhas de jerivá. O cultivo do fumo, já se destacava naquela época, mas cultivavam também o milho, a mandioca, a batata, o feijão e etc.

Santa Cruz do Sul já foi denominada de quatro maneiras diferentes, primeiramente Faxinal do João Faria, Colônia de Santa Cruz, São João da Santa Cruz e Santa Cruz. A partir de 1919, passou a chamar-se Santa Cruz do Sul. Emancipou-se de Rio Pardo, sendo oficialmente instalado o município a 28 de setembro de 1878.

No ano de 1959, uma parte do município emancipou-se, constituindo o Município de Vera Cruz e no ano de 1993 repetiu-se com a emancipação dos Distritos de Sinimbu, Vale do Sol e Gramado Xavier.

Com a intensificação da presença de Santa Cruz no mercado internacional do trabalho e um número cada vez maior de empresas tanto de capital local como de companhias fumageiras multinacionais. A infra-estrutura da cidade necessitou de constantes ampliações e atualizações nos mais diversos setores, com o objetivo de atender as novas demandas que surgiam continuamente. Os meios de comunicação, transporte que são vitais para a realização das transações, foram modernizados, sofrendo investimentos, para trazer grandes benefícios para toda região. Um dos maiores investimentos, foi a criação do Distrito Industrial, que contou com a participação do Governo Municipal e da iniciativa privada (WINK, 2002).

Aliado ao crescimento industrial Santa Cruz do Sul não esqueceu de suas raízes, cidade germânica, pode-se dizer que Santa Cruz do Sul sofreu um

processo de germanização num dos cantinhos do solo brasileiro. Os costumes da influência germânica continuam arraigados no cotidiano do povo santacruzense.

Um dos principais eventos do município é a realização da Oktoberfest desde 1984, que valoriza os valores culturais dos imigrantes, mas ainda conta-se com o Encontro da Tradição Gaúcha (ENART), a Oktobermoto, encontro de Jeep Cross, Christtindfest, que transforma a cidade em luz e shows. O município ainda realiza atividades culturais, e agora a mais nova atração, o autódromo inaugurado no ano de 2005 (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO, 2007).

### **3.1.3 Dados socioeconômicos e qualidade de vida**

Santa Cruz do Sul é um centro polarizador da região do vale do Rio Pardo, servindo de referência econômica, educacional e saúde. A área de estudo abrange a área periférica do município.

Para traçar o perfil socioeconômico da sociedade, com o objetivo de melhoria da qualidade de vida da população, contando com a sua participação, é indispensável o conhecimento da realidade, "mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual" (SANTOS, 1996, p. 206).

A finalidade da existência do município é a de proporcionar o bem-estar comum. Cabe ao município proporcionar condições de vida social e econômica que permitam e favoreçam o pleno exercício da cidadania. A população brasileira, vivem inseridos num quadro de insegurança socioeconômica, presenciando uma insuficiência aguda de renda nas camadas mais desfavorecidas, e como resultado à fome e miséria, o que também ocorre em Santa Cruz do Sul (LAVINAS E GARCIA, 2004).

### 3.1.3.1 Demografia

A evolução da população de Santa Cruz do Sul transcorre num processo de crescimento gradual, verificado pela expansão da cidade. Foi observado que os bairros que compõem a área central estão cada vez mais densos e a área industrial esta cada vez mais atraindo a população, originando os bairros operários. As zonas altas dos setores leste e norte, abrigam as classes de maior poder econômico, e a área oeste é uma área restrita por lei, destinada a preservação do rio Pardinho.

O Município de Santa Cruz do Sul, através das diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor, procura ordenar o crescimento da cidade, objetivando o equilíbrio do ambiente e a qualidade de vida da população, tanto na área urbana quanto na área rural (WINK, 2002).

Tabela 1 - Evolução da População

Ano	População
1950	69.605
1960	76.854
1970	86.727
1980	99.645
1991	117.773 <sup>16</sup>
2000	107.632
2005	117.949
2006	119.803
2007	121.959

Fonte: IBGE (2007)/Geoprocessamento Prefeitura (2007)

O desenvolvimento urbano de Santa Cruz do Sul, ocorreu associado ao crescimento econômico do município, e como mola propulsora desse

<sup>16</sup> (\*) Entre 1991 e 2000, houve a emancipação dos Municípios Sinimbu, Vale do Sol, Herveiras e Gramado Xavier e a anexação de São José da reserva, antes pertencente ao Município de Rio Pardo.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (2007c).

desenvolvimento é o setor fumageiro. Sendo necessário a aceleração do processo de urbanização da cidade, para comportar o crescimento.

Tabela 2 - População de Santa Cruz do Sul por situação de domicílio

ANO	1991	2000
População Total	93.957	107.632
Urbana	75.910	93.786
Rural	18.047	13.846
Taxa de Urbanização	80,79%	87,14%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2000)

A população de Santa Cruz do Sul é predominantemente urbana. A população urbana cresce significativamente, enquanto a rural continua decrescendo. A inclusão dos que deixam o campo, procurando nas cidades melhores condições de vida, não está restrito ao contexto de Santa Cruz do Sul, é reflexo da atual política econômica e social que está inserido o Brasil.

Tabela 3 - Crescimento Demográfico Comparado

	Crescimento Demográfico (ao ano)
Santa Cruz do Sul	1,80%
Rio Grande do Sul	1,20%
Brasil	1,60%

Fonte: IBGE (2000) / Geoprocessamento Prefeitura (2007)

Comparando o período de 1991-2000, observa-se que a população de Santa Cruz do Sul apresentou uma taxa média de crescimento anual de 1,58%, a taxa de urbanização cresceu 7,85%. No ano de 2000, a população do município representava 1,06% da população do Estado, e 0,06% da população do Brasil (IBGE, 2007), tendo um crescimento demográfico superior ao Estado e ao País.

Tabela 4 - Estrutura Etária

	1991	2000
Menos de 15 anos	26.748	26.204
15 a 64 anos	61.245	73.743
65 anos e mais	5.964	7.685
Razão de Dependência	53,4%	46,0%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2000)

A razão de dependência, na análise da estrutura etária, quando comparamos o período de 1991-2000 diminui de forma significativa. A faixa

etária dos 15 a 64 anos é onde concentra-se a maioria da população, no ano de 2000 correspondia a 68,51%. A estrutura etária correspondente a menos de 15 anos manteve-se, e a 65 anos e mais observou-se crescimento no período de 1991-2000 de 1721, passando de 5964 em 1991, para 7685 em 2000.

Tabela 5 - Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade.

	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	26,4	22,1
Esperança de vida ao nascer (anos)	66,9	69,7
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,2	2,0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2000)

No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil diminuiu 16,04%, passando de 26,4 para 22,1 no ano 2000. A esperança de vida ao nascer aumentou no período, e a taxa de fecundidade diminuiu. O Município de Santa Cruz do Sul através dos dados observados na tabela 7 demonstra a preocupação e ações com as questões de saúde e qualidade de vida.

### 3.1.3.2 Educação

A educação é a alavanca para a inclusão social. A condição socioeconômica do indivíduo está intimamente ligada a educação. A educação é prioridade para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade a que pertence. O município conta com uma universidade, uma faculdade, 21 escolas da rede estadual, 31 da rede municipal e 4 da rede particular. O investimento na educação, está relacionado com o desenvolvimento da região.

Tabela 6 - Nível Educacional da População Jovem

<b>Faixa etária (anos)</b>	<b>Taxa de analfabetismo</b>		<b>% com menos de 4 anos de estudo</b>		<b>% com menos de 8 anos de estudo</b>		<b>% freqüentando a escola</b>	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	9,8	3,0	-	-	-	-	91,4	98,8
10 a 14	2,4	0,8	38,4	29,1	-	-	87,7	98,8
15 a 17	2,5	0,7	8,6	3,6	66,8	42,1	56,0	85,3
18 a 24	1,8	2,3	9,9	6,2	57,7	31,3	-	-

- = Não se aplica

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2000)

As tabelas 8 e 9 retratam bem o comprometimento do município com o ensino. Aliado ao município, esta a obrigatoriedade do ensino fundamental, determinado pelo Governo Federal. A frequência da escola no ano de 2000, de 7 a 14 anos foi 98,8 quando obrigatório, caindo para 85,3, na idade de 15 a 17 anos. A taxa de analfabetismo no período 1991-2000 diminuiu, passando de 9,4 em 1991, para 5,5 no ano de 2000.

Tabela 7 - Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais)

	1991	2000
Taxa de analfabetismo	9,4	5,5
% com menos de 4 anos de estudo	21,6	15,9
% com menos de 8 anos de estudo	70,1	59,7
Média de anos de estudo	5,8	6,8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2000)

Investir na diminuição da taxa de analfabetismo é preocupar-se com a inclusão daqueles que estão cegos para a vida, o ato de ler, escrever, possibilita liberdade para ir e vir, autonomia. Todos possuem o direito a cidadania, pois a educação é a base para uma sociedade desenvolvida.

### 3.1.3.3 Renda

A renda é um importante instrumento para avaliação da situação socioeconômica da população. A renda reflete na qualidade de vida, pois as famílias para adquirir o que necessitam para o bem-estar, dependem da sua capacidade de comprar produtos e serviços. Ao fazer referência à renda na sociedade, a associação à pobreza e a desigualdade, é às vezes imediata. A pobreza relaciona-se à insuficiência de renda, “e a desigualdade é enfocada como a diferença existente na distribuição da renda” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2007).

É importante observar como estão sendo distribuídos os recursos públicos e privados pela sociedade, ou seja, de que forma a renda, bens e

serviços estão sendo apropriados pelos pobres e indigentes. A precariedade de acesso a renda bens e serviços é quase inexistente, necessitamos de uma política social que vise a redução das desigualdades sociais entre grupos populacionais.

A pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revelou que no ano de 1993, o Brasil abrigava 32 milhões de brasileiros em situação de fome e indigência, considerando-se indigente o indivíduo cuja renda do grupo familiar, representasse, no mínimo, ao valor de uma cesta básica de alimentos, e que estivesse atendendo as exigências nutricionais determinadas pela FAO, ONU e OMS (Organização Mundial da Saúde) (MENEZES, 2007).

Tabela 8 - Indicadores de Renda e Pobreza em Santa Cruz do Sul.

	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	285,2	386,2
Proporção de Pobres (%)	17,3	13,6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2000)

Conforme verificado na tabela 8, a renda per capita média no município cresceu significativamente (35,43%), passando de R\$ 285,17 em 1991 para R\$ 386,21 em 2000. O reflexo do crescimento da renda per capita alterou de forma expressiva em 21,59% (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL/PNUD, 2000).

Tabela 9 - Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População em Santa Cruz do Sul

	1991	2000
20% mais pobres	3,8	3,1
40% mais pobres	11,1	10,4
60% mais pobres	22,4	22,2
80% mais pobres	40,8	41,8
20% mais ricos	59,2	58,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2000)

Observamos que a população mais pobre diminui no período de 1991-2000, em relação á renda apropriada, assim como também os 20% mais ricos da população também sofreu uma diminuição de 1,7% na sua renda.

Tabela 10 – Comparação da Cesta Básica

Cesta Básica (Julho/2006)	Valor (R\$)
Santa Cruz do Sul	R\$ 118,18
Porto Alegre	R\$ 171,02

Fonte: UNISC (2006) e DIEESE (2006)

A diminuição nas desigualdades econômicas, através do aumento da renda *per capita*, deveria a refletir diretamente no poder de aquisição de alimentos. Verifica-se que Santa Cruz do Sul, possui uma cesta básica com custo inferior que a capital do Estado, vindo a corroborar com o maior acesso a alimentos, através do aumento da renda.

Tabela 11 - Produto Interno Bruto (PIB) em Santa Cruz do Sul

Produto Interno Bruto	Valor (R\$)
PIB 2002 do Município	R\$ 2,3 bilhões
PIB Municipal <i>per capita</i>	R\$ 21.173,00
PIB do Rio Grande do Sul	R\$ 108,4 bilhões
PIB Estadual <i>per capita</i>	R\$ 10.432,00

Fonte: FEE, RS (2003)

O PIB per capita do município de Santa Cruz do Sul foi R\$ 21.173,00, e o PIB per capita do Estado foi R\$ 10.143,00 em 2007, analisando os dados verifica-se que o município apresenta condições de vida superiores, quando comparado à média do Estado.

### 3.1.3.4 Habitação

Nas ultimas décadas, ocorreu um crescimento acelerado, refletindo no processo de urbanização. O IBGE realizou levantamentos sobre as condições de habitação e saneamento, principalmente aquelas destinadas as camadas mais pobres. O crescimento dos domicílios em Santa Cruz do Sul no período de 1991-2000 foi da ordem de 47,7% (IBGE, 2005).

Tabela 12 - Acesso a Serviços Básicos em Santa Cruz do Sul

	1991	2000
Água Encanada	89,8	96,9
Energia Elétrica	96,3	99,4
Coleta de Lixo*	91,4	98,8

\*Somente domicílios urbanos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2000)

Observa-se que o acesso a serviços básicos como a água, eletricidade e coleta de lixo, apresentaram no período 1991-2000 (Tabela 14), uma melhora significativa. A área urbana do município de Santa Cruz do Sul conta com uma cobertura de 98,8% quanto a coleta de lixo.

A energia elétrica abrange 99,4% dos domicílios urbanos, este dado reflete a oportunidade da população adquirir bens de consumo como geladeira, televisão, que hoje estão presente na maioria dos lares, proporcionando a preservação dos alimentos e o acesso aos meios de comunicação.

### 3.1.3.5 Vulnerabilidade

A observação do grupo familiar permite estudos quanto a gastos e distribuição de renda, comportamento demográfico, participação no mercado de trabalho e lançar as políticas públicas específicas, pois contribui com informações que servem de indicadores sociais (IBGE, 2005).

Tabela 13 - Indicadores de Vulnerabilidade Familiar (%) em Santa Cruz do Sul.

	1991(%)	2000(%)
Mulheres de 10 a 14 anos com filhos	ND	0,0
Mulheres de 15 a 17 anos com filhos	2,5	4,9
Crianças em famílias com renda inferior à 1/2 salário mínimo	24,6	24,2
Mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores	5,0	4,7

ND = não disponível

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2000)

O indicador de vulnerabilidade familiar, no quesito mulheres de 15 a 17 anos com filhos, observa-se que no período de 1991 a incidência correspondia a 2,5%, e no período 2000 elevou-se significativamente para 4,9%. A incidência de gravidez na adolescência é preocupante, pois são etapas da vida, que deixam de ser vivenciadas, e na maioria das vezes sem condições de oferecer uma qualidade de vida para a nova criança.

A pobreza significa atraso, e o combate inicia na adoção de medidas de caráter estrutural, não podendo ser enfrentado apenas com base em políticas sociais emergenciais, não deixando de reconhecer a importância delas, em determinados momentos. A pobreza e as desigualdades caracterizam o descaso do poder público com sua população, ineficiência da gestão pública e desenvolvimento fundamentada somente no crescimento econômico.

Tabela 14 - Indicadores de Pobreza em Santa Cruz do Sul

	1991(%)	2000(%)
Indigente	4,10	5,03
Crianças indigentes	6,75	9,61
Intensidade da indigência	29,82	44,53
Pobres	17,32	13,58
Crianças pobres	24,62	24,15
Intensidade da Pobreza	33,18	39,56

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2000)

No ano de 2003, dos habitantes que informaram a renda, cerca de 31,7% foram considerados pobres, pois vivem com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo, e os indigentes cerca de 12,9% com renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, [2007?]). As políticas públicas contribuem para amenizar essa realidade e reduzi-la.

Tabela 15 - Índice de Pobreza

	Índice de Pobreza <sup>17</sup>
Rio Grande do Sul	19,6%
Santa Cruz do Sul	15,8%

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) / Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (2006)

<sup>17</sup> População com renda igual ou inferior a R\$ 75,50 (2000)

Observando os indicadores de pobreza, abre-se o questionamento acerca dos indigentes, se os pobres são aqueles que não dispõem dos meios para suprir as suas necessidades de alimentação, frente aos custos associados a vestuário, habitação, educação etc. Os indigentes são aqueles que não conseguem nem suprir as suas necessidades com alimentação (ROCHA, 1995).

Comparando o período 1991-2000, constatou-se um aumento significativo na intensidade da indigência no município de Santa Cruz do Sul. A proporção de crianças pobres no período em estudo, manteve-se no mesmo patamar (Tabela 14). Mas quando comparado ao Estado do Rio Grande do Sul, observa-se que no município o Índice de Pobreza é 15,8% e o Estado 19,6%, uma situação é mais favorável (Tabela 15).

### 3.1.3.6 Desenvolvimento Humano

O Estado do Rio Grande do Sul é apresentado através dos meios de comunicação, como um dos Estados com melhores índices de qualidade de vida. Mas este dado só é obtido porque muitos municípios, como o caso de Santa Cruz do Sul elevam este índice. Em uma análise do Município e o Estado é verdadeiro afirmar, que em ambos constata-se o desigual desenvolvimento (BROSE, 2005).

Tabela 16 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,754	0,817
Educação	0,847	0,939
Longevidade	0,699	0,745
Renda	0,716	0,767

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2000)

A análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>18</sup> é relevante,

<sup>18</sup> O IDH varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade de vida

para o estudo do município de Santa Cruz do Sul porque agrega três dimensões do desenvolvimento humano, que é atingir uma idade avançada, possuir escolaridade que lhe permita melhorar a sua vida, acesso a bens e consumo e a renda que proporciona dignidade. Nessa perspectiva o desenvolvimento alia-se a qualidade de vida (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2000).

Tabela 17 - Índice de Desenvolvimento Humano Comparado

	IDH
Brasil	0,757
Rio Grande do Sul	0,814
Santa Cruz do Sul	0,817

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2000)

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Santa Cruz do Sul cresceu 8,36%. A significância para este crescimento foi atribuída principalmente a Educação, com 48,7%, seguida pela Renda, com 27,0% e pela Longevidade, com 24,3%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja,  $1 - \text{IDH}$ ) foi reduzido em 25,6%. Se mantivesse esta taxa de crescimento, Santa Cruz do Sul levaria 6,8 anos para alcançar Bento Gonçalves (RS), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,870) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2000).

No ano de 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Santa Cruz do Sul foi de 0,817. De acordo com a classificação do PNUD, encontra-se entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2000).

### **3.2 Legislação Municipal sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável**

Priorizar a Segurança Alimentar como política, amplia os horizontes para além da fome e da desnutrição. O pensar em SANS resgata o acesso ao alimento, a geração de emprego e renda, o desenvolvimento sustentável, atenção as populações vulneráveis, ou seja, diminui a insegurança alimentar.

O gestor municipal consciente de sua função como promotor de inclusão social, busca atender a população excluída e desestimulada, construindo alternativas para enfrentar questões, relativas a legislação que muitas vezes lhes são pouco favoráveis.

Apesar de uma legislação forte, da vontade política dos governantes, da participação cidadã, muitas vezes projetos não evoluem para uma legislação fiscal e de licitação burocratizada. A tarefa de legislar é complexa, envolvendo inúmeros atores e vontades. A tomada de decisão “[...] pelo legislador ideal não é, portanto significativamente diferente da do empresário [...]” pois precisa decidir que medidas são prioritárias para o desenvolvimento e quais também relevantes não poderão constar, porque o orçamento não permite. A decisão correta está diretamente ligada a uma “administração eficiente” (REIS, 2000).

A eficiência do setor público está relacionada a sua capacidade de formulação e implementação de políticas públicas, mas estão diretamente relacionadas a estrutura administrativa e social onde está instalada. A questão eficiência é relativa, pois a esfera pública deve estar apta a promover o equilíbrio entre os interesses que informam a vida e a organização dos diversos grupos sociais, que, embora possuam diferentes níveis de recursos e motivações, devem ser atendidos equitativamente (ARAGÃO, 1997).

#### **3.2.1 Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano**

A regulamentação quanto ao uso do solo na área urbana do município, bem como normas para o zoneamento, é de competência do Município, e cabe

a este o controle, tanto da ocupação, quanto sua preservação através de leis e códigos. O Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano através da Lei Complementar Municipal nº 335, de 03 janeiro de 2007 (Santa Cruz do Sul, 2007a), tem como objetivo em seu art. 2º, “[...] ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana [...]”.

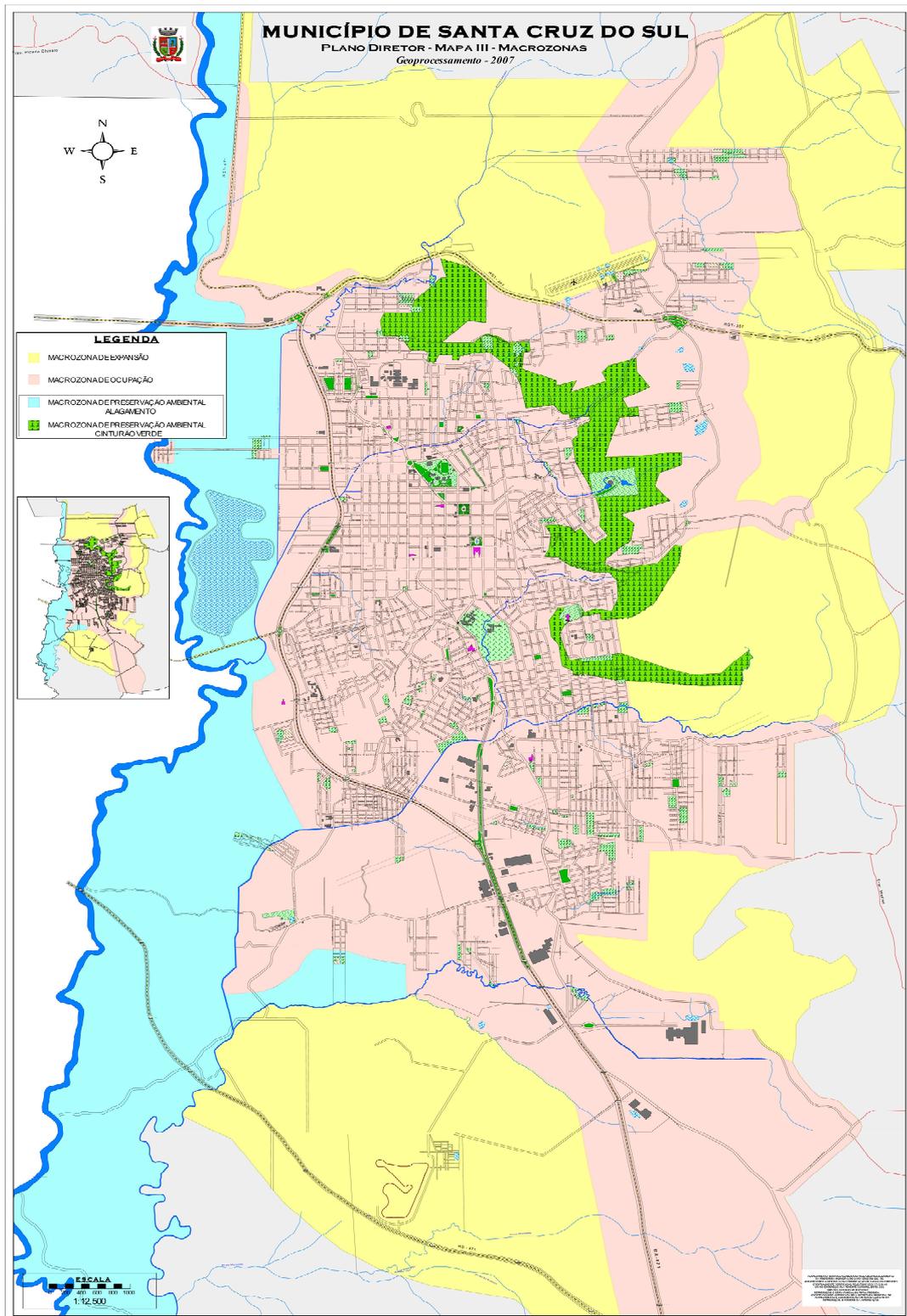
O perímetro urbano de Santa Cruz do Sul através do Plano Diretor está dividido levando-se em conta a ocupação do solo, crescimento urbano, potencial construtivo, preservação do ambiente, interesse e possibilidade social de desenvolvimento, e ampliação e implantação da infra-estrutura (Mapa 2). A partir das considerações o Município foi dividido, segundo art. 7º (Santa Cruz do Sul, 2007a) desta lei em: “[...] Macrozona de Ocupação (MO), Macrozona de Expansão e Ocupação Urbana (ME), Macrozona de Preservação Ambiental (MP)”.

A MO é aquela preparada para absorver uma maior densidade populacional. A MP constitui-se de todas as áreas do Município, considerando-se condições do solo, declividade, sistema hídrico, tipo de vegetação e instabilidade geológica.

Na MP está a área de preservação demarcada como cinturão verde e as áreas sujeita a inundação. As áreas não definidas anteriormente como MO e MP no perímetro urbano, estão integradas no ME. Esta faixa de integração entre o rural e o urbano, tem como objetivo promover a integração.

Dentro da zona de desenvolvimento foram criadas áreas especiais com regras e restrições quanto ao uso. As áreas especiais estão divididas em função das atividades desenvolvidas: Área Especial de Proteção ao Aeroporto, ao Parque de Eventos e a Zona de Processamento de Resíduos. De acordo com o art. 50 (Santa Cruz do Sul, 2007a), “o município poderá criar, através de lei específica, Áreas Especiais de Interesse Social, com padrões urbanísticos próprios, destinadas a regularização fundiária ou reservadas para a moradia de interesse social”.

Mapa 2 – O Município de Santa Cruz do Sul, dividido em Macrozonas



Fonte: Geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (2007)

Para o desenvolvimento da cidade, as áreas urbanas foram divididas em zonas, segundo o mapa 3.

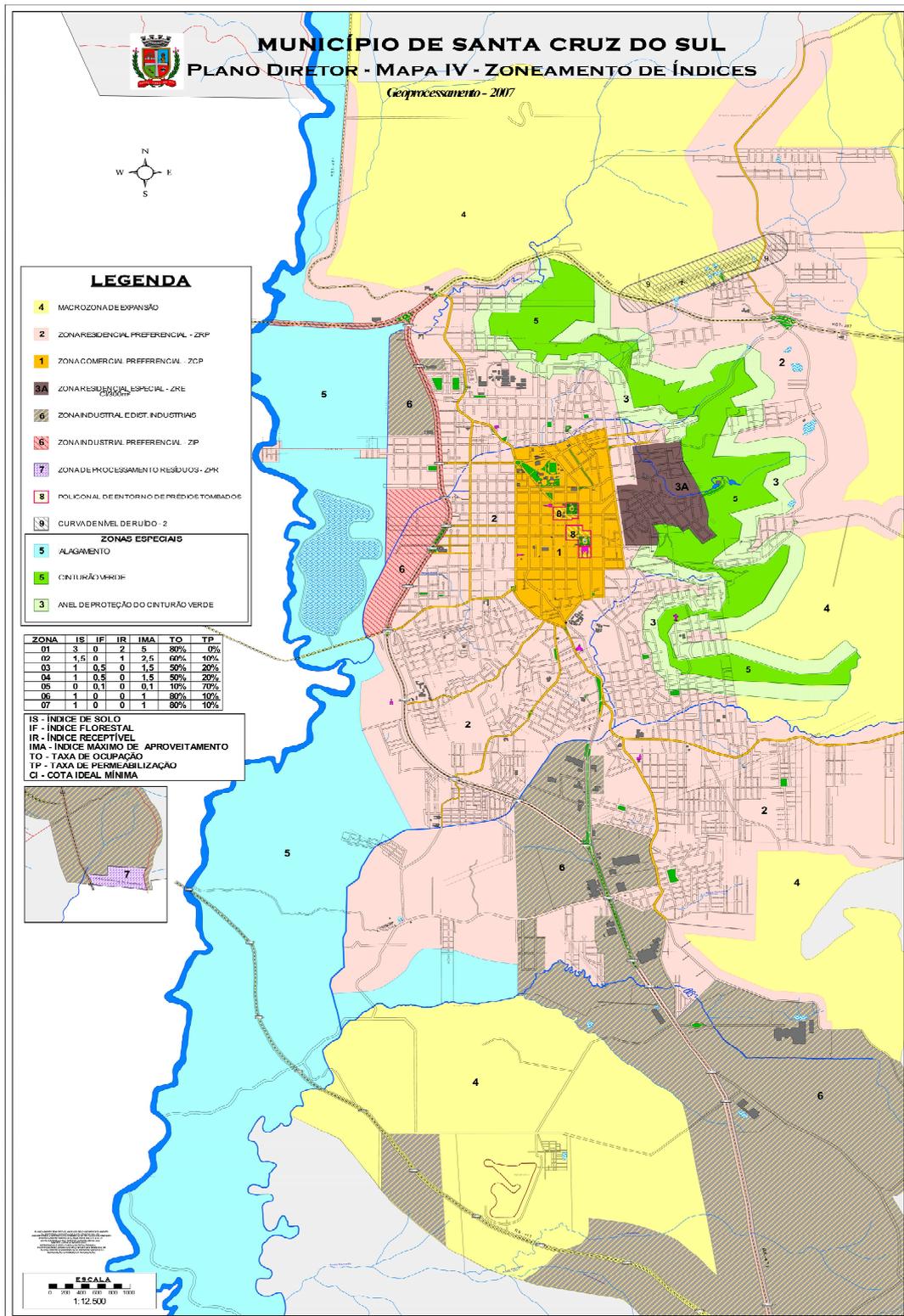
A faixa de proteção a estas zonas abrange 200 metros no seu entorno, menos a área de Proteção ao Aeroporto que deve atender a limitação de acordo com o plano de ruído e obstáculos específicos. Essas Áreas Especiais, conforme o Plano Diretor podem ser passíveis de utilização para AU, desde que seja elaborada uma lei específica, e que seja utilizada para fins sociais. Dentre as três áreas destaca-se a zona de processamento de resíduos, pois localiza-se próximo a bairros periféricos e em vulnerabilidade social.

Quanto a utilização de parques municipais, segundo o art. 81 devem ser de acesso ao público, respeitando leis relativas a preservação ecológica, e destinadas para diversas atividades que envolvam ações “[...] culturais, educativas, turísticas, científicas, de lazer e recreação” (Santa Cruz do Sul, 2007a). Como exemplo de ações educativas e lazer o espaço pode abrigar ações em AU, entendendo que ajardinamento, flores, embelezamento estão contemplados como proposta de AU.

Quanto a regulamentação fundiária, o Poder Público Municipal pode conceder a área na forma de direito real do uso, uso especial para fins de moradia e usucapião especial de imóvel urbano. Em relação a concessão de uso especial é destinada a população de baixa renda para fins de moradia, sendo recomendada a cada possuidor o limite de 125 m<sup>2</sup>, e que não possuam outro imóvel urbano ou rural em qualquer localidade. Caso houver o interesse da comunidade nessas áreas, podem ser desenvolvidas atividades econômicas locais de agricultura familiar desde que vinculada a moradia.

Segundo o art. 127 (Santa Cruz do Sul, 2007a), é assegurado a participação da população, em qualquer fase de processo de gestão democrática da política urbana, de acordo com os princípios fundamentais da Constituição Federal e diretrizes do Estatuto da Cidade.

Mapa 3 – O município de Santa Cruz do Sul, e divisão por Zonas de Expansão



Fonte: Geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (2007)

Projetos e programas em Segurança Alimentar que envolvam o desenvolvimento urbano, podem ser debatidos através de audiência, consultas públicas, Conselho Municipal de Planejamento Urbano (COMPUR), conferências entre outros com a participação da sociedade, assim como iniciativa de Projetos de Lei de interesse popular e social.

Ações em AU, assim como Segurança Alimentar, podem ser desenvolvidas sem que se altere o Plano Diretor, apenas respeitando as leis vigentes, realizando projetos de interesse público e social, voltado as populações carentes, colocando em apreciação pública na forma de debates, audiência ou junto ao COMPUR.

### **3.2.2 Plano Plurianual**

A elaboração do Plano Plurianual (PPA) é a oportunidade dos governantes ao iniciarem seus mandatos, esclarecerem de forma detalhada, no conteúdo as proposições governamentais, como também os eixos que constituem o modelo de administração a ser implantado. No PPA se configuram os principais objetivos do Governo que está se constituindo, para que o próprio Governo, assim como a sociedade avaliem o andamento dos programas e projetos estruturantes.

A Constituição Federal, no art. 165, institui como lei para o início do exercício do Poder Executivo o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, como define o § 1º do referido artigo:

“A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (BRASIL, 1988).

A Constituição Estadual no art. 149, § 1º estabelece:

“lei que aprovar o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas, quantificados física e financeiramente, dos programas da administração direta e indireta, de suas fundações, das empresas públicas e das empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto” (RIO GRANDE DO SUL, 1989).

No âmbito da Lei Orgânica no art. 115, § 1º, estipula:

“A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas a programas de duração continuada” (SANTA CRUZ DO SUL, 1990).

A partir do exposto verifica-se que o “PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo que estabelece diretrizes, programas, ações, objetivos e metas da administração pública quanto a destinação de recursos para um período de quatro anos” (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2007).

Na elaboração da SANS, seja ela a nível Federal, Estadual ou Municipal, deverão ser convertidas em programas e ações de Governo no âmbito do PPA. Para o PPA 2008-2011, dos Governos Federal e Estadual cabe manter e ampliar as propostas relacionadas as SANS, considerando como de alta relevância social e econômica, constituindo assim o “orçamento SANS”. A sociedade deve proteger esses programas e ações contra cortes e contingenciamentos, inerentes ao processo de gestão orçamentária.

A prioridade da Política Nacional de Segurança Alimentar ampliada nos termos da Lei 11.346/06 (LOSAN) possui a seguinte formulação: “erradicar a fome e promover a Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva do direito humano a alimentação adequada e saudável, garantindo o caráter de inserção e cidadania”.

O Município de Santa Cruz do Sul não prioriza a SANS, pois não contempla o ‘Orçamento da Segurança Alimentar’ no Plano Plurianual de 2006-2009, conforme Lei Municipal 4.637, de 27 de setembro de 2005, e suas alterações. A Lei do PPA (Lei 4.637/05) dispõe em seu artigo 1º que ele para o

período de 2006-2009, busca uma gestão “[...] democrática, participativa, transparente, eficiente e eficaz [...]”. E para uma visão externa, “[...] seja referência no desenvolvimento integral e qualidade de vida dos cidadãos e pela missão de desenvolver políticas públicas, voltadas para o cuidado social e desenvolvimento econômico sustentado que permitam atender com eficiência e eficácia as demandas da comunidade [...]” (SANTA CRUZ DO SUL, 2005).

No Estado do Rio Grande do Sul, assim como no nível Federal, o PPA 2004-2007 adotou o Orçamento da Segurança Alimentar como princípio de planejamento e gestão. Consta na terceira revisão da Lei Estadual nº 12.621, de 13 de novembro de 2006 (PPA 2004-2007) a temática da SANS como um Programa de Estado com projetos, ações e dotação orçamentária, tendo como objetivo a articulação, coordenação e integração e apoio a política de SANS - RS de acordo com o art. 7º da Lei Estadual nº 11.914, de 20 de maio de 2003 (RIO GRANDE DO SUL, 2006).

O Programa Estadual de Segurança Alimentar possui orçado no PPA R\$ 41.871.275,00, dividido em três grandes ações como construção e implantação de 40 restaurantes populares, sendo um deles em Santa Cruz do Sul; gestão e articulação intersetorial da Política de Segurança Alimentar com as demais políticas sociais; implementação de 8 Centros de Referência Alimentar e Nutricional (CRAN). Além de outras políticas indiretas, mas contidas no eixo da SANS, como o Programa de Política de Abastecimento através do projeto “Tá no Prato”, e implantação de hortas comunitárias na região centro-sul, orçadas na Secretaria da Coordenação e Planejamento - RS, através da consulta popular para o ano de 2007 (RIO GRANDE DO SUL, 2006).

O município de Santa Cruz do Sul precisa inserir ainda no PPA 2006-2009 o “orçamento da SANS”, para que a Segurança Alimentar se torne um projeto e programa de Governo. Onde a concretização do desenvolvimento sustentável se processa através da mudança de paradigmas, onde a gestão pública aberta, participativa e dinâmica atenda aos interesses coletivos, e que esses prevaleçam aos interesses individuais (SANTA CRUZ DO SUL, 2005).

### **3.3 Arranjos dos elementos da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável**

Para a superação da pobreza, é essencial a participação e organização da sociedade, o Governo Federal, pretende que ela faça a sua parte, para que as conquistas sociais realmente ocorram. A formulação das ações, execução e acompanhamento de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional através da participação da sociedade precisam transcorrer de forma democrática aliadas aos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional.

A preocupação com a SANS da população de Santa Cruz do Sul, e mais especificamente com os bairros Cristal, Glória, Imigrante e Menino Deus é relevante porque:

“[...] a alimentação é um direito natural que fundamenta a cidadania. Também leva em conta o significado social do alimento, que consiste em ser fonte fortalecedora da vida e de agregação familiar; um bem comum que deve ser garantido a todos [...]” (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional/SP, 2003, p. 3).

A sociedade brasileira vive um tempo de transição, nova organização das políticas sociais, redefinição de rumos na área de SANS no País, Estado, Município. O esperado é que estas informações e ações propiciem soluções para os problemas levantados, passando a atuar na inclusão social dos que se encontram submetidos à vulnerabilidade.

#### **3.3.1 Mapeamento dos espaços públicos passíveis de utilização**

As políticas públicas sociais dispõem-se a promover e construir um sistema adequado, com a participação da sociedade, pois o foco é o bem-estar da população. As bases para as mudanças, parte do poder local, da participação da comunidade. A participação da universidade e dos demais

segmentos da sociedade que constituem o alicerce social, se identifica com projetos como o da AU, que vem ao encontro da população considerada excluída da sociedade.

O município é constitucionalmente autônomo, isso quer dizer que todas as ações em SANS, podem ser decididas por ele com a participação da sociedade. Se for de interesse que uma parcela expressiva da população de Santa Cruz do Sul tenha melhores condições de vida, a implantação da AU nos espaços públicos passíveis de utilização (Foto 1), poderá contribuir principalmente à parcela dos excluídos.

Foto 1 – Espaços públicos passíveis de utilização



Fonte: Acervo do autor

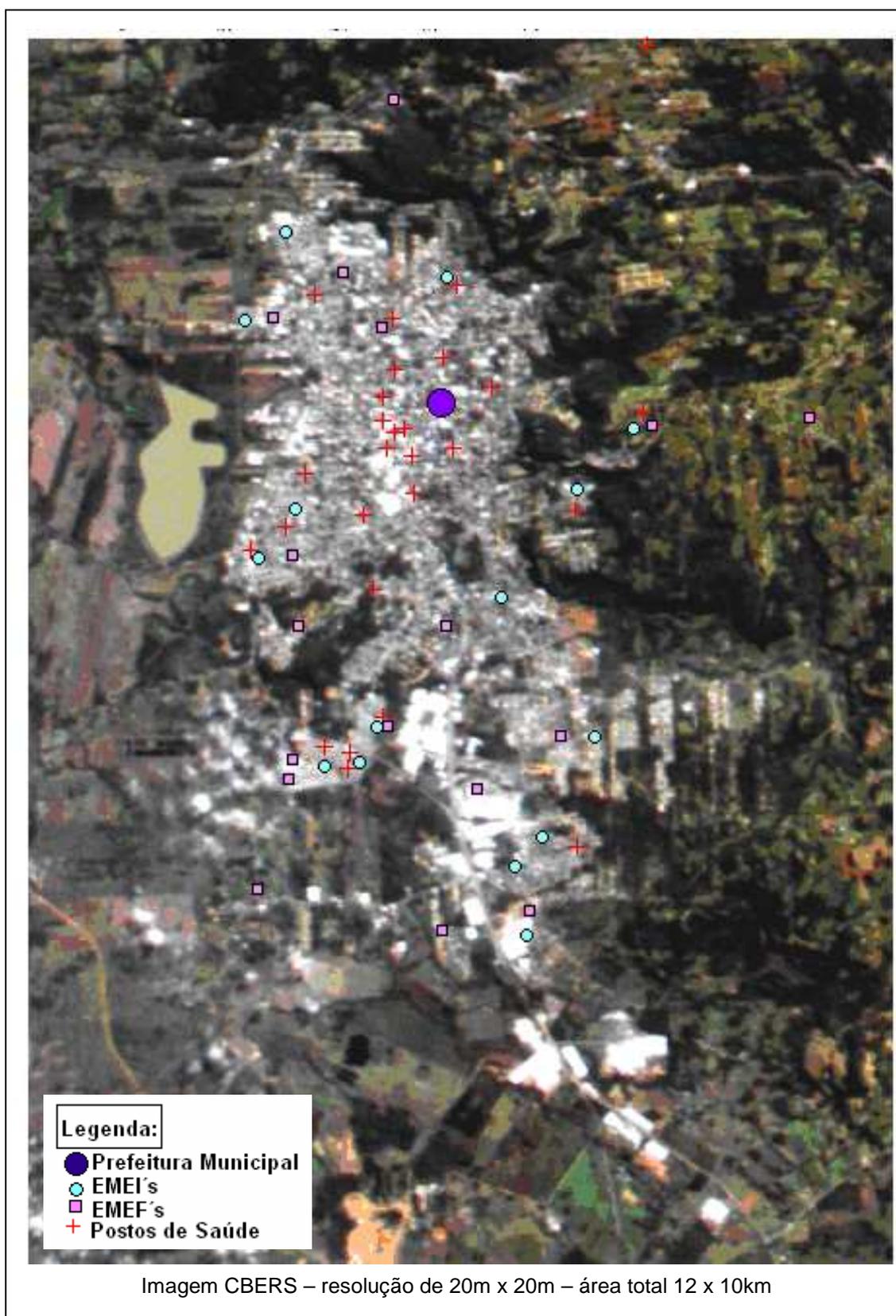
O mapeamento dos espaços públicos (Mapas 3 e 4) foi realizado nos bairros que integram o município. Os espaços selecionados foram os postos de saúde, praças, parques, equipamentos comunitários, Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) e Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) (Foto 2).

Foto 2 –Escolas Municipais de Ensino Fundamental



Fonte: Acervo do autor

Mapa 4 – Prédios Públicos Municipais – EMEIs, EMEFs e Postos de Saúde



Fonte: Geoprocessamento - UNISC/Modificado pelo Autor

Os parques foram selecionados porque além de serem espaços públicos, abertos a população, o art. 81 da Lei Complementar nº 335, de 03 de janeiro de 2007, afirma a destinação para atividades culturais, educativas, turísticas, científicas, lazer e recreação, sempre observando a preservação ecológica. Estes espaços assim como as praças e áreas verdes podem servir para ações educativas e lazer em AU, porque acredita-se na colaboração que o projeto proporcionaria a estas pessoas, ainda mais se for uma construção coletiva, que busca contribuir na melhoria da qualidade de vida da sua comunidade, por meio de ações a curto, médio e longo prazos.

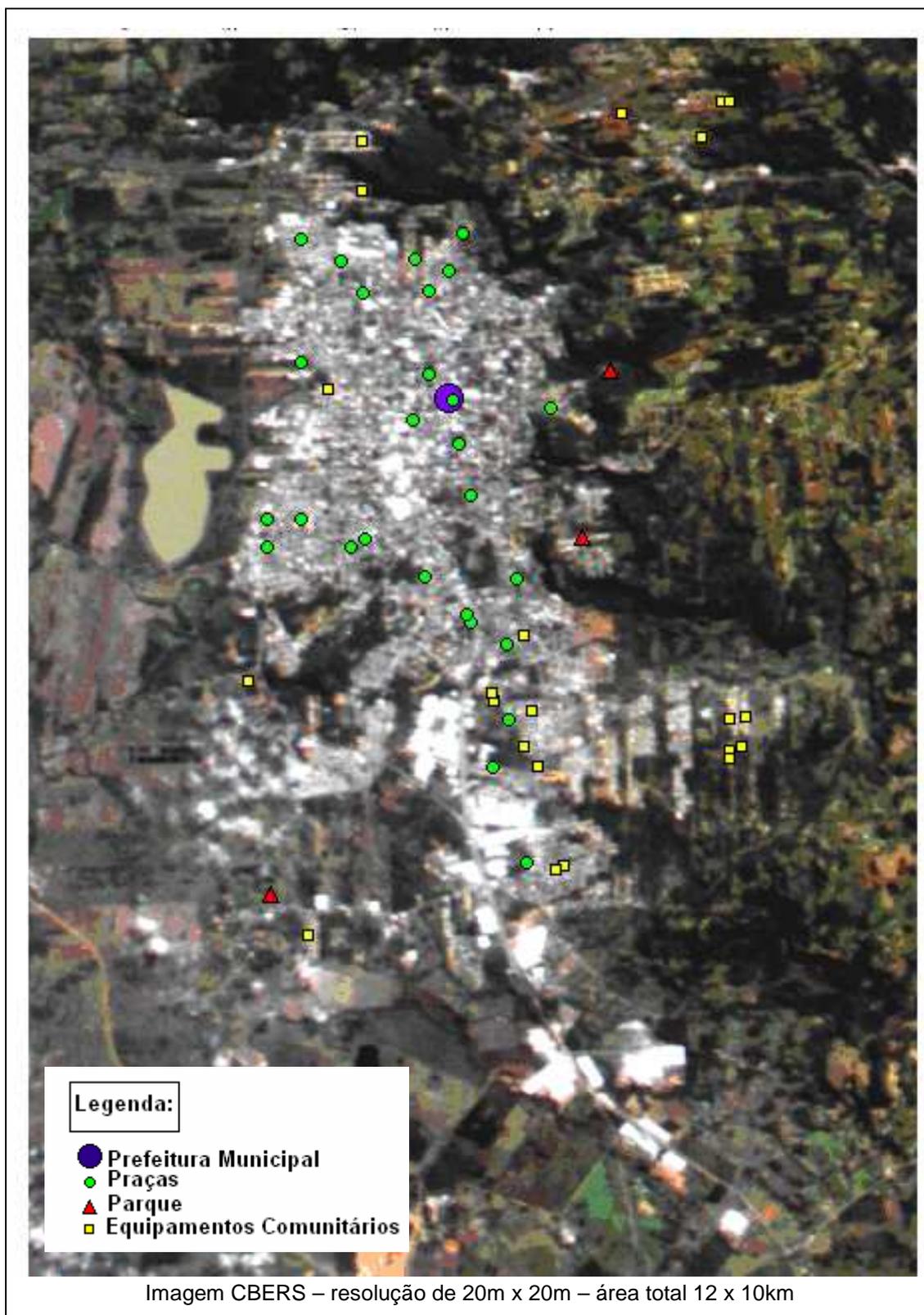
As Igrejas, com seus prédios no mapa, podem contribuir, pois são o ponto de encontro, e muitas vezes de conscientização dos direitos dos cidadãos. A Igreja tem contribuído muito nas ações em SANS e procura aliar-se a projetos que busquem mudar a realidade da fome e da insegurança alimentar. As escolas municipais de ensino fundamental e infantil foram escolhidas para o estudo porque atualmente, a escola é aberta a comunidade e as ações desenvolvidas pelos alunos são muitas vezes reproduzidas nos lares, e estes passam aos vizinhos e assim segue o ciclo do conhecimento.

A Constituição de 1988 estabelece que a finalidade da educação é o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205). Como as escolas tem autonomia para se organizarem e priorizam as peculiaridades regionais e locais, são o ambiente propício para ações em Agricultura Familiar, porque 72 milhões, cerca de 40% da população brasileira vivem em domicílios em condições de insegurança alimentar<sup>19</sup> leve, moderada ou grave (IBGE, 2005).

---

<sup>19</sup> Domicílio com Insegurança Alimentar: Domicílio em que, no período de referência dos últimos três meses ocorreu pelo menos uma das quatro situações: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) moradores da unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou. A classificação da situação de Insegurança Alimentar existente no domicílio segue o seguinte parâmetro, no período de referência dos últimos três meses: leve, moderada e grave (IBGE, 2006)

Mapa 5 – Prédios Públicos Municipais – Praças, Parques e Equipamentos Comunitários



Fonte: Geoprocessamento - UNISC/Modificado pelo Autor

Os postos de saúde, trabalham com as pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família do Programa Fome Zero, e além do atendimento com uma equipe multiprofissional, são oferecidas ações educativas em grupos de hipertensão, diabetes, pré-natal, nutrição onde o tema AU poderia constar entre estes grupos.

Os mapas 4 e 5 apresentam os espaços públicos municipais passíveis de utilização, mas também poderiam ser utilizados espaços estaduais e federais presentes no município. Mas num primeiro momento a análise foi focada no âmbito local, podendo posteriormente agregar os outros espaços. O bairro Cristal conta com uma EMEI (Foto 3), e um posto de saúde o Glória com dois postos de saúde (Foto 3), o Imigrante com uma EMEI e o Menino Deus com uma EMEF, uma EMEI, um posto de saúde e uma área verde. Dada a proximidade geográfica dos bairros esses serviços estão bem distribuídos.

Foto 3 – Escola Municipal de Educação Infantil no bairro Cristal e Posto de Saúde no bairro Glória



Fonte: Acervo do autor

Os mapas ainda contemplam a distribuição nos demais bairros do município onde pode ser constatado que conforme as necessidades e proximidades os serviços e espaços vão sendo criados. No Distrito Industrial está o Parque de Eventos, onde está localizado o autódromo, também é um espaço próximo e indicado para agregar novos projetos.

Foto 4 – Horto Florestal Municipal e o Parque de Reciclagem e Compostagem de Lixo Domiciliar



Fonte: Acervo do autor

O Distrito Industrial ainda conta com uma EMEI e uma EMEF. Com relação ao bairro Dona Carlota pode ser mencionado o Parque de Reciclagem e Compostagem, e o Horto Florestal Municipal (Foto 4) que embeleza os canteiros da cidade e cultiva mudas de plantas nativas, outro espaço excelente e de fácil acesso para abrigar projetos em AU.

### 3.3.2 Identificação das áreas de risco

A promoção da qualidade de vida da população, tem sido preocupação constante nas últimas décadas, preocupação esta que se mostra nas políticas públicas relacionadas a qualidade de vida, iniciativas de instituições, escolas, centros educacionais, sociedade civil (GHORAYEB E BARROS NETO, 1999).

Os bairros foram selecionados, através do critério renda, ou seja, valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes até o teto de dois salários mínimos, vigente de agosto de 2000, que correspondia a R\$ 151,00 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2000).

Tabela 18 - Valor do rendimento na zona urbana<sup>20</sup> e nos bairros selecionados de Santa Cruz do Sul.

Município, Zona Urbana e Bairros Selecionados (ano 2000)	Pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes	Rendimento nominal médio mensal (R\$)	Rendimento nominal mediano mensal (R\$)
Santa Cruz do Sul	31 474	843,81	450,00
Zona Urbana	28 290	889,24	480,00
Cristal	376	297,26	265,00
Glória	384	286,48	240,00
Imigrante	381	258,45	220,00
Menino Deus	506	289,19	226,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (2007c)

É indispensável que se faça um diagnóstico da situação que se encontra a população dos bairros Cristal, Glória, Imigrante e Menino Deus. A análise do nível sócio-econômico contribui, a medida que é possível correlacionar renda e gastos com alimentação, educação, vestuário, etc. A renda é um fator preponderante e limitante na aquisição de alimentos e outras necessidades.

Aos grupos considerados mais vulneráveis é necessário oferecer proteção e SANS, pois a nutrição é um direito humano. O “Governo” deve assumir a responsabilidade de vigiar e combater a fome, especialmente daqueles com baixo poder aquisitivo e de baixo nível cultural. (Gouveia, 1999). Para enfrentar esse desafio, que é consequência do precário sistema de organização econômico-social, a opção pela implantação de AU proporcionaria emprego, geração de renda, alimentação saudável e variada, socialização. O estímulo a hortas domésticas para o auto consumo ou troca-troca no bairro, melhora as condições alimentares de todo o grupo familiar. Nas escolas o incentivo à hortas escolares, além de contribuir na alimentação escolar, estimula os alunos a repetirem as experiências nas suas casas e poderiam expandir para as praças e locais públicos com a contribuição dos moradores

<sup>20</sup> A zona urbana engloba um total de 46 bairros mais o Distrito Industrial do Município de Santa Cruz do Sul. Pode também ser denominado como Sede se relacionado à zona rural ou aos demais distritos.

próximos. Pensar em SANS através da implantação da AU é uma estratégia para contribuir no acesso a alimentos saudáveis de qualidade.

Tabela 19 – População e distribuição de rendimento mensal da pessoa responsável pelo domicílio.

	Total Pop.	Classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio (salário mínimo)									Sem rendimento
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3	
Santa Cruz do Sul	106846	102	600	915	12015	1815	5649	15345	14980	50625	4800
Zona Urbana	95656	59	327	497	9611	1619	4948	13576	13582	46808	4629
Cristal	1393	-	13	12	315	42	204	332	263	154	58
Glória	1711	4	37	17	401	40	230	370	284	144	184
Imigrante	1791	7	15	25	434	84	234	385	251	132	224
Menino Deus	2393	3	29	30	517	136	274	476	301	249	378
Total bairros selecionados											

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE).

Na Tabela 19 é apresentado o rendimento nominal mensal, com a seleção dos respectivos bairros onde encontra-se valores inferiores a dois salários mínimos. O comparativo dos bairros selecionados em relação aos demais bairros da zona urbana, demonstram que nas zonas periféricas a insegurança alimentar é uma constante.

Tabela 20 – Renda por classe de rendimentos dos bairros selecionados

População	Até ¼	Mais de ¼ a ½	Mais de ½ a ¾	Mais de ¾ a 1	Mais de 1 a 1 ¼	Mais de 1 ¼ a 1 ½	Mais de 1 ½ a 2
7,62%	23,73	28,75%	16,90141	17,34%	18,65%	19,04%	11,51%

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE).

Os quatro bairros se interligam, pertencem também a zona urbana, estão muito próximos do Distrito Industrial, onde a oferta de trabalho é mais abundante. Uma parte considerável da população dos bairros em análise (25,50%) quando comparado a população total dos bairros da zona urbana, vivem com renda de até um salário mínimo. Os casos que se enquadraram na faixa de ¼ (23,73%) nos bairros selecionados vivem em situação de

indigência<sup>21</sup> ao ser comparado a zona urbana. E a população com mais de  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$  (28,75%) vivem em estado de pobreza considerando a medida de proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000. Vê-se que mudar essa realidade não é nada fácil, e sem a participação da sociedade e vontade política, reverter este quadro torna-se impossível (CENSO, 2000).

O mapa 6 apresenta os bairros selecionados, quanto a áreas destinadas ao lazer como praças e parques. Os bairros Cristal, Glória, Imigrantes, e Menino Deus estão equipados com escolas para atender aos filhos, dos trabalhadores, e creches de turno integral para os filhos menores.

A área da saúde contempla cinco postos de saúde (Foto 5), bem distribuídos, sendo um deles um plantão de referência, onde a população não possui condições de buscar assistência médica particular. Os bairros em estudo possuem cobertura de 100%, o Programa de Saúde da Família (PSF), local que pode ser propulsor do AU através dos agentes de saúde.

Foto 5 –Postos de Saúde nos bairros Glória e Cristal



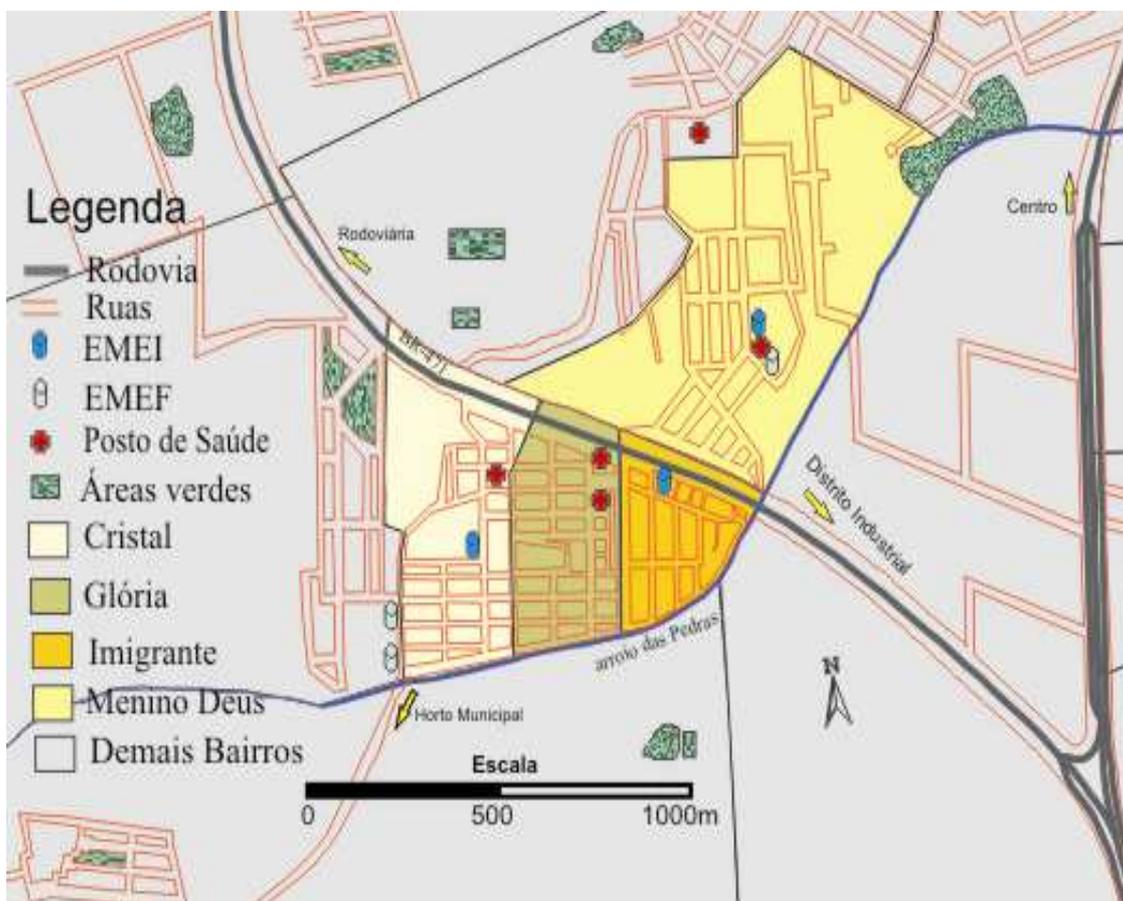
Fonte: Acervo do autor

A escolha da população pela área, pode estar relacionada à proximidade com o Distrito Industrial, devido à necessidade de emprego, e ao alto custo das habitações em áreas mais centrais. No bairro Dona Carlola (sentido sudoeste do mapa), localiza-se o Horto Florestal Municipal, local onde poderiam ser

<sup>21</sup> Considera-se situação de indigência a população que vive com renda de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo por domicílio, e estado de pobreza a população que vive com renda de  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo (IBGE, 2000).

realizadas experiências e projetos de abastecimento de alimento, tornando-se um ponto de referência para AU no município, por ser um local de fácil acesso as populações destes bairros vulneráveis socialmente.

Mapa 6 – Identificação dos bairros selecionados pelo critério de renda



Fonte: Geoprocessamento - UNISC/Modificado pelo Autor

Conforme Weigelt (2001) essa realidade acentua-se porque a população periférica de Santa Cruz do Sul trabalha como safrista, portanto só no período de beneficiamento do fumo. As fumageiras trabalham com dois grupos distintos de pessoal, o quadro fixo e os safristas, que trabalham somente alguns meses no ano.

No período que corresponde a “entre safras”, estes trabalhadores ficam sem ocupação, morando em zonas periféricas, na maioria dos bairros próximos ao Distrito Industrial, locais onde as condições de moradia e saneamento básico são precárias. De acordo com o exposto, esta situação torna a

população desses bairros em risco de vulnerabilidade social<sup>22</sup> (WEIGELT, 2001).

### **3.3.3 Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Santa Cruz do Sul**

A discussão sobre o tema “Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, com base no Direito Humano a Alimentação Adequada” ocorreu durante a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Santa Cruz (Anexo B) no dia 17 de janeiro de 2007, a luz da LOSAN nacional. Durante Conferência a Sra. Helena Hermany, Prefeita Municipal em exercício, ao proferir o discurso de abertura ressaltou a importância da criação do COMUSANS para Santa Cruz do Sul, o qual veio a ocorrer em menos de um mês.

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul no uso de suas atribuições no dia 12 de fevereiro de 2007, encaminhou à Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul, um Projeto de Lei, criando o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Santa Cruz do Sul (COMUSANS). A Lei foi aprovada por unanimidade, na mesma data e publicada sob o nº 5063 no dia 13 de fevereiro de 2007 (SANTA CRUZ DO SUL, 2007b).

O COMUSANS está vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, tendo como objetivo estabelecer políticas, programas de ações destinadas ao direito à alimentação e nutrição, priorizando as populações em risco alimentar. Os princípios norteadores do COMUSANS estão vinculados ao tema promoção do direito humano à alimentação, articular a participação da sociedade, controle dos recursos alimentícios e controle social.

---

<sup>22</sup> Vulnerabilidade Social: São as situações decorrentes da pobreza.

Sendo um fórum de discussão sobre os problemas relacionados a Segurança Alimentar no município, compete ao COMUSANS propor diretrizes gerais de uma Política Municipal de Segurança Alimentar, assim como realizar diagnósticos e monitoramento da insegurança alimentar.

No que compete a formação do colegiado o CONSEA (Brasil, 2003) recomenda que sua composição seja de  $\frac{1}{3}$  de representantes governamentais e  $\frac{2}{3}$  da sociedade. O que garante maior legitimidade a participação da sociedade, pois essa, segundo Luiz Inácio Lula da Silva em reunião do CONSEA em Brasília, no dia 25 de fevereiro de 2003 “[...] É preciso criar uma consciência na sociedade de que um Governo pode fazer muito, mas, por mais que o Governo faça, ele não tem a mesma força que a sociedade terá, se ela quiser assumir pra si, a tarefa de cuidar disso.” Nesse sentido, no art. 4º da Lei 5.063 de Santa Cruz do Sul, não segue recomendação da formatação do conselho, pois sua composição dar-se-á de forma paritária.

A AU como eixo da SANS está contemplada de forma global no CONSEA podendo esta através das câmaras temáticas, ter acompanhamento permanente de temas fundamentais na área de Segurança Alimentar, como consta no art. 9º desta Lei.

Santa Cruz do Sul desde a I Conferência Regional de Segurança Alimentar realizada no ano de 2003, em Venâncio Aires, vem se articulando por intermédio da sociedade com apoio da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) discutindo e promovendo encontros sobre Segurança Alimentar. Com a criação do conselho estes encontros passam a ser legitimados, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável.

Complementando o exposto, a UNISC, marcada pelo esforço comunitário, pautada pela preocupação com o desenvolvimento regional vem tornando-se um pólo em educação através de seus trabalhos em pesquisa e extensão com a comunidade. O papel de Universidade foi crucial na criação do conselho e participativa, enquanto sociedade organizada.

As características promotoras de um projeto de geração de emprego e renda, como é a AU, devem ser fiscalizadas e amparados, quanto ao seu desenvolvimento pelo poder público associado a comunidade local. A interlocução com o poder público deve se dar em conjunto com o conselho. O COMUSANS apesar de ainda não constituído, para que consiga promover a AU deve estar inserido com dotação orçamentária no PPA, para que possa oferecer projetos e ações em SANS.

Com o COMUSANS ativo, o município juntamente com os demais COMSEAs da região, poderão formar um Fórum Regional com o objetivo de discutir propostas e ações voltadas as famílias pobres. Instituído este Fórum os municípios poderão solicitar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a instalação de um CONSAD que tem como propósito a captação de recursos e de se firmar “[...] como instituições capazes de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a sustentabilidade das regiões, o combate a exclusão social e a fome. [...]” (MDS, 2007).

O CONSAD Iguatemi do Estado do Mato Grosso do Sul que contempla 13 municípios, abrangendo uma estimativa de 16022 famílias pobres (IBGE, 2001), recebe para investimento em empreendimentos sócio-produtivos, R\$ 409.613,00, (MDS, 2007) do Programa Petrobrás Fome Zero. Mostrando assim a importância de um COMUSANS forte e participativo, tanto no Município como na região, poderá trazer benefícios na construção do desenvolvimento local sustentável.

## CONSIDERAÇÕES

A primazia num processo de desenvolvimento, seja ele local ou regional, pressupõe-se que seja o ser humano. Como conceber a aceitação frente a realidade de milhões de miseráveis que nos cercam? Estamos acostumados a uma sociedade com desigualdades<sup>23</sup>, marcada pela exclusão social. Mudanças na busca por uma melhor qualidade de vida são freqüentes a nível municipal, estadual e federal, só não vão além, sem continuidade. Na maioria dos casos a passividade da sociedade gera a aceitação, acomodação, alienação. A fome é uma tragédia disseminada principalmente pela forma como é aceita. A fome endêmica em massa é um flagelo que perdura em muitas partes do mundo, debilitando centenas de milhões de pessoas e matando uma proporção considerável delas com regularidade estatística (SEN, 2000).

Com base na vontade, de assistir as mudanças para a sociedade, acredita-se que a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) é um dos caminhos político-social que pode mudar, transformar a realidade que está inserida através da prática da Agricultura Urbana (AU) e de outras tantas

---

<sup>23</sup> O problema do problema de desigualdade não tem que ver com pobreza, e sim com excessos. O problema dos pobres do mundo, se definido com maior precisão, transforma-se no problema dos ricos do mundo. O que isso significa é que a solução para este problema não é uma mudança radical na cultura de pobreza a fim de forçá-la a caminhar na estrada do desenvolvimento, e sim uma mudança na cultura da superfluidade a fim de colocá-la na estrada do contra-desenvolvimento. Essa solução não exige um sistema valorativo novo que force a maioria dos povos do mundo a se envergonharem de seus hábitos tradicionalmente moderados de consumo, e sim um novo sistema valorativo que obrigue os ricos do mundo a verem a vergonha e a vulgaridade de seus próprios hábitos consumistas, e a dupla vulgaridade de terem que montar em ombros alheios para satisfazer esses hábitos (LUMMIS, 2000, p.114).

ações. As pessoas esqueceram o quanto é saudável colher hortaliças frescas e oferecê-las às famílias. Esqueceram que o pátio pode abrigar hortas em vasos, em canteiros e que cada canto disponível, é um espaço que poderá servir para incrementar a alimentação. As pessoas podem se organizar por rua, e cada um plantando algo diferente, e depois o “troca-troca”, que enriquece a mesa e as relações sociais (INFORMATIVO DA AGRICULTURA URBANA, 2007).

O estímulo ao ajardinamento das frentes das casas, tornando a cidade mais florida são medidas viáveis para o poder público, a sociedade e os meios de comunicação unirem-se num processo de conscientização sobre o ambiente e a sua preservação, pois estes estão intimamente ligados as atitudes. A Agricultura Urbana é acesso ao alimento, geração de renda, emprego e dignidade. Não precisa de grandes espaços, seu custo é baixíssimo, vem ao encontro com as condições das famílias que encontram-se em vulnerabilidade social. “Apoiar a implantação de políticas e ações de Agricultura Urbana é fomentar a Segurança Alimentar e Nutricional”, além da melhoria da auto-estima da população e resgate da qualidade de vida daqueles que encontram-se em risco social (INFORMATIVO DA AGRICULTURA URBANA, 2007).

A Agricultura Urbana é praticada em pequenos espaços urbanos e convive com diversas outras atividades econômicas, onde normalmente a ocupação é em tempo parcial, ou seja, os que a praticam podem exercer outra atividade. Os agricultores urbanos encontram-se dispersos, uma vez que ainda não está incluído no cotidiano das pessoas, enquanto prática saudável, lazer e integração com a comunidade.

A prática da Agricultura Urbana oferece inúmeras vantagens, como melhoria nos microclimas das cidades, conservação do solo urbano, manutenção de áreas não cimentadas, redução da geração de lixo e melhor reciclagem de nutrientes, melhoria do uso da água, conservação da biodiversidade e o fato de ser ferramenta para conscientização ambiental. A Agricultura Urbana procura adotar práticas agroecológicas, pois sabe os prejuízos advindos do uso indiscriminado de agrotóxicos no processo de produção tradicional (MONTEIRO, MENDONÇA E SILVA, 2006).

A Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável não pode reduzir-se a ser simplesmente um prato de comida na mesa de milhares de brasileiros, ela vai além, pretende através da participação da sociedade, construir uma conscientização na população de seus direitos e deveres e das suas responsabilidades. A Segurança Alimentar e Nutricional enquanto política social visa a redução das desigualdades, através de medidas emergenciais e estruturais. São as medidas estruturais as que realmente agem na busca de soluções para erradicar a insegurança alimentar. As medidas emergenciais são de caráter imediato, sem interferir profundamente na causa do problema. A conquista da cidadania estendida a toda a população só se concretizará quando medidas estruturais realmente prevalecerem sobre as emergenciais.

A Segurança Alimentar e Nutricional refere-se a acesso físico e também econômico aos alimentos de maneira contínua e suficiente para garantia de uma vida ativa e saudável. Três componentes complementam esta definição, sendo a disponibilidade de alimentos que pode provir da produção própria, importações e reservas. O acesso que diz respeito a capacidade das pessoas em adquirir os alimentos através da troca e da compra etc. E por fim a utilização que refere-se ao processo de escolha, processamento, confecção e distribuição do alimento pelos membros da família, e ao consumo dos alimentos numa dieta adequada (SECRETARIADO TÉCNICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, [2007?]).

Políticas em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável passam a ser consideradas uma questão de interesse social, portanto passam a integrar as prioridades da agenda pública nacional. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) tem como objetivo articular as ações entre o governo e a sociedade, nos assuntos na área da alimentação, procura estimular a participação da sociedade para que a exclusão não seja mais uma constante quando se traçar análises sobre a sociedade brasileira.

A formação do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), objetiva a articulação entre o poder público e a sociedade,

visando a promoção de ações ligadas a Segurança Alimentar e ao desenvolvimento local. A participação da sociedade é fundamental, para que todas as ações em Segurança Alimentar tenham continuidade, para que juntos possam discutir, planejar, decidir e implantar as ações que proporcionem melhoria nas condições de vida (MDS, 2007).

Complementando o exposto, Souza (2006), coloca que análises voltadas para a implementação de políticas públicas devem focalizar a) o grau de conhecimento e capacidade das organizações e dos implementadores sobre a política que está sendo implementada; b) os diversos processos que compõem a implementação, inclusive seus pontos de conflito; c) o papel dos atores e dos agentes na implementação; e d) o grau de discricionariedade da burocracia quando implementa a política pública.

A criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN) representa a consagração, pois agrega o direito humano a alimentação e a soberania alimentar. É o momento de correção, da situação de miserabilidade que grande parcela da população está submetida, é o momento para acreditar que a insegurança alimentar possa ser superada (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2006)

Neste sentido, a Agricultura Urbana deve desenvolver-se a partir da participação da sociedade, governos locais, setor privado formal e informal, Fórum Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e demais entidades, todas envolvidas no objetivo máximo da inclusão social. A inclusão social é um direito de todo o cidadão brasileiro, mas para tanto precisa-se reverter processos sociais, econômicos injustos que nos acompanham ao longo dos anos, marcados por uma história de exploração.

O Brasil almeja através da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável um desenvolvimento sustentável; onde os valores de equidade, da justiça, da solidariedade, da distribuição de renda, cooperação, respeito a natureza, valor da diversidade, valores da democracia participativa constam como metas a serem atingidas.

Neste contexto, o município de Santa Cruz do Sul, está caminhando na construção do tema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável com a criação do COMUSANS (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável). Este Conselho pretende alcançar o que o Estado do Rio Grande do Sul vem desenvolvendo na área de Segurança Alimentar através dos restaurantes populares, cozinhas comunitárias, programas de aproveitamento integral de alimentos, diversificação na agricultura, hortas comunitárias, programas de geração de emprego e renda, CONSADs (Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local) entre outros.

Mas para que estas metas se concretizem, a nível municipal é necessário propor um “orçamento da Segurança Alimentar”, visto que sem recursos, projetos dificilmente tem continuidade. Os obstáculos para compor esse “orçamento”, partem da aplicação da LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional) no Município, e que esta defina uma Política de Segurança Alimentar Municipal, de forma clara, com conceito, objetivos, programas, ações e recursos financeiros, que sejam incluídos no Plano Plurianual ou como Política de Governo.

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, parte da integração das ações e programas geridos pelo Poder Público Municipal, nas suas diversas secretarias, pois não pode-se pensar em Segurança Alimentar sob uma única ótica, ela parte da idéia do desenvolvimento sustentável tanto no aspecto econômico quanto social. A eficiência do Setor Público está relacionada a sua capacidade de formulação e implementação de políticas públicas, respeitando a estrutura administrativa e social.

A análise do Plano Diretor demonstrou que ações em Agricultura Urbana podem ser desenvolvidas, desde que sejam respeitadas as leis vigentes, e que atendam aos interesses da população. O Plano Plurianual onde são traçadas as proposições governamentais, assim como os eixos que constituem o modelo da administração, onde constam os investimentos do capital em programas de

duração continuada, salienta a preocupação em desenvolver políticas públicas voltadas para o cuidado social e desenvolvimento econômico sustentável.

Os governos antecessores já manifestavam iniciativas que se inseriam na proposta de Segurança Alimentar e Nutricional, como a criação do Horto Atacado no município, com o objetivo de fomentar a produção e comercialização de hortaliças, localizado no Parque da Oktoberfest. Na área da educação a questão das hortas escolares tem servido como exemplo da parceria pública e privada, onde empresas investem não só no município como na região. A Secretaria Municipal de Habitação e Segurança vem desenvolvendo projetos de habitação destinadas à famílias e pessoas carentes, ocupantes de áreas de risco de deslizamentos e alagamentos, onde no contrato de concessão do direito real de uso do Imóvel Público, consta que a família poderá usar a área não habitada para uma pequena horta doméstica.

Avaliando a legislação vigente no município constatou-se que a implantação da Agricultura Urbana como estratégia em Segurança Alimentar é viável, pois não há nada que impeça a sua prática, em espaços públicos municipais, como praças, escolas, postos de saúde, áreas verdes, parques desde que disponham de espaços e respeitem as normas estabelecidas para cada local. A legislação também permite a utilização de algumas áreas como o Parque de Eventos e a área destinada a processamento de resíduos para implantação da Agricultura Urbana, caso seja de interesse social e promotor do desenvolvimento sustentado. Como projeto piloto e matriz da Agricultura Urbana poderia se utilizar o Horto Municipal, que atualmente está sendo utilizado para produção de mudas para o ajardinamento dos canteiros municipais e mudas de árvores nativas. As escolas poderiam ser utilizadas como divulgadoras da Agricultura Urbana desde as séries iniciais, com projetos de educação nutricional.

A implantação da Agricultura Urbana deve partir da mobilização da sociedade, pois ela tem o poder de cobrar através de conselhos, associações e entidades fortes e participativas, projetos, programas de seu interesse. A Agricultura Urbana é desenvolvida pela comunidade e para a comunidade. Os

bairros que apresentaram maior risco a vulnerabilidade social, no caso Cristal, Glória, Imigrante e Menino Deus para servirem ao propósito do Agricultura Urbana, precisam ser instigados, estimulados, para tornarem-se atores neste novo processo de transformação da realidade que estão submetidos. A proximidade geográfica entre os bairros e o Horto Municipal favorece o abastecimento de mudas, sementes e referencial de escola modelo para os beneficiários. A Prefeitura poderia estimular como estratégia de emprego e renda a prática da Agricultura Urbana, pois verificou-se que uma parcela significativa desta população, percebe menos que um salário mínimo. Valor este que não supre as necessidades básicas, tornando-as dependentes de programas assistencialistas.

Santa Cruz do Sul contempla inúmeros espaços municipais, privados e também estaduais que poderiam ser agregados a proposta de Agricultura Urbana. Os setores privados que desenvolvem projetos sociais no âmbito escolar, como o Projeto Verde é Vida – AFUBRA e o Programa Hortas Escolas do Instituto Souza Cruz e Fundação Gazeta poderiam em parceria com a sociedade e a Prefeitura estendê-los as comunidades carentes. Muitas outras empresas poderiam ser convidadas a participar desse processo de responsabilidade social no município. Através das parcerias entre o Setor Público e o Setor Privado poderia ser revertido o quadro de insegurança alimentar. É justamente na parceria com a escola que encontra-se a fomentação inicial da Agricultura Urbana, pois as crianças serão os multiplicadores desta proposta.

A população de Santa Cruz do Sul e mais especificamente os bairros Cristal, Glória, Imigrante e Menino Deus, enquadram-se no perfil daqueles que necessitam de medidas que possam proporcionar melhoria na qualidade de vida, devolvendo o pleno exercício da cidadania. Erradicar a fome, a pobreza a que estão submetidos é um sonho, a realidade está nas mãos dos dirigentes que podem reverter a situação através de projetos que visem melhorar o acesso a alimentos e diminuição da insegurança alimentar. O resgate da dignidade é tarefa árdua, mas plenamente viável, uma vez que o Município

possui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSANS).

O Município é referência para o desenvolvimento local, viabilizando aos atores locais tornarem-se os protagonistas da dinâmica social, pois os habitantes devem ser realizadores do seu desenvolvimento, manifestando vontade política para a concretização da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (DELEVATI, 2001).

Enfim, o município de Santa Cruz do Sul contempla as condições para a implantação de um projeto em Agricultura Urbana, diante das desigualdades sócio-econômicas existentes, a existência de espaços públicos que podem abrigar os projetos, a preocupação do município com a questão Segurança Alimentar, considerando-a como prioridade, algumas escolas que já desenvolvem projetos nesta área. Portanto a proposta da Agricultura Urbana poderia ser apresentada como uma estratégia em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável na reunião do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (COMUSANS) do município.

## REFERÊNCIAS

ABEAS, Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior. 2005. Agricultura Urbana. Disponível em: <<http://www.abeas.com.br/wt/articulos.php?id=4>> . Acesso em 11 de jun. 2005.

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS. Brasília, DF: Dhesc Brasil, n. 3, jan. 2004.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Estados apóiam produtores e investem em segurança alimentar. Boletim Informativo. Brasília, DF: Ministério da Saúde, n. 45, p. 4, jul. 2004.

AGENCIARURAL. Apresenta informações da Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário sobre Agricultura Urbana – benefícios e riscos potenciais, jan. 2004. Disponível em: <[http://www.agencia-rural.go.gov.br/not\\_urbana.htm](http://www.agencia-rural.go.gov.br/not_urbana.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2004.

ALMEIDA, Daniela. Agricultura Urbana e Segurança Alimentar. Uniersia Brasil, São Paulo, nov. 2003. Disponível em: <[http://www.uniersia-brasil.net/matéria\\_voluntariado.jsp?id=3814](http://www.uniersia-brasil.net/matéria_voluntariado.jsp?id=3814)>. Acesso em: 01 jun. 2004.

AQUINO, K. N. C. et al. Alimentos regionais brasileiros. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

ARAGÃO, Cecília Vescovi de. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. In: *Revista do Serviço Público*, n. 3, p. 104-129, set./dez. 1997.

ASSIS, Renato Linhares. Globalização, desenvolvimento sustentável e ação local: o caso da agricultura orgânica. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 20, n.1, p. 79-96, jan./abr. 2003.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Banco de dados socioeconômicos do PNUD (2000). Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 21 jan. 2006.

BALDUÍNO, Dom Thomas. Terra para o alimento não para o lucro. Mundo Jovem. Porto Alegre: PUCRS, V.44, n. 368, p. 12-13, jul. 2006.

BASSAN, S.; SIEDENBERG, D. R. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (org). Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 137-156.

BELLEN, Hans Michael Van. Desenvolvimento sustentável diferentes abordagens conceituais e práticas. In: \_\_\_\_\_. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 23-39.

BETTO, F.; GRAJEW, O. Mobilização e educação cidadã: vamos lá fazer o que será. Brasil:FOME ZERO, 2003.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 11. ed Brasília: Ed. Unb, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da saúde, 2005.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Secretaria do CONSEA. *CONSEA*. Brasília, DF: MESA, 2003.

BROSE, Markus Erwin. Superação das desigualdades regionais: uma interpretação da experiência gaúcha. In: CRUZ, José Luis Vianna da. *Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.

CABANNES, Y.; DUBBELING, M. A Agricultura Urbana como estratégia para o desenvolvimento municipal sustentável. In: Revista de Agricultura Urbana, n. 1, jul. 2000. Disponível em: < [http://www.ipes.org/au/revista/Revistaport1/-8\\_AU1estrategia.pdf](http://www.ipes.org/au/revista/Revistaport1/-8_AU1estrategia.pdf)>. Acesso em: 08 de nov. 2005.

CALDO, Roberta. O Brasil está vencendo a fome. Revista Fome Zero, Brasília, p. 16-17, Out. 2005.

CAMPILAN, D.; DRECHSEL, P.; JÖCKER, D. Monitoramento e Avaliação de Impacto: Monitoramento e Avaliação. In: Revista de Agricultura Urbana, n. 5, dez. 2001. Disponível em: < [http://ipes.org/au/pdfs/raup5/11\\_AU5monitoramento.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/raup5/11_AU5monitoramento.pdf)>. Acesso em: 08 de nov. 2005.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: ETGES, Virgínia Elisabeta (org). *Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, jul./set. 2002.

CENSO demográfico 2000: Banco de dados agregados do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> . Acesso em 14 fev. 2006.

COITINHO, Denise Costa. Política Nutricional no Brasil: do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan) ao Bolsa Alimentação. In: TAKAGI, M.; SILVA, J. G.; BELIK, W. (org). *Combate à fome e à pobreza rural*. São Paulo: Instituto cidadania, 2002. p. 233-236.

COMITÊ DE SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL. SESSÃO (30. 2004: Roma, Itália) Diretrizes Voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional Roma, 20-23 de setembro de 2004, - Brasília: Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), 2005.

COMITÊ NACIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA. Promovendo a exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada (subsídios para o debate). Brasília: COMIDhA, 2006.

CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL/SP. *CONSEA/SP*. São Paulo: SEADS, 2003

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Lei de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília, DF: SECOM/PR, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Por um desenvolvimento sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 3., 2007, *Documento Base...* Brasília, DF: SECOM/PR, 2007. p. 10-11.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-RS: estratégias regionais pró-desenvolvimento do RS/ Lajeado: FATES, 1999.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO. Agenda 21 regional do Vale do Rio Pardo (RS). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. *Secretaria Municipal do Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência de Curitiba/* João Guilherme Urban (Org.). Curitiba: SMA, 2003. 63p

DALLARI, Adilson Abreu. Desapropriações para fins urbanísticos. Rio de Janeiro: Forense, 1981. 196 p.

DE PAULA, Juarez. Territórios, redes e desenvolvimento. *Rede Dlis 2005*. Disponível em: <[http://www.rededlis.org.br/textos\\_download.asp?action=lista-&ordena=titulo](http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action=lista-&ordena=titulo)> 2005. Acesso em: 12 de dez. 2005.

DELEVATI, Dionei Minuzzi. Organização social e desenvolvimento regional. In: VOGT, O. P.; SILVEIRA, R. L. L. *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

DIEESE. *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos*. Disponível em: <<http://www.unisc.br>>. Acesso em: 06 de nov. 2006.

DISTRITO FEDERAL, LEI n. 1.825, de 13 de janeiro de 1998. Institui o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal – PROVE. Diário Oficial [do] Distrito Federal, Brasília, DF: 14 jan. 1998. Disponível em: <<http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=1825&txtAno=1998&txtTipo=5&txtParte=.>> Acesso em: 18 jan. 2006.

DRESCHER, A. W. Planejamento do uso do solo urbano. In: Revista de Agricultura Urbana. n. 5, dez. 2001. disponível em: <[http://ipes.org/au/pdfs/raup5/18\\_AU5planej.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/raup5/18_AU5planej.pdf)>. Acesso em: 8 nov. 2005.

DRESCHER, A. W.; AMEND, J.; JACOB, P. Segurança Alimentar Urbana: Agricultura urbana, uma resposta à crise? In: Revista de Agricultura Urbana, n. 1, jul. 2000. Disponível em: <[http://ipes.org/au/pdfs/raup1/3\\_AU1resposta.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/raup1/3_AU1resposta.pdf)> Acesso em: 08 de nov. 2005.

DUBBELING, M.; SANTANDREU, A. Agricultura Urbana: motor para o desenvolvimento municipal sustentável. In: Orientações para a Formulação de Políticas Municipais para a Agricultura Urbana. n. 1, fev. 2003. Disponível em: PROCURAR. Acesso em: 02 nov. 2005.

FALL, S. T.; ZEEUW, H. Desenvolvimento tecnológico participativo: Métodos adequados para o desenvolvimento de tecnologias. In: Revista de Agricultura Urbana, n. 5, dez. 2001. Disponível em: < [http://ipes.org/au/pdfs/ra-up5/9\\_AU5metodos.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/ra-up5/9_AU5metodos.pdf)>. Acesso em: 08 de nov. 2005.

FANTE, A.; DUBBELING, M.; MERZTHAL, G. (org). Agricultura Urbana: Orientações para a Formulação de Políticas Municipais. Porto Alegre: Gráfica Dmae, 2003.

FEE, *Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul*. Resumo Estatístico do RS (2003). Disponível em: < <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/index.php>>. Acesso em: 15 de nov. 2006.

FELICIELLO, D.; GARCIA, R. W. D. Cidadania e solidariedade: ações contra a miséria. In: GALEAZ, Maria Antonia. Segurança alimentar e cidadania. São Paulo: Mercado das Letras, 1996.

FERRAZ, José Maria Gusman. Desenvolvimento de Metodologias para definição, monitoramento e avaliação de indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas. Revista Brasileira de Ecologia. V. 1, 1997.

FLORES, Dante. Aproveitamento de resíduos Urbanos na Agricultura Urbana. In: Orientações para Formulação de Políticas Municipais para Agricultura Urbana. n. 5, fev. 2003. Disponível em: < <http://ipes.org/au/pdfs/lineamientos/5.pdf>> Acesso em: 02 de nov. 2005.

FLORES, M.; NASCIMENTO, J. Novos desafios da pesquisa para o desenvolvimento sustentável. Revista Agricultura Sustentável, jan./abr. 1994).

FOLADORI, Guilherme. Limites do desenvolvimento sustentável. Tradução de Marise Manoel. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

FOME ZERO, Manual do Mutirão. 2003b. Disponível em: <<http://www.fome-zero.gov.br/download/manualmutirao.pdf>>. Acesso em: 08 de nov. 2005.

FOME ZERO, Política de Segurança Alimentar para o Brasil. 2003a. Disponível em: <[http://www.fomezero.gov.br/download/Seguranca\\_Alimentar.pdf](http://www.fomezero.gov.br/download/Seguranca_Alimentar.pdf)>. Acesso em: 08 de nov. 2005.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Manual do Conselho de Alimentação escolar. Brasília/DF: ACSIMEC, 1999.

GEOPROCESSAMENTO PREFEITURA. Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. Disponível em: < <http://www.santacruz.rs.gov.br/> >. Acesso em 09 ago. 2007.

GHORAYEB, N.; BARROS NETO, T. L. . *O exercício- preparação fisiológica, avaliação médica, aspectos especiais e preventivos*. São Paulo: Atheneu, 1999.

GOMES, Newton Narciso. Sistema municipal de segurança alimentar e cidadania: limites e desafios para os governos locais. In: TAKAGI, M.; SILVA, J. G.; BELIK, W. (org). *Combate à Fome e à Pobreza Rural*. São Paulo: Instituto cidadania, 2002. p. 241-249.

GOUVEIA, Enilda L. Cruz. *Nutrição, Saúde & Comunidade*. 2ªed. Rio de Janeiro: Revinter, 1999. 247 p.

HOLMER, Robert J. Pesquisa de mercado e desenvolvimento de microempresas: Métodos apropriados para o desenvolvimento da microempresa na Agricultura Urbana. In: *Revista de Agricultura Urbana*, n. 5, dez. 2001. Disponível em: < [http://ipes.org/au/pdfs/raup5/13\\_AU5microempresa.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/raup5/13_AU5microempresa.pdf)>. Acesso em: 08 de nov. 2005.

HOMEM DE CARVALHO, João Luiz. PROVE – Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar - Brasília – Brasil. Quito – Programa de Gestão Urbana/UM HABITAT, 2. ed., mar. 2003.

HOPPE, Marcelino. *Comitê Pardo*. Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo. Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: < <http://www.unisc.br/deptos/cpardo/>> Acesso em: 25 de ago. 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Segurança Alimentar 2004: 2006*. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2004/indic\\_sociais2004.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2004/indic_sociais2004.pdf) > Acesso em: 11 de fev. 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais 2001*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2001/coment2001.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2001/coment2001.shtm)> Acesso em: 11 de fev. 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais 2004*. n.15: 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplalimentar2004/defaulttab.shtm>> Acesso em: 11 de fev. 2007.

INFORMATIVO DA AGRICULTURA URBANA. *Programa CCF-Cidades Cultivando para o Futuro de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Rede-MG, 2006. Número Especial. Disponível em: < [http://www.rede-mg.org.br/article\\_get.php?id=66](http://www.rede-mg.org.br/article_get.php?id=66)> Acesso em: 11 de fev. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Dados de desigualdade e renda no Brasil*. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/Destaques/livroradar/03.renda.pdf>> Acesso em: 13 de fev. 2007.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION; INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL; PÓLIS – INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS. *Segurança alimentar e nutricional: a contribuição das empresas para a sustentabilidade das iniciativas locais*. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

JAGUARIBE, Hélio. Brasil: alternativas e saída. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 103 p.

KHOSA, T. et al. O sistema 'tambor – e gotas' de micro-irrigação na África do Sul. In: Revista de Agricultura Urbana, n. 10, ago. 2003. Disponível em: PROCURAR. Acesso em : 09 nov. 2005.

KOROLKOVAS, A.; BURCKHALTER, J. H. *Química farmacêutica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

LAVINAS, L.; GARCIA, E. H. *Programas sociais de combate a fome: o legado dos anos de estabilização econômica*. Rio de Janeiro: UFRJ / IPEA, 2004.

LEITE, T. S.; PIETRAFFESA, J. P. - Situação da (in)segurança alimentar no Brasil. Revista da UFG, Vol. 5, n. 1, abr. 2003. p. 30-35.

LIMA, Ronaldo Guedes. O Paradigma da Sustentabilidade. In: ETGES, Virgínia Elisabeta (org). *Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

LOCK, K.; ZEEUW, H. A redução dos riscos para a saúde associados à agricultura urbana e periurbana: Resultados da conferência eletrônica "Agricultura urbana e periurbana na agenda política" In: Revista de Agricultura Urbana. n. 3, mar. 2001. Disponível em: < [http://ipes.org/au/pdfs/raup-3/2\\_AU3mitiga.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/raup-3/2_AU3mitiga.pdf)> Acesso em: 08 de nov. 2005.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. *Plantas Medicinais no Brasil: nativas e exóticas*. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora LTDA, 2002.

LUMMIS, C. D. Igualdade. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACHADO, M.; CUNHA, A. A. Agricultura Urbana e Soberania Alimentar. In: Orientações para Formulação de Políticas Municipais para Agricultura Urbana. n. 8, fev. 2003. Disponível em: < <http://ipes.org/au/pdfs/lineamientos/8.pdf>> Acesso em: 02 de nov. 2005.

MADALENO, Isabel Maria. *A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. 193 p.

MARIN-LEON, L. et al. A percepção de insegurança alimentar em famílias com idosos em Campinas, São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X2005000500016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2005000500016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 abr. 2007.

MARTINS, E. et al. Mobilização e educação cidadã “vamos lá fazer o que será”. Brasília: Walderes Brito, [2002?].

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. 3. ed São Paulo: HUCITEC, 1991. 182p.

MARTINS, Silvia. *Remédios da Natureza*. Revista Anfarmag. Ano IX, nº 44, 4º Bimestre, 2003.

MARULANDA, Liliana S. O Enverdecimento da cidade de Ahmedabad, Índia: Um modelo inovador de silvicultura urbana comunitária. In: Revista de Agricultura Urbana, n. 1, jul. 2000. Disponível em: <[http://ipes.org/au/pdfs/raup1/9\\_AU1ahmedabad.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/raup1/9_AU1ahmedabad.pdf)> Acesso em: 08 de nov. 2005.

MBIBA, B.; VEENHUIZEN, R. V. A integração da agricultura urbana e periurbana no planejamento. In: Revista de Agricultura Urbana. n. 4, jul. 2001. Disponível em: <[http://ipes.org/au/pdfs/raup4/1\\_AU4Edit.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/raup4/1_AU4Edit.pdf)> Acesso em: 08 de nov. 2005.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Informe Consad*, n. 4, dez./jan. 2007.

MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MENEZES, F.; BURLANDY, L.; MALUF, R. S. A Construção de uma Política de Segurança Alimentar. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2., 2004, Documentos... Olinda: SESC São Paulo, 2004. p. 4.

MENEZES, Francisco. Ofensiva na segurança alimentar. In: Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <<http://www.fbsan.org.br/ofensivas.htm>>. Acesso em: 10 de abr. 2007.

MENEZES, Francisco. Segurança Alimentar: um conceito em disputa e construção. IBASE, Rio de Janeiro, 2001.

MIGUEL, Marilis Dal. *Desenvolvimento de Fitoterápicos*. São Paulo: Robe Editorial, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. *Desenvolvimento Social: Guia de Políticas e Programas*. Brasília, DF: SECOM/PR, 2005.

MIRANDA, Regina da Silva. Eixos da Segurança Alimentar. In: *CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL*, p.4., 2007, *Curso de formação para delegados IV CESANS \_ RS ...*, 2007. p. 2.

MONTEIRO, Ana V. V. M. Agricultura Urbana e Peri-Urbana: questões e perspectivas. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.32, n.6, jun. 2002.

MONTEIRO, D.; MENDONÇA, M. M.; SILVA, R. M. Agricultura Urbana: ensaio exploratório e pequeno mosaico de experiências. *Assessores e Serviços a projetos em Agricultura Alternativa*, 2006. Disponível em: <<http://www.aspta.org.br/publique/media/informeagropecuario.doc>>. Acesso em: 18 de dez. 2006.

MONTEIRO, J. P. R.; MONTEIRO, M. S. L. Hortas Comunitárias de Teresina: agricultura urbana e perspectiva de desenvolvimento local. *Revista de la Red Iberoamericana de Economía Ecológica*, Teresina, V.5, p.47-60, nov. 2006. Disponível em: <[http://www.redibec.org/lvo/reve5\\_04.pdf](http://www.redibec.org/lvo/reve5_04.pdf)> Acesso em: 12 de dez. 2006.

MOTTA, D. M.; MUELLER, C. C.; TORRES, M. O. A dimensão urbana do desenvolvimento Econômico – Espacial brasileiro. Brasília: IPEA, dez. 1997.

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura Urbana: conceitos e definições. In: *Revista de Agricultura Urbana*, n. 1, jul. 2000a. Disponível em: <[http://ipes.org/au/pdfs/raup1/2\\_AU1conceitodefi.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/raup1/2_AU1conceitodefi.pdf)>. Acesso em: 08 de nov. 2005.

MOUGEOT, Luc J. A. Urban agriculture: definition, presence, potential and risks. In: BAKKER, N. et al. (Org), *Growing cities, growing food : urban agriculture on the policy agenda*. Feldafing: DSE, 2000b.

NERI, Marcelo Côrtes. *Revista Conasems*. Brasília/DF, Ano I, n. 2, dez. 2003.

NOVO, Mário González. Organoponia uma opção produtiva. *Revista de Agricultura Urbana*. n.10, ago. 2003. Disponível em: <<http://ipes.org/au/pdfs/raup10/2Organoponia.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2005.

NÚCLEO DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA. Síntese da mesa sobre a importância da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) para Segurança Alimentar. In: *SEMINÁRIO DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NA*

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Carvalho et al. 2005.

ONDENG, Okoth Samuel. Hortas móveis no Quênia. Revista de Agricultura Urbana, n. 10, ago. 2003. Disponível em: < [http://ipes.org/au/pdfs/raup10/15\\_AU10quenia.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/raup10/15_AU10quenia.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Guia Metodológico de Comunicação Social em Nutrição, Roma, 1999.

PAGÉS, Raisa. Agricultura urbana emprega 384 mil pessoas. Granma Internacional Digital. Havana, jan. 2005. Disponível em: < <http://granmai.cubaweb.com/portugues/2005/enero/vier14/3agriculturap.html>> Acesso em: 28 de abr. 2005.

PALÁCIOS, Patrícia. Agricultura Urbana: uma oportunidade para a equidade entre homens e mulheres. In: Orientações para a Formulação de Políticas Municipais para a Agricultura Urbana. n. 7, fev. 2003. Disponível em: <<http://ipes.org/au/pdfs/7.pdf> > Acesso em: 02 de nov. 2005.

PATIÑO, Fernando. Agricultura Urbana e participação cidadã. In: Orientações para Formulação de Políticas Municipais para a Agricultura Urbana. n. 2, fev. 2003. Disponível em: <[http://www.fomezero.gov.br/download/agricultura\\_urbana\\_parte1.pdf](http://www.fomezero.gov.br/download/agricultura_urbana_parte1.pdf)>. Acesso em: nov. 2005.

PEREIRA, Plínio. O conceito de segurança alimentar: debates e controvérsias. Textos CPDA. N. 8, junh. 1999.

PERROUX, François. A economia do século XX. Lisboa: Herder, 1967.

POCHMANN, Márcio. Desenvolvimento com inclusão social. In: TAKAGI, M.; SILVA, J. G.; BELIK, W (org). Combate à fome e à pobreza rural. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002. p. 237-240.

POSER, G. L. V.; MENTZ, L. A. *Diversidade biológica e sistemas de classificação*. In: SIMÕES, C. M. O. et al. Farmacognosia: da planta ao medicamento. 3. ed. Porto Alegre / Florianópolis: Ed. Universidade / UFRGS / Ed. da UFSC, 2001. p. 63

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 2000.

RADÜNZ, Roberto. A organização cultural dos alemães no Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P.; SILVEIRA, R. L. L. *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

REIS, Fábio Vanderley, *Mercado e Utopia*. Teoria Política e Sociedade Brasileira, São Paulo: Edusp, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1989). *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul*: promulgada aos 3 de outubro de 1989. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1989.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 12.621, de 13 de novembro de 2006. Porto Alegre: [s.n.], 13 set. 2006.

RIOS, J. A.; BLANCAS, H. C. Hidroponia em Lima, Peru. In: Revista de Agricultura Urbana, n. 10, ago. 2003. Disponível em: < [http://ipes.org/au/pdfs/raup10/5\\_AU10peru.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/raup10/5_AU10peru.pdf)> Acesso em: 09 de nov. 2005.

ROCHA, Sonia. *Governabilidade e Pobreza*: O desafio dos números. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para discussão n. 368). 1995.

RODRÍGUEZ, D. et al. Tratamento do lixo orgânico doméstico para alimentação de porcos em Montevidéu. In: Revista de Agricultura Urbana, n. 10, ago. 2003. Disponível em: < [http://ipes.org/au/pdfs/raup10/26\\_AU10montevideu.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/raup10/26_AU10montevideu.pdf)> Acesso em: 09 de nov. 2005.

ROMEIRO, Adhemar. Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate. 2. ed Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE, FAO, 1994. 215p

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Planejamento para o desenvolvimento local sustentável: estudo comparativo de municípios. In: Revista Redes, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 1, p. 63-79, jan./abr. 2004.

SANTA CRUZ DO SUL, Lei Complementar n. 335, de 03 de janeiro de 2007. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 22 jan. 2007a.

SANTA CRUZ DO SUL, Lei n. 4637 de 27 de setembro de 2005. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 27 set. 2005.

SANTA CRUZ DO SUL, Lei n. 5063, de 13 de fevereiro de 2007. cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Santa Cruz do Sul (COMUSANS). Santa Cruz do Sul: [s.n.], 14 fev. 2007b.

SANTA CRUZ DO SUL, *Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Sul promulgada em 3 de Abril de 1990*. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 1990.

SANTA CRUZ DO SUL, Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. Disponível em: < <http://www.santacruz.rs.gov.br/> >. Acesso em 09 ago. 2007c.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo : Hucitec, 1996.

SCHREIBER, Waltraud Maria. Acre: Construção de novos espaços de gestão pública. In: DA CRUZ, José Luis Vianna (org). *Brasil, o desafio da adversidade – experiências de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005. p. 107-136.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Guia Nutricional do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, [2003?].

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO. *Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul*. (2007). Disponível em: <[http://www.pmscs.rs.gov.br/index.php?acao=areas&areas\\_id=16](http://www.pmscs.rs.gov.br/index.php?acao=areas&areas_id=16)> Acesso em: 13 de abr. 2007.

SECRETARIADO TÉCNICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Avaliação da Implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN)*. Província de Niassa, SETSAN, [2007?]. Disponível em: <[www.setsan.org.mz/Docs/4%20ESAN/Auscultacao%20nas%20Provincias/Relatorio%20Niassa.pdf](http://www.setsan.org.mz/Docs/4%20ESAN/Auscultacao%20nas%20Provincias/Relatorio%20Niassa.pdf)> Acesso em: 21 de abr. 2007.

SEMINÁRIO – TALLER LA AGRICULTURA URBANA EM LAS CIUDADES DEL SIGLO, 21, 2000, Quito. Políticas Públicas e suas intervenções a nível municipal em Agricultura Urbana na cidade de Teresina – PI, Brasil. - Estudo de caso – Hortas Comunitárias.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. *Poverty, famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford: Clarendon Press, 1981.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Subáreas. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 16, 2006. Disponível em: <<http://www.sedur.ba.gov.br/Pehis2/documentos/pdf/celinasouza%20%20politicas%20pubs.pdf>>. Acesso em 15 de nov. 2006.

STÉDILE, João Pedro (Coord.). *A questão agrária hoje*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. 322 p.

SUZUKI, Lia. *Diagnóstico da Agricultura Urbana em Curaçá*. Curaçá, 2000.

TABARES, César H. M. A hidroponia na América Latina. In: Revista de Agricultura Urbana, n. 10, ago. 2003. Disponível em: < [http://ipes.org/au/pdfs/raup10/4\\_AU10hidroponia1.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/raup10/4_AU10hidroponia1.pdf)> Acesso em: 09 de nov. 2005.

TAETS, Silvana Pinheiro. É Hora da merenda/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: FNDE; MEC, 2001.

TURANO, W.; ALMEIDA, C.C.C. Educação Nutricional. In: GOUVEIA, Enilda L. da Cruz. Nutrição: Saúde e comunidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Copyright, 1999. p. 57-78.

UNISC. *Universidade de Santa Cruz do Sul*. Disponível em: < <http://www.unisc.br>>. Acesso em: 06 de nov. 2006.

URBAN AGRICULTURE MAGAZINE. Methodologies for UA research, policy development, planning and implementation. n. 5, dec. 2001. Disponível em: < <http://www.ruaf.org/node/187>> Acesso em: 09 de nov. 2005.

VALENTE, Flavio Luiz. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. In: \_\_\_\_\_. Direito Humano à alimentação: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. O direito Humano à Alimentação: Construir uma Política de Promoção da Alimentação e Nutrição Adequada é o desafio. In: O aminoácido – Informativo da Associação Gaúcha de Nutrição (AGAN). ano. 3, n.1, abr. 2003.

VÁSQUEZ, T.; VILLALBA, M. Microcrédito e investimento para a Agricultura Urbana. Orientações para a Formulação de Políticas Municipais para a Agricultura Urbana. n. 4, fev. 2003. Disponível em: PROCURAR. Acesso em: 2 nov. 2005.

VEENHUIZEN, R. V.; PRAIN, G.; ZEEUW, H. Pesquisa, planejamento, implementação e avaliação em Agricultura Urbana. In: Revista de Agricultura Urbana, n. 5, dez. 2001. Disponível em: < [http://ipes.org/au/pdfs/raup5/1\\_AU5Edit.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/raup5/1_AU5Edit.pdf)>. Acesso em: 08 de nov. 2005.

VEENHUIZEN, René Van. Microtecnologias para a agricultura urbana. In: Revista de Agricultura Urbana, n. 10, ago. 2003. Disponível em: < <http://www.ipes.org/au/recursos/raup/contenido10.html> >. Acesso em: 09 nov. 2005.

VEIGA, José Eli da. O que é reforma agrária. 6. ed São Paulo: Brasiliense, 1985.

VELLOSO, J. P. R.; LEITE, A. D. O Novo governo e os desafios do desenvolvimento. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2002.

WEIGELT, Leni Dias. *O Sistema Único de Saúde e os Profissionais da saúde de nível universitário da rede pública de Santa Cruz do Sul, RS: um estudo sobre recursos humanos no SUS, através das representações sociais*. Dissertação (Mestrado). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

WEIS, Bruno et al. *Vamos fiscalizar a merenda escolar – de volta à luta contra a corrupção eleitoral*. São Paulo: Paulinas Editora, jan. 2004.

WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul: urbanização e desenvolvimento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

YVES, Cabannes. *Agricultura Urbana: Gestão territorial e planejamento físico*. In: *Orientações para a Formulação de Políticas Municipais para a Agricultura Urbana*. n. 3, fev. 2003.

ZEEUW, H.; GONDEL, S.; WAIBEL, H. *A Integração da Agricultura nas Políticas Urbanas*. In: *Revista de Agricultura Urbana*, n. 1, jul. 2000. Disponível em: < [http://ipes.org/au/pdfs/raup1/5\\_AU1integracao.pdf](http://ipes.org/au/pdfs/raup1/5_AU1integracao.pdf) > Acesso em: 08 de nov. 2005.

## ANEXO A - Resumo dos principais riscos da Agricultura Urbana para a saúde.

	Doenças transmissíveis	Doenças não transmissíveis
Produção agrícola	<ol style="list-style-type: none"> <li>Os cultivos irrigados com águas residuais domésticas não tratadas (ou tratadas insuficientemente), ou fertilizados com adubo orgânico (composto) produzido de modo inadequado podem estar infectadas com bactérias (shigella, tifoideo, cólera), vermes (como o gusano plano e o ancilóstomo), protozoários, vírus entéricos ou helmintos (ascaris trichuris).</li> <li>Na África, mosquitos que são vetores da malária são capazes de se reproduzirem em ambientes limpos, em águas superficiais para irrigação e em terras de plantio com drenagem insuficiente. A incidência da malária relaciona-se principalmente com o cultivo irrigado de arroz, inhame e batata-doce.</li> <li>Os mosquitos que são vetores de elefantíase são capazes de se reproduzirem em água estagnada altamente contaminada com materiais orgânicos (desaguadouros bloqueados por resíduos orgânicos, latrinas, fossas sépticas, valas negras).</li> <li>Os mosquitos que são vetores da dengue se reproduzem em depósitos de água com muitos resíduos sólidos, como cascas de coco, pneus abandonados, latões para armazenar água, tonéis, barris, etc.</li> <li>Os alimentos podem ser contaminados com bactérias também por causa das más condições higiênicas durante o processamento e a comercialização, etapas realizadas em um quadro de total ou quase total informalidade, provocando doenças tais como as infecções causadas pela salmonela e pelo E-coli.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Os cultivos podem absorver metais pesados e outros químicos perigosos dos terrenos, da água de rega ou pela drenagem de esgotos industriais contaminados.</li> <li>Os cultivos que se encontram próximos às estradas muito movimentadas e os alimentos comprados dos vendedores ambulantes nas calçadas de ruas de trânsito intenso podem estar contaminados com chumbo e cádmio "aerotransportado".</li> <li>Os resíduos de agrotóxicos podem contaminar os cultivos e a água potável (pesticidas, nitratos, etc).</li> <li>Se os materiais orgânicos recolhidos dos lixões não forem separados na origem, o adubo compostado resultante poderá conter metais pesados, que poderão ser absorvidos pelos cultivos.</li> <li>As lesões ocupacionais, resultantes do trabalho dos trabalhadores agrícolas, são uma fonte importante de incapacitação músculo-esqueléticas ou envenenamento por agrotóxicos.</li> </ol>
Criação de animais	<ol style="list-style-type: none"> <li>A proximidade dos animais com os humanos pode acarretar enfermidades zoonóticas tais como a tuberculose bovina (vacuno) e as causadas por vermes planos, especialmente</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Os produtos animais (como carne vermelha, carne de aves e ovos) podem estar contaminados com pesticidas (especialmente organofosforados) e/ou</li> </ol>

Aqüicultura	<p>quando os animais estão remexendo nos depósitos de lixo e tendo acesso a fezes humanas.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2. A água potável pode ser contaminada com patógenos pela aplicação de estrume animal nos terrenos de plantio próximos às fontes e cursos d'água, lençóis mais superficiais, etc.</li> <li>3. Os produtos animais podem ser contaminados por patógenos devido à contaminação dos alimentos destinados aos animais com fezes infectadas (salmonella, campylobactérias).</li> </ol> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Se os peixes (e especialmente os moluscos) forem alimentados com águas residuais e/ou excretos humanos ou animais, existirão riscos potenciais de: a) transmissão passiva de patógenos (hepatite A) mediante peixes e macrófitas aquáticas; b) transmissão de trematóides cujos ciclos de vida estão relacionados com peixes e macrófitas aquáticas. Isso é problema apenas quando os trematóides são endêmicos e os peixes são consumidos crus.</li> <li>2. Contaminação de peixes com bactérias fecais animais ou humanas pode ocorrer durante as operações posteriores à colheita (ex. salmonela).</li> <li>3. Tanques piscícolas mal administrados podem se converter em um campo de criação para os mosquitos da malária.</li> <li>4. Uso de antibióticos nos alimentos para peixes pode conduzir ao desenvolvimento de bactérias resistentes aos antibióticos na cadeia alimentar humana.</li> </ol>	<p>antibióticos, quando são produzidos de modo intensivo.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2. Os animais que pastam soltos pelas ruas podem machucar pessoas ou causar acidentes de trânsito.</li> <li>3. Agentes alérgicos provenientes dos resíduos e a poeira produzida pelo gado (especialmente das aves criadas confinadas) podem causar enfermidades ocupacionais nos trabalhadores agrícolas (asma, alergia pneumática).</li> <li>4. Os resíduos dos cortumes podem despejar substâncias químicas perigosas (tanino, cromo, alumínio).</li> </ol> <ol style="list-style-type: none"> <li>1 Os produtos da pesca podem estar contaminados com metais pesados se forem alimentados com águas residuais ou com resíduos orgânicos contaminados pela indústria.</li> <li>2 Os produtos da pesca podem estar contaminados com agrotóxicos se forem produzidos de modo intensivo.</li> </ol>
-------------	--	---

Fonte: A redução dos riscos para a saúde associados à agricultura urbana e periurbana. Lock e Zeeuw (2001).

## ANEXO B – ATA 01/2007

### I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Santa Cruz do Sul

Aos dezessete dias do mês de janeiro de dois mil e sete realizou-se no auditório da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde a I Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Santa Cruz do Sul, com o objetivo de discutir e apresentar propostas dentro dos cinco eixos temáticos da segurança alimentar e nutricional e de eleger os delegados municipais que participarão da Conferência Estadual. A abertura do evento foi realizada pela nutricionista da 13ª CRS Francisca Wichmann, que deu as boas vindas a todos em nome da comissão organizadora e fez a composição da mesa de abertura. Em seguida a prefeita em exercício do município, Sra. Helena Hermany proferiu o discurso de abertura, a que seguiu-se a apresentação da comissão organizadora da Conferência. Após este momento o Sr. João da Costa, integrante da comissão, realizou a leitura da proposta de Regimento Interno da Conferência para a plenária, ficando a mesma aprovada por unanimidade. Dando seguimento, as nutricionistas Taís Giordani Pereira e Cinara Cereser Mussi apresentaram os Programas Sociais desenvolvidos atualmente pela Secretaria do Desenvolvimento Social, Secretaria da Educação e Cultura e Secretaria da Saúde de Santa Cruz do Sul voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional, sendo apresentado também, um conceito de SANS pela nutricionista Taís. Foi realizada em seguida, a leitura da Lei N° 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Sr. Edni Schroeder, coordenador da Política de SANS em âmbito estadual, apresentou os cinco eixos temáticos da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional: saúde e educação; cidadania e políticas públicas; agricultura, ciência e tecnologia dos alimentos; populações tradicionais e específicas; e institucionalidade. Após esta apresentação, foram formados cinco grupos heterogêneos de discussão compostos por membros da sociedade civil e de entidades governamentais e cada grupo dirigiu-se a uma sala para discussão e formulação das propostas dentro de seu eixo temático. Ao término do tempo para discussão, o relator de cada grupo apresentou as propostas na plenária para modificação, supressão e aprovação das mesmas após votação. Dando continuidade foi realizada a indicação e eleição dos delegados municipais que participarão da Conferência Estadual no mês de março, sendo três delegados titulares e três suplentes representantes da sociedade civil; e três delegados titulares e três suplentes representando as entidades governamentais. Como representantes do governo todos os delegados foram indicados por consenso, sendo os titulares: Taís Giordani Pereira, nutricionista da Secretaria do Desenvolvimento Social de Santa Cruz do Sul; Elizabeth Anne Andrews Unfer, professora representante de escola estadual e Jaqueline Domingues da Costa, representante do Centro Regional de Saúde do Trabalhador. Como suplentes foram indicados: 1º suplente Noemia Ruppenthal Feix e 2º suplente Adélia Schlumpf, ambas representantes de escolas do município e 3º suplente Cinara Cereser Mussi, nutricionista da Secretaria de Educação e Cultura de Santa Cruz do Sul. Os representantes da sociedade civil foram eleitos por maioria simples de votos, sendo titulares: Iraci Luisa Paulus, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, com 24 votos; Geli Cardoso Eidelwein, estudante integrante do Ver-SUS, com 24 votos e Zenilda Conceição de Souza Machado, representante da Emater de Santa Cruz do Sul, com 17 votos. Como suplentes foram eleitos: 1ª suplente Silvia Eunice Helfer Bizarro, representante do CEPERGS Sindicato; 2ª suplente Jaciane Dagort, agente comunitária de saúde e 3º suplente Jonas Israel Vedoy, representando a Associação Rio Grandense de Apoio ao Diabético de Santa Cruz do Sul. Após a eleição dos delegados, deu-se por encerrada a I Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Santa Cruz do Sul, 17 de janeiro de 2007.